

S. P. N.

NVMMVS

VOL. VI

NVMMVS



VOL. VI

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.ºs 20-21

VOL. VI-1 e 2

JULHO 1960

P O R T O

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME VI-1 e 2 — N.ºs 20-21

PUBLICAÇÃO POR TOMOS DE CERCA DE 64 PAGINAS

Condições de assinatura para 1960:

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Comissão de Publicações:

Alexandre Ferreira Barros
Dr. António Francisco Teixeira
Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues
Carlos Morais Peixoto Braga
Dr. Damião António Peres
Eduard Marius van der Niepoort

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 461-1.º — PORTO

Composição e impressão:

TIPOGRAFIA MARCA

Rua do Bonjardim, 689 — PORTO

S U M Á R I O

	Págs.
Sempre saudosamente, <i>por L. P. G.</i>	3 a 5
Um triente inédito de Chindasvinto batido em Barbi, <i>pelo nosso saudoso consócio honorário tenente-coronel António Elias Garcia</i>	7 a 10
Carimbo dos Açores, <i>por Agostinho Ferreira Gambetta</i>	11 a 14
Coleccionismo de ontem e de hoje, <i>por Alexandrino Passos</i>	15 a 17
Las contramarcas en la amonedacion Iberica, <i>por António Manuel de Guadan</i>	18 a 38
As supostas moedas de sola de D. João I, <i>por Arnaldo Brazão</i>	39 a 42
Considerações referentes à amoedação luso-indiana de Goa no tempo de D. Afonso de Albuquerque, <i>por Damião Peres</i>	43 a 50
La «Imago Regis» en los termises Visigodos — Nota sobre su evolucion, <i>por Felipe Mateu y Llopis</i>	51 a 58
Las monedas Ibericas con leyenda Lauro, <i>por Leandro Villaronga</i>	59 a 66
Quando Bombay era Bombaim, <i>por Luís Pinto Garcia</i>	67 a 70
Moeda de D. João I — Meio real de Évora Ev e E-v-o-r, <i>por Paulo de Lemos</i>	71 a 74
Triente inédito de Ervigio, <i>por Pedro Batalha Reis</i>	75 a 80
Interpretaciones de algunas monedas Suevas, <i>por Pio Beltrán</i>	81 a 90
Monedas castellanas, de Juan de Gante Duque de Lancaster, <i>por Pio Beltrán</i>	91 a 115
Um triente inédito de Vitérico batido em Roda, <i>por Mário Ramires</i>	115 a 120

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS



BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA - PORTO	
BIBLIOTECA	
N.º	111
DATA	28 / 8 / 79

Ect.
Tab.
N.º

N.º 20-21

VOL. VI-1 e 2

JULHO 1960

P O R T O

A memória do

TENENTE-CORONEL ANTÓNIO ELIAS GARCIA

grande estudioso da numária visigoda.

Homenagem da

Sociedade Portuguesa de Numismática



TENENTE-CORONEL ANTÓNIO ELIAS GARCIA

SEMPRE SAUDOSAMENTE

Uma atracção irresistível pelas coisas belas veio-lhe de muito novo, e o espírito do coleccionismo surgiu-lhe cedo, bem cedo, quando ainda era *Menino da Luz*. Despachado oficial para uma unidade da província, em breve iniciou os seus estudos sobre Artes, envolvendo, simultâneamente, as maiores e as menores, e não descurando, um momento sequer, a sua preparação militar, numa época gloriosa, deve frisar-se, para a arma de Cavalaria, *la belle époque* dos concursistas hípicas.

O meio em que residia prestava-se à maravilha. Uma vila antiga e monumental, coalhada de templos, capelas, conventos, um palácio e um castelo, cruzeiros e solares onde era vulgar haver serviços da Companhia das Índias... a servir e, onde, nos caixões e arcazes, havia damascos ricos e colchas da Índia em profusão.

Os tempos eram outros, tão diferentes dos de hoje, e nas casas remediadas abundavam móveis de boa traça e de madeiras exóticas, e proliferavam faianças nacionais. Até nas casas pobres se fazia gala de ter uma linda cantareira e rutilantes estanteiras. Nesses tempos ditosos a coberta de chita e o prato estampilhado eram coisas de somenos, senão desprezíveis.

E assim meu Pai começou a admirar a arquitectura dos monumentos, as talhas do interior dos templos, as bem lavradas esculturas dos altares, as belas pinturas das capelas, os azulejos monocromos e policromos das sacristias e dos claustros. Ao mesmo tempo começou a olhar com melhores olhos para as peças de mobiliário, tapeçarias, porcelanas orientais e faianças nacionais, pratas, ferros forjados, estanhos e cobres, pois de tudo a região abundava.

Admito plenamente que os tempos eram mais propícios para ver e aprender. Liam-se com prazer e proveito as obras de Joaquim de Vasconcelos, José de Figueiredo, com certa soberbia, pontificava então como crítico de arte e museologista e José de Queirós já começara a discretear sobre faianças portuguesas. Antiquários sabedores percorriam a província e carregavam o que podiam, e era muito, para Lisboa, para alimento do seu ventre insaciável. Se se encontravam tapetes persas em capelas modestas e Aubussons nos lagares servindo de panais para azeitona! Não era raro ter-se a visita, aliás

bastante assídua, do antiquário e *connoisseur* Alfredo Guimarães, que o espírito irónico da época alcunhava de Alfredo Bric-de Guimarães à-Brac...

La começar verdadeiramente a debater-se a Questão dos Painéis e nela, também, apaixonadamente, meu Pai tomou parte muitos anos depois.

Dentro em pouco surgia, e prestava serviços inestimáveis à cultura do país, a *Terra Portuguesa*, com José e Sebastião Pessanha, Virgílio Correia e outros.

Mas já há muito o apaixonava a Arqueologia e um número infindo de vezes percorria o agro alentejano, atento sempre ao menor achamento e pronto para a mais pequena possibilidade de excavação, quando se lhe antolhava o menor indício prometedor.

Mestre José Leite, calcurreando o país de lês a lês, entusiasmava os novos. Se tinha um fim em vista, quase de obsessão, o de organizar e povoar um museu, o maior sonho da sua vida, não deixava de, com a sua presença, que se diria ubíqua, dar lições magistrais nas suas constantes passagens. Continuava transmitindo a mensagem de Martins Sarmento.

E assim meu Pai, recuando no tempo, embrenhou-se com grande entusiasmo na Pré e Proto-História. Lia muito e lia com devoção o que os tratadistas franceses lançavam nos prelos para conhecimento geral do geral dos homens cultos.

Chegou então à Numismática, que constituiria a sua maior paixão espiritual. O número de achados numismáticos era grande, mesmo comparando com o de achados pròpriamente arqueológicos e logo daí lhe adveio um interesse vivo pelas moedas.

Adquirido o Aragão das Portuguesas e o Aragão das Romanas, e a isso modestamente se resumia a bibliografia da especialidade do coleccionador de então, a que se agregava, por vezes, o Lopes Fernandes, o entusiasmo redobrou. E foi tal e tão contagiante, que muitos amigos estavam dentro em pouco a coleccionar e a estudar, e levou o próprio pai a coleccionar também!

Às Portuguesas e às Romanas consulares e imperiais seguiram-se outras séries. Bizantinas, Venezianas, cujo tipo religioso a Senhoria copiou de Bizâncio, Autónomas da Península, o que o obrigou a profundas locubrações sobre a escrita ibérica e o enigma dos sons fonéticos dos seus signos, Árabes, que o levaram a aprender árabe e a cartear-se apertadamente com David Lopes, Suevo-Lusitanas, de imitação imperial e de tipo nacional, misteriosas ainda e de estudo ingrato e desencorajante e, por fim, as Visigodas.

E nas Visigodas parou. Nelas encontrou um interesse que o enfeitçou. E desse feitiço nasceu ainda um maior, e tão grande já ele era, amor pelo estudo. Embrenhou-se na história dos bárbaros, antes ainda da sua vinda

para a Península, e durante o seu longo período de fixação nesta terra que pisamos, consultou manuscritos, leu tudo, assim se pode dizer, que se escreveu, desde que se escreve sobre Numismatografia, sobre o povo visigodo e sobre os outros povos germânicos e não germânicos invasores. Entrando em contacto com estrangeiros, espanhóis, na sua maioria, e com o eng. Wilhelm Reinhart, estudioso profundo das gentes germânicas antigas, refinou no seu entusiasmo.

Mas foram os próprios trientes visigodos que melhor informaram os seus estudos laboriosos. De facto, a moeda é um documento primacial, um dos melhores documentos para um estudo sério. É um documento perdurável e extraordinariamente elucidativo. Com a moeda se ajuda a fazer História, e a Numismática, hoje ciência genuína, no ponto em que já culmina, alforriou-se da Arqueologia Geral e é, sem sombra de dúvida, uma das mais preciosas ciências auxiliares da História.

Procurava os exemplares e, à falta dos originais, a fotografia ou o decalque, se não almejava um gesso. E, se nada disto conseguia, contentava-se com uma carta dum ourives ambulante ou com a local dos jornais, muito mais confusa ainda.

Os seus estudos ampliaram-se com o andar dos tempos, e as pré-leovigildianas e as post-leovigildianas eram observadas com a mesma curiosidade e ansiedade. A sua bibliografia desta especialidade atraente ia crescendo vultuosamente, ia a dizer assustadoramente.

Ao lado destes volumes e opúsculos, dedicados à gens germânica, emparceiravam, manuseados e consultados permanentemente, outros volumes e outros opúsculos, catálogos, listas e revistas de Numismática Geral, da Portuguesa, da Romana, da Ibérica, da... que enfileiravam nas estantes ou se amontoavam nas mesas, várias mesas, onde havia balanças, plasticinas de muitas cores, gessos, pinças, lentes, balancês para decalques, papéis, esperando que o seu dono os consultasse como os consultava, com interesse, com amor, com tanta devoção.

Ao escrever estas linhas, que são para mim uma dolorosa romagem de saudade, de profunda saudade, desvio a vista e estou vendo o Babelon, o Cohen, o Sabatier, o Heïss e tantos outros, tristes, sentindo-se há uns tempos desamparados na sua orfandade.

No entanto, parece que a meu lado sinto o espírito gentil de meu querido Pai, que me envolve e aos seus livros, todos, eles e eu, velhos camaradas, com o mesmo olhar sempre ternamente acariciador.

Castelo Branco — Agosto de 1959.

L. P. G.

UM TRIENTE INÉDITO DE CHINDASVINTO BATIDO EM BARBI

*(pelo nosso saudoso consócio honorário
tenente - coronel António Elias Garcia)*

Há pouco tempo, nos campos de Idanha-a-Velha, a Egipitânia dos visigodos, foi achado um triente de Chindasvinto, proveniente da «ceca» ou oficina monetária de Barbi, velho município na Baetica.

Esta peça inédita foi adquirida pelo grande coleccionador e abastado proprietário naquela região, sr. António Marrocos, ⁽¹⁾ cuja particular amizade me autorizou a fazer a presente comunicação.

E assim, lentamente, vão aparecendo as espécies ignoradas da numária visigoda e se continua esperando por muitas outras, que venham ajudar a decifrar os seus enigmáticos problemas.

Estou, porém, convencido, infelizmente, que bastantes emissões desconhecidas se teriam perdido para sempre.

O triente, de que me estou ocupando, tem no reverso o busto de frente, ao modo vulgar e, no anverso, do busto apenas tem a cabeça, em posição análoga e, por baixo desta, uma cruz como se vê na figura.

Não constitui novidade esta estranha e significativa representação, pois da oficina monetária de Eliberri também existe um triente de Chindasvinto — único desta proveniência — precisamente semelhante. Igualmente da oficina monetária de Córdoba saíram trientes nestas condições, tanto de Chindasvinto, como de Tulga e Chintila.

O tipo desta misteriosa amoedação parece ter sido inspirado naquela emissão de Recaredo, para Tarraco, em que idênticamente se nos apresenta, numa das faces, o busto do rei de frente e, na outra, uma cruz debaixo dum arco ou diadema, dispositivo este de aspecto tão lapidar que recorda um estilo medieval na sua mais pura simplicidade.

(1) Já falecido.



Por outro lado, com excepção de Tulga, também saíram da oficina monetária de Córdoba trientes de Chindasvinto e de Chintila, sem a aludida cruz, isto é, com o busto completo à maneira normal, como aliás outro tanto sucedem nas emissões em Tarraco com Recaredo.

Verifica-se assim que há trientes do mesmo rei e da mesma oficina monetária que diferem apenas, por assim dizer, em ter ou não a cruz conforme se disse.

Não é possível estabelecer a generalidade deste facto, porque o estudo só se pode fazer, e com dificuldade, sobre as moedas que têm aparecido e não, por manifesta impossibilidade, sobre todas as que se bateram.

No entanto, não vejo dificuldade em admitir que estes trientes com o símbolo da cruz tivesse constituído uma emissão especial, além da corrente, conquanto, da natureza deste, se não conheçam ainda exemplares nalgumas «cecas».

A cruz, da maneira como está disposta, dá a illusória impressão de que está ali a servir de ornamento, como elemento decorativo pendente do pescoço. Não estando representado o resto do busto, e portanto o peito, sobre o qual aquela aparenta assentar, a composição nesse sentido ficaria incompleta. Nesta conformidade a interpretação deve ser outra. Ou a cruz, de qualquer forma, tapa o peito completamente ou o substitui.

*

Esta interpretação, de grande comodidade e aliás aceitável, não me pode satisfazer, porque eu vejo em trientes de Sisebuto e de Sisenando, oriundos da oficina de Mentesa, o mesmo símbolo divino cobrindo o rosto, segundo parece.

Nesta posição não é possível conceber qualquer ideia de adorno, nem timbre exclusivo da «ceca» de Mentesa, porque, desta proveniência e dos mesmos reis, há trientes da amoedação corrente e, portanto, sem aquela particularidade.

Por consequência, a existência da cruz, tanto duma maneira como de outra, deverá necessariamente ser referente a acontecimentos, da mesma ou diferente natureza e, para os quais, foi implorada a intervenção divina através do símbolo supremo do Salvador.

*

Na Numária visigoda todos os seus elementos decorativos têm uma razão de ser, um significado especial. As fontes históricas são muito poucas e

mesmo essas não desceram aos pormenores que permitam decifrar completamente a sua enigmática fisionomia.

Daí nasce a liberdade de cada um entrar no domínio das hipóteses, melhor ou pior fundamentadas, segundo o seu modo de ver.

*

Depois destas breves e bem intencionadas considerações, voltando ao triente que motivou estas linhas, e tratando-se de Chindasvinto, cuja adoração pela rainha, sua mulher, entrou nos domínios das crónicas, eu presumo que não só este triente, como todos os seus congêneres, deste rei, constituem uma amoedação, intencionalmente mandada executar, relacionada com a morte da rainha.

Relacionado com este panorama sentimental, e com aspecto mais pròpriamente de consagração, julgo estar aquela emissão de LVCV, a que Heïss se refere na pág. 34 da sua conhecida obra.

Conhecem-se vários exemplares de tão original triente e, felizmente, não me consta haver falsificação alguma.

Vêm todos mencionados na obra do dr. George Miles, com o n.º 340 (a, b, c, d, e), dos quais dois gravados.

Ali se vê representada a figura de Chindasvinto, como eu análogamente a tinha interpretado, há anos, quando tratei duma moeda deste rei batida em Lamego (*As moedas visigodas de Lamecum*, págs. 11/12).

Na outra face já não aparece a figura representativa da rainha e, em seu lugar, pôs-se uma cruz, para a confecção da qual a cidade de LVCV deu as letras do seu nome.

Isto faz revelar mais um espírito de homenagem da cidade do que pròpriamente o objectivo de indicar o nome da oficina, por este já se encontrar esclarecido na orla com a legenda LVCV PIVS. E não sei mesmo se a pròpria estrela, com que esta termina, pretende dar-lhe um cunho de consagração à moda romana.

*

De Chindasvinto não se conhece mais nenhum triente nestas condições, de outra oficina monetária, o que é de lastimar, pois qualquer outro, que apparecesse, muito útil se tornaria para o estudo destas complicadas interpretações.

Com esta emissão nasceu a ideia do monograma, se assim se lhe deve chamar, para indicação do nome da Oficina onde a moeda foi batida, artifício

este que foi seguido, em esquema cruciforme, quando Chindasvinto se associou ao filho na governação e, daí, até ao fim da Monarquia, em condições idênticas.

+ C ; N D A S V N T S R

Cabeça de frente da qual pende uma cruz

+ P I V S B A R B I

Busto de frente; tipo cordovês

Peso — 1, gr. 230



CARIMBO DOS AÇORES

POR AGOSTINHO FERREIRA GAMBETTA

Haverá uns 30 anos, estive em Angra do Heroísmo um parente meu, ocupado numa montagem industrial. Porque gostava de moedas antigas, embora não fosse colecionador, adquiriu alguns exemplares; não resisto ao desejo de contar a anedota.

O filho do meu parente e meu antigo condiscípulo é que fôra encarregado do serviço, nos Açores. Depois de falhar e ter gasto os fundos, pediu socorro e só assim ali apareceu o pai que levou o serviço a bom termo. Sem isso, não teríamos a oportunidade presente, relativa a uma curiosa moeda, sob vários aspectos.

Durante muitos anos não sabia eu da existência do exemplar, porque a esposa do meu parente era de tal modo ciosa de bens materiais que levou o marido a fazer uma boa fortuna. Um dia a senhora faleceu e agora vai a segunda anedota.

O meu parente, por motivos económicos, ficou com a criada e só esta teve artes de o levar a deixar-me ver as moedas. Isto passou-se no ano de 1953 em que prometi ao meu parente abrir-lhe o cofre sem a chave nem a posse do segredo.

Devido à influência da dita criada o meu parente condescendeu, por graça claro e para me sujeitar à prova. Fechou-me no seu escritório e retirou; passados alguns minutos chamei-o pelo telefone, cofre aberto.

Depois de muita risada, mostrou-me então uma caixa que fôra de charutos, com as seguintes moedas: uma peça de D. Maria I, 35 soberanos, 1/2 soberano, algumas moedas portuguesas de prata e poucas de cobre, diversas.

Escolhi, apartando, 3 moedas de prata e umas 6 de cobre. Os circunstantes ficaram muito surpreendidos de eu não querer o ouro e o meu parente, consentindo na oferta, tentou retirar um cruzado novo de D. Maria II, de 1835, com o carimbo de G P e coroa. Ante a minha insistência, consentiu na totalidade da oferta.

Tratava-se então de conhecer a origem e significado do carimbo. A «Cartilha» apenas falava dele para moedas estrangeiras (pág. 356 e 367). Nela se refere o decreto de 31 de Março de 1887 que manda carimbar apenas, moedas estrangeiras (fig. 1) que então corriam nos Açores e adiante

dá a entender que podia ter sido carimbada moeda portuguesa, pois diz a pág. 367: «toda a moeda de prata corrente nos Açores deveria ser levada às Casas da Moeda...»

As imagens n.ºs 8 e 10 que se encontram na estampa R₃ da «Cartilha» mostram realmente moedas estrangeiras com o carimbo em questão. A referência do eng. Ferraro Vaz no final da pág. 152 do seu «Catálogo» não me esclareceu, pelo que procurei o dr. Batalha Reis. Mostrou-me imediatamente o seu assombro pela apresentação do exemplar, dado que o carimbo português sobre moeda também portuguesa seria ilegal, na sua opinião. Contou-me então uma anedota que não repito. Em face porém do relato da origem da moeda, que lhe fiz, optou por inadvertência do carimbador, marcando tudo quanto também *inadvertidamente* lhe apresentavam. Julguei esta uma boa explicação e passei a considerar o meu exemplar como raridade, autêntica e inédita.

Encontrei nos «Reservados» da Biblioteca Nacional uns trabalhos do dr. Pinto Garcia, sobre o carimbo. São aqueles muito notáveis pela abundância de exemplares apresentados mas não adiantou positivamente a busca.

Alguns meses depois, recebi o catálogo do leilão de Outubro de 1953, de Hans Schulman, onde o lote n.º 1284 refere precisamente outro exemplar análogo ao meu. Fiquei convencido da autenticidade e continuei as buscas, com a suspeita vaga de haver uma lei a autenticar o meu exemplar (fig. 2). Em Agosto de 1953 regressou de Ponta Delgada o meu colega Fonseca e Costa, trazendo o terceiro exemplar (fig. 3) que vinha ao meu conhecimento pessoal. Tinha sido adquirido por compra num cambista de Ponta Delgada, em Janeiro de 1953.

Seguiu-se uma consulta paciente e continuada no «Diário do Governo». Transcrevo tudo quanto encontrei.

«MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Administração geral das alfandegas e contribuições indirectas

Convindo obstar á continuação dos males que pesam sobre os povos dos Açores, proveniente da introdução nos seus mercados de uma enorme quantidade de moedas de prata estrangeiras, que têm ali curso auctorizado por diversos decretos: hei por bem mandar prohibir até ulteriores providencias a importação das mesmas moedas nos districtos de Angra do Heroismo, Horta e Ponta Delgada.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda assim o tenha

entendido e faça executar. Paço, em 4 de março de 1887 = Rei. = Mariano Cyrillo de Carvalho».

Publicado no D. do G. n.º 50 de 5 de Março de 87.

«AVISO

Anuncia-se por ordem superior que fica restabelecido, até novo aviso, o cambio de 27 por cento (1\$270 réis insulares por 1\$000 réis fortes) para os vales de correio pagaveis no continente do reino e no districto do Funchal, que tiverem de ser emittidos nos Açores, a contar do dia em que começar a vigorar o decreto de hoje, prohibindo a importação das moedas de prata estrangeiras nas mesmas ilhas.

Direcção geral de thesouraria, 4 de março de 1887. = Luiz Augusto Perestrello de Vasconcellos».

Publicado no D. do G. n.º 50 de 5 de Março de 87.

«Idem, idem

Direcção geral da thesouraria

1.ª Repartição

Achando-se prohibida por decreto de 4 do corrente a importação nos districtos de Angra, Horta e Ponta Delgada das moedas estrangeiras de prata que ali têm curso auctorizado, e convindo evitar que a introdução clandestina de taes moedas vá aggravar a situação monetaria d'aquelles districtos: hei por bem determinar o seguinte enquanto o parlamento não resolve ácerca das providencias a tomar sobre o assumpto.

Artigo 1.º As moedas de prata estrangeiras que têm curso auctorizado nos districtos de Angra, Horta e Ponta Delgada deverão ser apresentadas dentro do praso de trinta dias, contados da publicação do presente decreto nos mesmos districtos para serem carimbadas.

Art. 2.º Findo o prazo fixado no artigo antecedente nenhuma das referidas moedas que não tenha sido carimbada poderá ser recebida em pagamento ao estado.

Art. 3.º Pela direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda serão dadas, de accordo com a direcção da administração geral da casa da moeda, as instrucções necessarias para a inteira execução d'este decreto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Paço, aos 31 de março de 1887. = REI. = Mariano Cyrillo de Carvalho».

Publicado no D. do G. n.º 75 de 5 de Abril de 87.

E finalmente:

«Idem, idem

Direcção geral da thesouraria

1.ª Repartição

Constando não ser sufficiente o praso de trinta dias fixado por decreto de 31 de Março do corrente anno para serem carimbadas as moedas de prata estrangeiras que têm curso auctorizado nos districtos de Angra, Horta e Ponta Delgada: hei por bem conceder mais trinta dias para completar-se a operação, incluindo n'ella as moedas antigas de prata portuguezas, cuja circulação tambem se acha auctorizada, ficando sempre entendido que findo este novo praso nenhuma das referidas moedas, que não tenha sido carimbada, poderá ser recebida em pagamentos ao estado.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 18 de maio de 1887. = REI. = Mariano Cyrillo de Carvalho».

Publicado no D. do G. n.º 111 de 20 de Maio de 87.

Lá está neste último decreto, a chave do problema: «..., incluindo n'ella (na carimbagem) as moedas antigas de prata *portuguezas*,...»

Fica pois provado:

- 1) Ter havido falta de moeda portuguesa nos Açores.
- 2) Terem retirado os cruzados da circulação e terem sido novamente autorizados.
- 3) Que havia muita moeda estrangeira em circulação.
- 4) Raridade do cruzado novo nos Açores.
- 5) Legalidade explícita dos três exemplares apresentados.
- 6) Rejeição da suspeita de falsificação em qualquer deles.

Os trabalhos e buscas que referi só estavam concluídos em meados de 1955 e nesse mesmo ano segui para África, onde nas colecções consultadas, não encontrei um único exemplar de moeda portuguesa reautorizada a circular pelo dito carimbo. Entretanto alguns trabalhos de numismática portuguesa foram publicados, sem qualquer alusão ao assunto pelo que, de regresso à metrópole, me parece oportuno tornar conhecida a presente tese.

Lisboa, 1960 — Março, 9.



Fig. 1

Ampliação ap. 1,3



Fig. 2

Ampliação ap. 1,6



Fig. 3

COLECCIONISMO DE ONTEM E DE HOJE

POR ALEXANDRINO PASSOS

Nos já recuados anos em que verdadeiramente comecei a coleccionar, pode dizer-se que era nulo o comércio de espécies numismáticas em casas da especialidade. Isto no que dizia respeito ao sul do país.

Era nos cambistas, ourives e Casa Liquidadora, de D. Maria Guilhermina de Jesus, que os coleccionadores conseguiam adquirir alguns exemplares com que aumentavam as suas colecções ou, então, na Casa Schulman, de Amsterdão, aqueles que conheciam a sua existência.

Esta situação prolongou-se até Outubro de 1926, quando a casa de câmbio A. da Costa Ivo, Lda., de Lisboa, entregou à coleccionadora D. Robélia de Sousa Lobo (que já havia tempo transaccionava com muitos coleccionadores os seus duplicados) a gerência da Secção de Numismática criada por sua influência. Uma circular, pela mesma Senhora assinada, datada de 24 de Junho de 1927, e impressa em papel timbrado da firma Costa, Lda., também cambista, dizia: «Participo a V. Ex.^a que deliberei transferir a minha secção de numismática e medalhística, para a Rua da Prata, 60, 62, filial da firma Costa, Limitada (Cambista Pina), cuja inauguração deverá ser no próximo dia 2 de Julho». A duração desta «sua secção» sei que foi até Junho de 1928, pelo menos.

De novo se estabeleceu um quase vazio que durou até 5 de Junho de 1934, data em que Almeida, Limitada (certamente por vontade de seu sócio António Jacinto de Almeida, já muito conhecido dos coleccionadores) anunciou em circular a criação de uma secção de Numismática, que em Abril de 1948, então já sob a conhecida firma bancária Almeida, Basto & Piombino & C.^a, se remodelou debaixo da direcção técnica do perito numismata sr. dr. Pedro Batalha Reis. Dessa nova orientação resultou, assim o julgamos, a vinda para Portugal das importantes colecções Guinle e Galliera que produziram a notável Exposição realizada em Abril de 1948 no S. N. I., que a primeira enriqueceu, e o importante leilão realizado em Abril de 1949, para o que a segunda concorreu com valiosa parte, dando por isso o nome ao respectivo Catálogo.

Antes de falar da actividade da casa A. Molder nesta especialidade, é oportuno mencionar a da firma Soares & Mendonça que, pela secção de numismática nela criada, promoveu dois leilões em cada um dos anos de 1946 e 1947 e ainda outro no de 1955.

Foi em Janeiro de 1948 que Augusto Molder iniciou a publicação de «A Moeda», órgão da secção de numismática da sua casa, que atingiu o n.º 91, e último, em Janeiro de 1958, reportando-se em 78 deles aos leilões que realizou e os restantes às Listas de Preços Fixos.

Pelo que julgamos saber, foi durante este período que se legalizaram em Lisboa, como negociantes numismáticos, os srs. tenente Agostinho Barradas, Amílcar Lopes Custódio e António dos Santos Catita e no Porto diversas Casas Bancárias e Cambistas.

Esta intensa actividade originou a década áurea da Numismática em Portugal, tanto pelo grande desenvolvimento que o coleccionismo tomou, como pelo estímulo dado ao fervor bibliográfico que se vinha a observar havia já alguns anos, criando um tal âmbito cultural, que culminou na oportuna fundação da Sociedade Portuguesa de Numismática.

Todo este arrazoado é para mostrar as relativas facilidades que, mais ou menos desde 1926 e, continuamente, desde 1946, os coleccionadores têm disfrutado, em comparação com as dificuldades que anteriormente se lhes deparavam para o desenvolvimento das suas colecções, e a importância que para mim teve o que veio a acontecer.

Foi precisamente nesse período de dificuldades, de escassas ou nulas relações entre coleccionadores, então raros na província em que vivia e ainda vivo, que, em 1923, veio para Faro, como 2.º Comandante do Batalhão n.º 8 da G. N. R., donde se retirou em 1928, o então capitão António Elias Garcia. Algum tempo depois, por intermédio do seu camarada, capitão João Carlos de Mendonça, nosso comum amigo, estabeleceram-se as nossas relações.

Como grande coleccionador que era e profundo conhecedor da nossa Numismática, foi para mim (outro tanto sucedendo com outros coleccionadores) de grande proveito o seu convívio, não só pelo prazer que tive por sua afabilidade e grande cultura, como pelos ensinamentos que de seu saber colhi, além do incremento que deu à minha incipiente colecção com a cedência de duplicados e o entusiasmo dos seus incitamentos.

A colecção que tinha no Algarve e à qual nessa época se dedicava, era exclusivamente composta de belos exemplares de moedas de ouro: portuguesas, romanas e visigodas. Algumas das particularidades dela tenho-as anotadas em cartas suas. Já então o ilustre numismata manifestava predilecção pela numária visigoda que veio a estudar profundamente, como muito bem

nos revelam as eruditas monografias que sobre o assunto deu à estampa. Nos estudos da especialidade a que se dedicou foi único em Portugal e duma maneira superior, esclarecendo obscuridades, emitindo opiniões e apresentando hipóteses, documentada e logicamente, sem dogmatismos de qualquer espécie.

A homenagem que devo à sua memória, por gratidão e por reconhecimento do valioso serviço prestado à Numismática com o seu muito saber, fica assim manifestada por estas singelas palavras dum modesto, mas sincero admirador.

Olhão, Novembro de 1959.



L A S C O N T R A M A R C A S E N L A A M O N E D A C I O N I B E R I C A

POR ANTÓNIO MANUEL DE GUADAN

*Insignis eorum est error qui malunt quæ nesciunt
docere quam discere quæ ignorant* (Varron, De
lingua latina, IX-1-1).

Bien sabido es el peligro que encierra en si el dar por conocidas cosas y problemas que se ignoran en absoluto, y pretender, de esta manera, sentar teorías y sistemas sin mas fundamento que un ligero edificio apoyado en fragilísimos cimientos. Esto viene sucediendo con los problemas que se derivan del estudio de la numología ibérica, ya que los últimos años nos han proporcionado un sin fin de *soluciones*, cuando en realidad no tenemos bien escrito ni el enunciado. Esta modesta aportación al esclarecimiento de lo que son las contramarcas, no es una *solución* más. Es solo explicar unas ideas que en la investigación del vastísimo problema de la contramarca en las monedas acuñadas en la Iberia, han salido al paso, y al mismo tiempo un humilde homenaje a un hombre que en vida, ha hecho suyas en múltiples ocasiones las frases de Varron que encabezan este trabajo. Tanto en el campo de la numismática visigoda, su estudio favorito, como en el de la ibérica, el Teniente Coronel Elias Garcia, no se ha cansado de repetir que el andar despacio es la única manera de poder llegar al final, cuando el camino es tan largo y difícil como el que recorreremos.

El historiador, y el numismático es un historiador en uno de los aspectos mas seguros y mas imprecisos de la Historia, ha de buscar a toda idea surgida en una fecha, su fuente, es decir otra idea aparecida en una fecha anterior. La Historia es siempre continuidad, no existe la generación espontánea — *Omnia cellula e cellula* — y toda idea debe de tener su fuente y su desembocadura. En el campo de las primitivas monedas ibéricas, sucede lo propio: hace falta encontrar el camino de esa continuidad, en lo que significa de avance y no de rebusca o disfraz de lo ya dicho, y menos aun de diva-

gación o «dilettantismo». Por ello, aunque nos duela el decirlo, hay que reconocer que la numismática ibérica se encuentra aun en plena infancia y mas nos vale a todos dedicarnos a aprender y estudiar, que no empeñarnos en enseñar lo que no se sabe. Un ejemplo: se han gastado rios de tinta y muchas horas de trabajo en localizar geográficamente los lugares a que corresponden los rótulos de las monedas ibéricas, cuando no sabemos si en muchos casos indican efectivamente lugares o ciudades, y ademas cuando aun no tenemos perfectamente conocidas las equivalencias de los signos ibéricos, amen de la fonética que los conquistadores romanos consideraron asimilable del duro idioma que encontraron en la Iberia. Tiempo y trabajo perdido en su inmensa mayoría, cuando el encauzarlo en una dirección mas lógica hubiera dado frutos mucho mas visibles.

Como el campo de estudio es extensísimo y las direcciones innumerables, vamos a limitarnos ahora a un punto concreto: el estudio de las contramarcas en la numismática ibérica, hasta la completa romanización del país y la desaparición de la moneda provincial autónoma en tiempos de Claudio, pues creemos con Heiss que este suceso tuvo lugar reinando ya Claudio y puestas en vigor sus medidas financieras de centralización de tesorería. El problema en realidad es inédito en cuanto al aspecto parcial ibérico, ya que no pueden considerarse como estudios fundamentales ni el desprecio de Vives, ni las listas de Campaner, pasando por las gratuitas afirmaciones de Delgado o el loable e insuficiente intento mas moderno de Vigo Llagostera. En la revista *Nvmisma* hemos publicado recientemente un trabajo sobre una contramarca de la Legio VI en un sextercio de Claudio, pero aunque contramarca ibérica, tampoco entra dentro del campo que vamos a comentar. En el extranjero no se han ocupado para nada con la sola excepción de algunas notas en la obra de Hill y las listas anticuadas de Heiss, de las contramarcas en las monedas ibéricas. Bastante trabajo tienen con ponerse de acuerdo los comentaristas en cuanto al significado de estas marcas en la amonedación oficial romana, ya que la enorme variedad de signos lleva implícita una serie de problemas históricos de la mayor importancia, pero tambien de la dificultad mas pronunciada.

El primer obstáculo con que han tropezado los comentaristas al examinar las contramarcas en la amonedación ibérica, es el creer que todas estas contramarcas han sido fijadas por los talleres oficiales y con una epigrafía perfecta. No ha sido así en realidad, pues las contramarcas de tipo bárbaro, en este caso ibérico o pseudo-ibérico, son muy abundantes, lo mismo que ocurre en otras zonas de amonedación provincial y campamentos de legiones, como en Vindonissa. Ello ha dado lugar a que se interpreten contramarcas

como en alfabeto ibérico, cuando solo son malas copias de contramarcas en alfabeto latino; un caso importante el de los signos sobre un mediano bronce de Claudio (Lorichs, lamina XXI— número 5) reproducidos mas tarde por Heiss (FIGURA I), que han dado lugar a una extensa discusión entre eruditos, cuando en realidad no se trata mas que de la conocida marca P. P. (Pater Patriæ) interpretada por un grabador indigena, a su estilo, ya que en Vindonissa han aparecido otras casi exactamente iguales. En muchas ocasiones los grabadores copian prototipos romanos, con absoluto desconocimiento de su significado y asi la conocida marca D. D. a los lados de una palma, tan corriente en muchos casos sobre bronce provinciales, ha dado lugar, mal copiada, al extraño signo (FIGURA II) que se aprecia sobre un as de Emporion del Museo de La Haya (Hill, lamina III numero 2), y que despues ha sido reproducida múltiples veces, sin acertar a comprender su significado. Y sobretodo por no llegar al intimo conocimiento de lo que una contramarca representaba para los romanos en aquellas fechas.

En líneas generales la contramarca es un aspecto mas de la reafirmación de cómo el espíritu romano adopta una actitud particularísima ante el mundo. El romano parte, como dice Ortega, para formarse sus conceptos, no del sentimiento estético ni del intelecto, como hicieron los griegos, sino de la voluntad en sus relaciones de dominio, libertad, derecho y obligación. De esta forma se origina el esquema de un *Imperium* supremo, el derecho histórico, con la convicción de que el orden jurídico es inquebrantable. Para los griegos la contramarca, con pocas excepciones, no ha existido mas que cuando el sistema político del mundo romano se infiltra, ya en tiempos helenísticos, dentro del mundo y sistema puramente griegos. Entiéndase que nos referimos a las contramarcas propiamente dichas y no a las contraseñas o signos incusos particulares de los banqueros lidios o eginetas, o a los tesoreros de los santuarios mas importantes de la antigüedad clásica. Estéticamente una contramarca al estilo romano, es inadmisibile para los griegos: de aqui que en los pocos casos conocidos se procure contramarcas con figuras en lugar de letras, como en las tetradracmas de Sidé en la Panfilia, y en todo momento se procure que la marca ocupe un lugar determinado, que no afee en mucho el resto de la composición plástica que compone el simbolismo monetario. Y aun en ciudades de larga tradición griega, la contramarca romana es mas estética que en oppida menos helenizadas: obsérvese como la contramarca del delfin en Emporion está siempre limitada al casco de Atenea, donde puede ser un adorno, en contraposición a la fea cabeza de aguila que choca con su arbitraria colocación sobre el retrato de Augusto, en gran numero de ciudades del Convento Cesaraugustano.

Hay que reconocer, por ello, que la contramarca, tanto en su ocasión o fin, como en su desarrollo, evolución y funcionamiento son típicamente romanas, aunque su origen no lo sea. Solo los romanos han sentido la necesidad de rehabilitar una moneda para su circulación por su mucho desgaste, de prolongar el área de expansión de la misma, de anunciar un hecho histórico, de glorificar un emperador o de efectuar un censo o recuento, marcando las piezas con un resello en las monedas de cobre legales. Para el mundo griego el problema es diferente, ya que el cobre es metal, mucho menos empleado en la acuñación que en el mundo romano, y la plata rara vez necesita ninguna marca; ante la falta de aspecto fiduciario no se quebrantaba en absoluto el régimen jurídico empleando en Atenas para pago de una mercancía, *tortugas* de Egina o *potros* de Corinto o bien pagando en tetradracmas de patron Atico un cargamento de trigo de la Propóntide o de Egipto. Los recuentos y censos tampoco eran motivo suficiente para resellos y es muy raro el caso de que una moneda de una ciudad griega, antes del siglo III a. J. C., se contramarque para utilización en otra, como en un caso concreto de Leontini para Siracusa.

Para los romanos, las Colonias eran una imagen en miniatura de la Metrópoli. Así al menos se deduce claramente de la conocida frase de Aulo-Gelio (Noches Aticas, XVI-13), «...populi romani cujus istæ coloniæ quasi effigies parvæ simulacraque esse quædam videntur». Pero las contramarcas son mucho más abundantes en las colonias que en Roma; y más aun en las zonas fronterizas, donde las legiones, y la organización del erario, daban lugar a una serie de problemas de contabilidad, que no existían en la Capital. La autoridad superior, el cargo de dirección y vigilancia, el poder exclusivo de ordenar las emisiones monetarias y de determinar su importancia según las necesidades del momento, que pertenecía al Senado Romano en toda la amonedación urbana bajo la República, y que incluso después de Augusto conservaba el privilegio de la acuñación del cobre, estaba bajo el control de la curia local, de la asamblea de los Decuriones en la amonedación de pleno derecho de las colonias latinas de Italia, antes de la Ley Plautia-Papiria, y la de las provincias hasta Augusto, y más tarde en la amonedación de las colonias y municipios, de derecho latino o de derecho romano bajo los emperadores. Así por un decreto de los Decuriones se ordenaba la acuñación monetaria en las colonias, con la aprobación del Gobernador de la provincia, ya en época Imperial. Esta decisión se hace constar en las monedas por las abreviaciones tan conocidas de D. D. (Decreto Decurionum) o bien Ex. D. D. que son muy corrientes como contramarca en las monedas coloniales de casi todas las provincias. Pero no era obligatorio que la llevaran, ya que hay

muchos mas casos de monedas provinciales que no lo llevan, de las contramarcadas de esta forma, y solo en muy raros casos (Cartago y Útica) aparece la mencion completa del permiso «*Permissu Proconsulis Decurionum Decreto*». No conocemos el motivo de que en unas ocasiones se contramarque con D. D. la pieza y en otras no, pero el estudio detallado de esta costumbre en Emporion, nos lleva a suponer que no habia ninguna regla fija, sino que debia de depender del capricho de los Decuriones de turno.

Y tampoco puede considerarse como regla fija, ya que hay mas excepciones que casos afirmativos, la costumbre de contramarcas las monedas ibéricas con un monograma abreviatura del nombre de la ciudad, sus iniciales o bien un simbolo que la recuerde. Este es otro problema en cuyo interior creemos se halla nada menos que la explicación del porqué de los letreros de anverso en la amonedación ibérica, repitiendo letras del reverso; y como no hemos encontrado aun la *solución*, nos limitamos a dejarlo indicado, como tantos otros problemas que podríamos enunciar.

Ya vemos, por lo anteriormente expuesto, que aunque nos limitásemos al estudio de las contramarcas en la amonedación ibérica, la amplitud del tema es tal, que sobrepasa con mucho la extensión de un simple artículo, aun suprimiendo como procuramos hacerlo, todo aparato erudito o cita técnica. Y la publicación de un corpus de contramarcas, es tarea que tenemos entre manos, y que esperamos, Deo volente, poder publicar algun dia. Con objeto de no caer en el defecto que intentamos corregir, el de la divagación o generalización excesiva, vamos a recortar del total del problema que tenemos en estudio en su conjunto, un pequeño trozo, y exponer lo que nuestras investigaciones han podido enseñarnos hasta la fecha sobre el mismo. Trataremos pues exclusivamente, de las marcas de todas clases sobre monedas ibéricas con leyenda en caracteres no latinos, fechables por lo tanto entre el siglo II y el I a. J. C.

Que se trata de un pequeño trozo del problema total, se puede apreciar fácilmente, si comparamos un esquema provisional de conjunto sobre las contramarcas en la numología ibérica — al menos once grupos diferentes — con los tres que tienen relación con el presente artículo:

- 1) — Numerales o signos de valor. Casi siempre letras, como se continúa en la amonedación romana de ceca griega de épocas mas avanzadas.
- 2) — Iniciales o monogramas relacionados con las colonias o ciudades emisoras, repitiendo las primeras letras o marcando un simbolo parlante.
- 3) — Dibujos de utilización exclusiva en una zona geográfica deter-

minada, que puede tener relación con el *Conventus* correspondiente.

- 4) — Signos de autorización de los Decuriones o Ediles, con variantes de dibujos, letras y símbolos dobles.
- 5) — Signos especiales de las Legiones Romanas acampadas en territorios fronterizos, con o sin símbolos de las mismas.
- 6) — Contramarcas de tipo oficial romano, con nombres abreviados de Emperadores, o de permiso de los mismos.
- 7) — Contramarcas punteadas de tipo minero.
- 8) — Marcas de significacion dudosa o desconocida, entre las cuales se encuentran copias bárbaras de marcas oficiales.
- 9) — Marcas con alfabetos distintos del latino (iberico, fenicio, tartesio, etc.).
- 10) — Contramarcas en alfabeto latino sobre monedas con leyenda en alfabeto no latino.
- 11) — Contraseñas, punzones, «grafitti» y marcas diversas, en monedas ibéricas de toda clase.

Antes de iniciar el estudio de las contramarcas sobre monedas en alfabeto no latino, conviene dejar bien sentado lo que entendemos por contramarca y sus variantes, ya que de lo contrario el confusionismo hace muy difícil el concretar exactamente cada caso; para ello seguimos la mejor explicación que se ha dado, la de Gnechi, ampliándola en parte con los extremos que la experiencia ha demostrado aconsejables:

a) *Contramarcas* — Son las formadas por dibujos, letras o letras y símbolos, que forman a su vez la abreviatura de una palabra o nombre, o bien un signo alfabético o simbólico, que puede ser o no inicial de una palabra mas extensa o palabras mas extensas. Se marcan siempre a troquel o cuño, bien en anverso o en reverso, o en ambos. La colocacion fija sobre una de las caras de la moneda, presupone una idea preconcebida en cuanto a su simbolismo, en todo caso.

b) *Contraseñas* — Son simples signos convencionales de formas geométricas diversas, sin un significado determinado y previsible para nosotros. Siempre estan marcadas a punzon.

c) *Punzones* — Son las contraseñas, aún mas simplificadas, a base de rectangulos, circulos y formas mixtas sencillas.

d) *Graffiti*—Marcas hechas a buril, cuya autenticidad y fecha de fijación es, a menudo, muy dudosa. Nos decidimos por el empleo de esta palabra, para evitar confusiones si dijéramos signos grabados o burilados, y ante su utilización tan frecuente en el campo arqueológico.

A) — CONTRAMARCAS EN ALFABETOS NO LATINOS

Segun el último trabajo sobre esta clase de contramarcas, el publicado por Vigo Llagostera (Nymisma—5, 1952) solo existia un resello ibérico sobre moneda con leyenda en alfabeto tambien ibérico. Pero el signo de referencia puede no ser ibérico, sino latino, como luego veremos. En cambio publicamos otro hasta ahora inédito, con muchas mayores probabilidades de ser genuinamente ibérico, y varios mas desconocidos hasta la fecha, en piezas de la Ulterior:

- 1 — C E L S E — As del tipo Vives 62-7. Unico ejemplar conocido en la colección Guadan pieza num. 944 con 13,5 gramos de peso. La contramarca (FIGURA III) aparece claramente visible sobre la mejilla de la cabeza del anverso. La ceca 67 de Vives tiene la misma letra inicial y el arte de las piezas de esta clase (Vives 56-1) es muy semejante al de la pieza de Celse que comentamos. Si el signo ha sido puesto como inicial de CA(LAGURRIS) nos indicaria que un taller monetario ha acuñado para varias ciudades y por otra parte en Celse no seria la primera vez, ante la diferencia de arte de las primitivas monedas como Colonia Lépidia y las del tipo Vives 61-1, esten situadas al principio o al final de las series, con su rara epigrafia de S retrógrada. La única semejanza de esta contramarca con signos latinos es la forma de la primitiva A romana, como aparece en los cuadrigatos o didracmas romano-campanianas del tipo Sydenham 64 y similares, fechados entre 222 y 187 a. J. C. pero seria muy extraña la utilizacion de este signo en plena zona ibérica y en fecha mucho mas tardia.
- 2 — ORROSIS — As del tipo Vives, 49-2, reproducida por Lorichs lám. 19-3 y por Delgado lám. 145-3. No es dudosa la existencia de la contramarca H (FIGURA IV) como alega

Vigo, ya que ha sido publicada en fotografía por Iriarte (N.H. 1953, lám. 5 núm. 38). Pero en cambio lo que sí es dudoso es que se trate de la letra H con sonido de O ibérica, y no sea simplemente la letra H latina, que se emplea con carácter de numeral en múltiples ocasiones en la numismática griega. Ejemplos en Olbia (Fitzw. Mus. lám. 160-1 y pieza núm. 4307) y mas tardíos en infinidad de lugares con acuñaciones en caracteres griegos bajo el imperio romano. Lo que indujo a Lorichs a creer se trataba del signo ibérico fue la coincidencia de que fuese la inicial de la ceca o leyenda del reverso, pero no es suficiente dato para ello, ya que entonces se podría también incluir en el grupo otras monedas con leyenda ibérica que llevan signos posibles de interpretar como ibéricos o como latinos. Nos referimos a Beligion (Vives 44-2) y a Damaniu (Vives 37-2) con una contramarca de esta clase.

3 — SECAISA — As del tipo Vives, 65-6, publicada por Iriarte como pieza de su colección. (Num. Hisp. 1953 lám. 5 núm. 39). El resello (FIGURA V), no ha sido hasta la fecha explicado, pero creemos se trata de una marca púnica, muy semejante a otras publicadas por Mazard en su Corpus pag. 231, índice V de tipos de resellos púnicos. Esto nos llevaría a considerar un interesante problema de circulación del numerario ibérico en época ya avanzada, por zonas de influencia púnica muy marcada, que se ven ampliadas en las variadas contramarcas de Malaca que citamos de seguido.

4 — MALACA — Tres diferentes clases de contramarcas hemos podido comprobar en monedas de esta ceca: a) — Ases del tipo Vives, 85-6 y similares. Contramarca (FIGURA VI) siempre en el reverso, ya citada por Lorichs, aunque incompleta, lám. 32 núm. 6. Nos inclinamos a suponer no se trata de ningún signo ibérico, sino de la inicial del nombre púnico de la ciudad. b) — Semis del tipo Vives 85-9 y similares. Contramarca (FIGURA VII) hasta ahora inédita, observada en ejemplares de la colección Iriarte. Siempre en el anverso y a nuestro juicio posibles signos púnicos también. Y por último

c) — Ases del tipo Vives, 85-6 pero sobre el anverso, Contramarca (FIGURA VIII) solo conocida en un ejemplar de la colección Iriarte y que creemos es otro signo de tipo púnico, como los dos anteriores.

5 — CASTULO — Ases del tipo Vives, 69-10 y 70-2, con leyenda tartesia y que en su anverso o en su reverso presentan la contramarca (FIGURA IX) que debe de interpretarse como una rueda de cuatro radios, semejante al signo hallado en Vindonissa (núm. 4) sobre Ases de la época de Augusto, hacia 19 a. J. C. Estas marcas de tipo simbólico y religioso, son muy abundantes en las Galias, pero raras en emisiones tan al Sur de la península. Puede confundirse con un signo ibérico, pero creemos improbable tal solución.

B — CONTRASEÑAS Y PUNZONES

Son muy abundantes esta clase de marcas en monedas con alfabeto ibérico en sus leyendas, en mucha mayor proporción que las que presentan alfabeto en caracteres latinos. La contramarca y el punzon en el denario romano-republicano parece ser el inicio de esta costumbre, que se propaga a todas las regiones donde los ejércitos romanos ejercen su influencia. Se ha comentado ya hace tiempo que la gran variedad de estos punzones solo puede explicarse si aceptamos la iniciativa de los particulares y del mando militar romano, a quienes, con mucha frecuencia, Roma enviaba la moneda mas vieja y mejor conocida, y por lo tanto, la mejor aceptada por el pueblo y el ejército. Y prueba de ello es que en momentos de cambio en el peso de la moneda es cuando con mayor intensidad se aprecian los punzones en la plata romana: las primeras marcas parecen coincidir con la primera reducción del denario de 1/72 a 1/84 por libra y se intensifican extraordinariamente en los últimos años de la República. La segunda reducción del denario de tiempos de Neron de 1/84 a 1/96 por libra tambien parece indicar un recrudescimiento en esta costumbre de punzonar con diversas formas geométricas los denarios, aunque los denarios posteriores a Augusto no abundan en tales marcas, que pasan al bronce en su mayoría.

Los tipos de punzones mas corrientes en las monedas con leyenda ibérica, son los siguientes:

6 — (FIGURA X) — Aparece en una rara pieza de Celse, del tipo de

Vives, 62,8, y atravesando por completo la moneda. La rareza del tipo hace eliminar la posibilidad de tratarse de algún congiario, y su finalidad queda inexplicada.

- 7 — (FIGURA XI) — Es el más frecuente de todos y aparece también en denarios como el del tipo Vives, 45-1 sobre el reverso. En monedas de bronce es muy abundante: citemos Undicescen, tipo Vives, 16,10 también en reverso y en Celse en muchas variantes. La misma contramarca o punzon aparece en Vindonissa (número 93 del catálogo) sobre un semis de Lugdunum de la serie del Altar y es de época de los últimos años de Augusto o principios del reinado de Tiberio. El anillo es típicamente galo.
- 8 — (FIGURA XII) — Solo es conocido este punzon, que parece de antecedente galo por el tipo rueda o símbolo lunar, en una moneda de cobre de Aregorada, tipo Vives, 40-2, de la colección Vidal y Quadras (lám. I núm. 7). El ejemplar que reproduce Vives en sus láminas parece también llevar la misma marca, que con ligeras variantes aparece asimismo entre las piezas halladas en el campamento de Vindonissa (número 4 del catálogo). Se trata de un as de Nemausus del año 19 a. J. C.
- 9 — (FIGURAS XIII y XIV) — Las estrellas de cuatro y de seis puntas aparecen en anverso y reverso de un raro as de Cese de símbolo casco (Vives 33-15) de la colección Villaronga. No hay antecedente de estos punzones en Vindonissa, y tampoco en ninguna otra pieza con leyenda ibérica, conocida hasta la fecha.
- 10 — (FIGURA XV) — Este punzon, que algunos han interpretado como la marca del «semis», se encuentra en diversas cecas de monedas con leyenda en caracteres diferentes del latino: así por ejemplo en la moneda del tipo Vives, 120-3 (ejemplar del Museo de Londres) atribuida a Salacia (?), o en la de Cese tipo Vives 34,1 en la que el signo es doble. Obsérvese como en Rómula, ya en piezas con leyenda latina, aparece el mismo signo y posiblemente con el mismo significado.

Dentro de este grupo de punzones, y en piezas con alfabeto griego o iberizante, deben de incluirse los muchos casos que aparecen sobre dracmas emporitanas. Especialmente en los tipos derivados del hallazgo de Puig Castellar, y en los muy romanizados, con diferencia clara de los tipos de punzones

empleados en ambos casos. Un estudio completo de las mismas aparece en nuestro catálogo en prensa sobre las monedas de plata de Emporion y Rhode, y nos limitaremos por lo tanto a señalar algunos de los casos mas representativos:

Moneda número	347	—	Emporion	—	Punzon en forma de punta de lanza.
»	»	380	—	»	— Punzon rectangular analogo al núm. X.
»	»	426	—	»	— Punzon en forma semejante a la mitad del núm. II.
»	»	441	—	»	— Punzon en forma de estrella de cuatro puntas, variante del XIII.
»	»	571	—	»	— Punzon en forma de cruz, con cuatro globulos iguales.
»	»	681	—	»	— Punzon en forma de trebol, que tambien aparece en ejemplares muy romanizados.

C — CONTRAMARCAS CON SIGNOS O LETRAS DEL ALFABETO LATINO

Este grupo es el mas complejo y el de fecha mas reciente de los tres, tanto por la abundancia de contramarcas diferentes, como por las dificultades que encierra una explicación normal de estos signos. Sin embargo su importancia es extraordinaria, pues demuestra cómo las piezas con alfabeto ibérico no fueron rápidamente desmonetizadas, sino que continuaron circulando varios años junto con las nuevas piezas con alfabeto latino, ya en época de Augusto y aun posterior, puesto que las mismas contramarcas se registran en piezas con alfabeto iberico y mas tarde en tipos con alfabeto latino, lo que indica una circulación monetaria coetánea.

Este hecho, de extrema importancia, hay que añadirlo a los indicios hasta ahora presentados por los numismáticos, para tratar de explicar el porqué de la contramarca. Sin adentrarnos en este campo, tan extenso y tan difícil, solo indicaremos que de las cuatro teorías clásicas sobre la finalidad de las contramarcas, ninguna de ellas incluye el problema de la contramarca iberica, que podría agregarse como una quinta *solución* parcial para determinados casos.

Las teorías clásicas, en forma extractada, y siguiendo la mas reciente exposición-comentario de C. M. Kraay, son las siguientes:

- 1) — *Teoría económica* — Extender y prolongar el área de circulación y la vida de la moneda, que se rehabilita cuando está muy desgastada, inidentificable o con peso bajo. Teoría clásica.

- 2) — *Teoria del origen* — Propuesta por Grünwald en su magnífico estudio sobre el hallazgo de Vindonissa; la contramarca indica una fuente o un origen determinado, no solo del metal sino también de la moneda en sí. Está enlazada esta teoría con la que más adelante indicaremos, derivada del aspecto ibérico del problema.
- 3) — *Teoria simbolica-honorifica* — Es la preferida por Grant al creer que las contramarcas son la forma abreviada de glorificar emperadores y de hacer variar la titulación.
- 4) — *Teoria de las donaciones* — Es la modernamente sustentada por Kraay, quien cree que la contramarca se fija para diferenciar las piezas que se entregan en las donaciones «ex-gratia», como por ejemplo el *congario* de Neron del año 57 d. J. C. recogido por Tácito (*Anales*, xiii-31).

La contramarca de la moneda ibérica puede participar en algún modo de los motivos que indican las teorías 1) y 2), pocas veces el 3) y muy raramente el 4). Pero sobre todo creemos esta afectada por un motivo de origen contable, consecuencia de la centralización del *fiscus* en tiempos de Claudio y de las modificaciones y estructura del *Aerarium militare* creado por Augusto el 6. d. J. C. para el sostenimiento de las Legiones. Esperamos poder aportar pruebas concluyentes, en un trabajo que tenemos en preparación, sobre esta quinta solución al intrincado problema.

Limitándonos por ahora a indicar las contramarcas más importantes con signos latinos en piezas con alfabeto ibérico, encontramos las siguientes:

- 11 — (FIGURA XVI) — Es conocida en dos ases de los tipos Vives, 44,2 (Beligion) y 37,2 (Damaniu) en el primer caso en anverso y en el segundo en el reverso de la pieza. Son piezas las dos muy raras con esta marca cuyo significado es muy dudoso; puede tratarse de una lúnula, de un torques o de la letra C latina. Casos semejantes aparecen en monedas de cobre de Melita, y como inicial de Caius en el hallazgo de Vindonissa números 73 al 75 en este caso seguidas de VAL en monograma, que en la amonedación ibérica ha sido siempre traducido como el VALEAT.
- 12 — (FIGURA XVII) — En diferentes posiciones y con variados dibujos, esta contramarca aparece en monedas con alfabetos fenicio y tartesio y más tarde en piezas con alfabeto latino. En Gades (Vives, 74,1) sobre reverso y en Castulo (Vives 70,9)

sobre anverso. Para Delgado la pieza de Gades con esta contramarca, sería solo la inicial de Balbus, pero es difícil el suponer que en Castulo también lo sea y en múltiples cecas con alfabeto latino, que no tienen el menor contacto con ningún Balbo. A nuestro juicio es la B inicial del más corriente BON. de no tratarse de un numeral. En Vindonissa encontramos las letras B y la O en punzones separados sobre una misma pieza (núm. 121) y en otro caso las dos letras en una misma forma ochavada (núm. 118) sin duda por el BON latino.

- 13 — (FIGURA XVIII y XIX) — En dos ejemplares del Museo de Londres aparecen estas dos marcas sobre el anverso, en piezas del tipo Vives 74-3 de leyenda fenicia. La coetaneidad de ambas marcas, si ha existido, plantea difíciles problemas de cronología: la XVIII parece una copia barbara de la marca de Tiberio, tipo Vindonissa núm. 55, que se lee TIB. IMP. La XIX aparece en Cascantum y Laelia con leyenda latina y es posible se trate de la letra C dos veces, como *consensum* o bien inicial de tipo numeral.
- 14 — (FIGURA XX) — Solo se conoce esta contramarca por una pieza del M. A. N. de Madrid, y corresponde al tipo Vives, 69-12. Está situada sobre el anverso y su interpretación es dudosa. No parece tratarse de la letra C latina, sino más bien de una lúnula y estrella, mal copiada e interpretada por grabadores locales, ya que la lúnula y estrella es corriente en emisiones de la Ulterior y aun en el mismo Castulo (Vives 70-1). De aceptarse este significado nos encontraríamos de nuevo con una marca copiando símbolos locales, según el sistema de control contable ibero-romano a que antes nos hemos referido.
- 15 — (FIGURA XXI) — Esta contramarca fue publicada por Vigo (tipo 8) erróneamente interpretándola como C. D. En el único ejemplar conocido sobre leyenda ibérica, en nuestra colección, tipo Vives 62-5, que es el mismo fotografiado en el artículo de Vigo, se aprecia como las letras ligadas son G.R como lo demuestra la presencia de la misma marca en tipos de la misma ceca con leyenda latina (Vives, 160-4 y 161-8) en el Ashmolean Museum de Oxford y en la colección S. de Ricci. Un defecto del cuño en el ejemplar con leyenda ibérica, ha dado lugar a esta equivocada interpretación. En la pieza más moderna con esta contramarca, año 5 a. J. C., aparece en reverso como en los

otros casos anteriores; para Hill se trata de las iniciales de Graccurreis, pero es muy dudoso que así sea, ya que significaría una acuñación en Celse para Graccurreis por un periodo de al menos 60 años de duración.

- 16 — (FIGURA XXII) — Es dudosa esta contramarca sobre pieza de Abdera con leyenda fenicia, tipo Vives 81-2. Solo es conocida por un dibujo de Delgado que a su vez copia a Sestini (lám. I núm. 14), y se interpreta como una abreviatura de *curator* según el tipo de escritura de la República Romana, ya que se cita una inscripción con texto «...faciendum coer...» por «coeravit». Sin embargo puede simplemente tratarse de la leyenda en contramarca CAESAR, mal copiada.
- 17 — (FIGURA XXIII) — No hay duda alguna de que se trata del clásico Decreto Decurionum, tan frecuente en monedas con leyenda latina, aparece claramente en Sexsi, tipo Vives 83-10 con leyenda fenicia y también en Abdera en piezas de época de Tiberio según Hübner (C. I. L. II — pag. 267). En Sagunto aparece junto con la contramarca XXI, por lo que habría que interpretar esta última como algo análogo a Consensum Praefectus, desechando definitivamente su conexión con Graccurreis y leyendo la primera letra como C en lugar de G. La marca XXIII en monedas con leyenda latina es abundantísima, con o sin palma intermedia y copiada al estilo más o menos bárbaro. La contramarca D.D. no es corriente fuera de Iberia y Galia y solo conocemos ejemplos de zonas geográficas diferentes en una pieza de la Etruria del Fitzwilliam Museum de Cambridge (núm. 57) con un dibujo muy cercano al de la FIGURA II, y otra de Cossura en la Hunterian Collection (Catálogo, tomo III pag. 603). Un Dupondio de Tiberio de la excavación de Dura Europus (Bellinger, pag. 213) núm. 1355 b), lleva una contramarca también análoga, pero variando las letras D.D por B.B. con la palma o dibujo central, y ha sido puesta en la Commagene.
- 18 — (FIGURA XXIV) — Esta contramarca aparece en dos casos, en piezas con leyenda ibérica: en Bilbilis (tipo Vives 63— 7 al 9) sobre el reverso y en Iltirida (tipo Vives 27-12) también sobre el reverso. En Bilbilis aparece en ocasiones junto con la contramarca $\overline{\text{VALEAT}}$. A nuestro juicio se trata de una abreviatura de TIBERIUS CAESAR, en forma muy semejante a la registrada en Vindonissa (tipo 68— I) donde adopta una forma cir-

- cular o de rueda. Resulta interesante la circulacion de estas piezas con leyenda iberica hasta el reinado de Tiberio, y el hecho de que solo aparecen contramarcadas las que llevan en anverso el signo BI iberico, y nunca las de signo M, sin duda anteriores.
- 19 — (FIGURA XXV) — Solo se conoce un ejemplar en Castulo con leyenda tartesia, en el M.A.N. de Madrid, tipo Vives 68-8. La moneda está muy gastada y la repetición de la R como monograma de PR(OBATA) resulta anómala. Si aceptamos la fecha del reinado de Claudio para estas marcas de revalidación de numerario, tendremos una fecha límite de circulación de moneda con leyenda tartesia.
- 20 — (FIGURA XXVI) — Según un dibujo de Delgado (lám. 26-19) existe esta contramarca en una pieza de Gades, del tipo Vives, 74-1. Esta fijada en el reverso de la pieza y su significado es muy dudoso. Aparece también en piezas con leyenda latina de Iulia Traducta. Puede ser una parte de la leyenda completa en contramarca *Insulam*, aplicada a la de Gades, como luego veremos. En Vindonissa aparecen marcas semejantes entre las inciertas, tipo 49 a.
- 21 — (FIGURA XXVII) — No hay ninguna duda que nos encontramos ante una contramarca de las más importantes en las series ibericas. Aparece solo en una ciudad en amonedación con leyenda iberica: Bilbilis en ases tipo Vives, 63-7 al 9 e indistintamente en anverso o en reverso. En cambio es abundantísima en ciudades que acuñan piezas con leyenda latina. Lo que ya no es tan seguro es su significado: hasta la fecha todos los tratadistas han considerado esta marca como monograma del VALEAT en el sentido de revalidación de numerario, pero se da el caso de que en los hallazgos de Vindonissa aparecen monedas con la misma contramarca y allí se interpreta como monograma de Valerius. En la Citerior no creemos que la lectura como *Caius Valerius* sea posible pero quedan posibilidades de otros Valerios como Valerio Mesalla Corvinus, por ejemplo. Esta contramarca sirve, como en otras ocasiones, para marcar una última emisión de Bilbilis en alfabeto ibérico, ya que sigue poniéndose en los Ases con leyenda latina, tipos Vives 138, 6 al 9.
- 22 — (FIGURA XXVIII) — Esta contramarca es característica de Gades y solo aparece en piezas con leyenda fenicia de los tipos Vives, 74-3 y similares, siempre Ases, y en reverso entre los dos

atunes. No se puede apreciar, al menos en los ejemplares conocidos por nosotros, la primera letra I que sin duda debe de existir para hacer la leyenda de la contramarca completa. Ya desde tiempos de Delgado se ha venido considerando como INSULAM refiriendose a la de Gades, en el sentido de *ad-insulam*, puesto que no hay en Gades monedas con leyenda latina, exceptuando los grandes bronces que tienen mas bien el caracter de medallones. Sin embargo la marca de Vindonissa numero 49 presenta una extraña analogia con parte de esta leyenda, que ademas tiene variaciones de lectura segun los ejemplares en estudio. Por todo ello es tambien dudosa su exacta lectura. Resulta muy interesante la hipótesis de Delgado y lógica su interpretacion, pero ante las variantes de letras y la presencia de ejemplares en las Galias y en la frontera del Rhin, con contramarcas similares, es mas prudente dejar en duda su lectura, como tantas otras veces nos ha sucedido.

- 23 — (FIGURA XXIX) — Tambien aparece en pieza de Gades con leyenda fenicia del tipo Vives, 74-1, pero esta vez sobre el anverso, y solo conocido por pocos ejemplares. Se trata del monograma MA que tambien aparece en piezas del hallazgo de Vindonissa (números 48 y 49) y su significado es desconocido, aunque parece conectado con el final de la contramarca anterior, en sentido retrógrado.

*

Ademas de los anteriores tipos principales existen otros varios en los que no podemos detenernos, en parte por ser solo variantes y en otra porque algunos son aun verdaderas incógnitas, que esperamos poder resolver en el futuro proximo, previa una minuciosa confronta de ejemplares y estudio de importantes colecciones que hasta la fecha no hemos visitado. Pero aun solo con la simple enumeración de una pequeña parte de las contramarcas que aparecen sobre monedas con leyendas en alfabetos diferentes del latino, se llega a conclusiones de extrema importancia en la numologia ibérica; veamos alguna como final de estos comentarios y como demostración de que un simple acotado de pequeño tamaño en estos terrenos histórico-numismáticos, proporciona nuevas visiones del conjunto y enlaza premisas y datos en forma tal, que ensancha los caminos de la investigación:

Primera — La monedas con leyenda iberica llevan mas contraseñas y punzones variados, que las que ostentan leyendas con caracteres latinos. Con las contramarcas ocurre todo lo contrario. De ello se deduce claramente una cronologia mas antigua para las monedas con rótulos ibéricos, y por lo tanto mas cercanas a los primitivos denarios romano-republicanos, en los que esta costumbre de las contraseñas y punzones está extendidísima. Por otra parte hay cecas con amonedación muy extensa con leyenda ibérica, como la de Cese, en donde solo aparecen contraseñas y punzones, pero ninguna contramarca. Esto lleva consigo el suponer que la organización monetaria de Cese es diferente a las otras cecas romanizadas, a pesar de que la costumbre de marcar los magistrados con simbolos, es usada con mas extension que en ninguna otra parte de la Iberia. La contramarca punteada S.C. de que nos habla Hill (N.N.M. pag. 46) no es una excepcion a la regla, puesto que se trata solo de una marca de sociedad minera, como las estudiadas por Mowat (R.N. 1912, pag. 325 y s.s.) y puede significar simplemente *Societas centenilli* o *Societas cuniculorum*.

No hay que confundir el punto central que aparece en monedas de los Lágidas, Seleúcidas y ciudades Sirias, con el punzon o contraseña de las monedas ibéricas. Su antecedente mas inmediato deben de ser las series de cobre romanas-republicanas, como ases de L. Pomp(onius) del tipo Babelon II — 357-1, o bien las monedas de L. Atratinus el prefecto de la flota de Marco Antonio. Algunos Victoriatos como los que llevan monograma VB o bien letra C, tambien tienen el punzon central, que es de forma circular y muy raramente se emplean punzones con punta en forma cónica.

Segunda — Solo existe raramente en todo el grupo estudiado, alguna contramarca del tipo de las mas corrientes en monedas con leyenda latina: las de Tiberio o Claudio. De ello deducimos que las monedas con leyenda ibérica o fenicia muy raramente pasan en su circulación del reinado de Augusto, ni aun en los casos de las monedas nuevamente admitidas a la circulación por los aediles o decuriones. Por otra parte resulta muy difícil el diferenciar una contramarca, solo por la forma de las letras, y aun por el dibujo que adopta el conjunto, y los ensayos de analisis de Grant, Mattingly, Kraay etc. aun no pueden considerarse como definitivos. Hay que pensar en que la orden de contramarcas debia de proceder de Roma o de la capital provincial y era ejecutada al mismo tiempo en diversos lugares y de diferentes formas, especialmente en cuarteles o acantonamientos militares. No es lógico por lo tanto pensar en que estas marcas pertenezcan al periodo de Augusto o de Tiberio, porque aparezcan precisamente sobre monedas de tal periodo; pueden ser muy posteriores y en la practica así resulta. Aparte de ello hay

monedas con títulos equivocados, y por lo tanto hay que pensar que la contramarca también puede ser errónea: así el título P.P. (Pater Patriæ) dado a Tiberio en un cuadrans de Bolscan y que es una equivocación del grabador, pues bien conocido es que Tiberio rechazó tal título honorífico.

Las anteriores consideraciones no restan importancia al estudio de las contramarcas, que es efectivamente, de primer orden. Dejan fuera de duda las limitaciones de la circulación del cobre senatorial en época de Augusto y llaman la atención sobre un hecho fundamental: que la necesidad de los ejércitos fue siempre una consideración dominante para las autoridades romanas en cuanto a la acuñación de la moneda. Así por ejemplo la elección de Lugdunum como ceca fué debida a las necesidades de los ejércitos del Rin; los ases de cobre puro se acuñaron especialmente para pago de las legiones y la plata de Neron de Cesarea de Capadocia se acuña ante la necesidad de numerario motivada por pagos militares durante la guerra con los Partos. Y la contramarca cabeza de águila, que no hemos estudiado por pertenecer con carácter de exclusividad a piezas con leyenda latina, es también de indudable origen legionario, posiblemente conectada con el Convento Cesarau-gustano.

Tercera — Las contramarcas D.D. y C.R. aparecen tanto en piezas con leyenda latina, como en ibéricas o fenicias. Hay que suponer por lo tanto que dentro de la administración romana coexistieron durante algún tiempo ambos tipos de amonedación, sin distinción alguna, y no hubo, por lo tanto una rápida desmonetización de las primeras, como algunos han supuesto, sino que serían poco a poco absorbidas por las nuevas emisiones latinas. Las monedas con leyenda bilingüe ocupan un pequeño puente de transición entre ambas clases de emisiones, y no puede aceptarse la antigüedad que algunos autores creen, basándose en razones metrológicas, poco ciertas y muy susceptibles de error en las emisiones de bronce de esta época. Las contramarcas también aparecen en las bilingües, y de la misma forma y clase que en las monedas con leyenda ibérica que las preceden y con leyenda latina que las siguen, lo que refuerza la argumentación anterior, como ya expuso Villaronga en un reciente trabajo.

No conocemos ninguna reacuñación de piezas con leyenda latina sobre otras con leyenda ibérica o fenicia, como hubiera sido el caso en el supuesto de una desmonetización de las segundas. Creemos suficientemente probado este punto, y la contramarca sobre piezas de Gades es otro ejemplo de como se utilizaban alfabetos extraños, sin ningún reparo por la administración romana, por lo menos hasta el reinado de Claudio.




























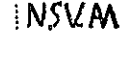

Cuarta — Creemos que las marcas de letras con significado numeral

que ya se inician sobre piezas con leyendas iberica o fenicia, son el primer rudimento de la idea de combinaciones secretas en las que los talleres imperiales romanos, han dado muestras tan frecuentes e interesantes. Y consideramos conectado con este problema el de las leyendas con repeticion de letras del reverso, sobre algunos anversos de piezas con caracteres ibericos. Este sistema de contabilidad con una clave que no ha llegado hasta nosotros, es tambien usado en otras provincias lejanas como en Olbia por ejemplo, donde se dan las contramarcas numerales que siglos mas tarde son frequentisimas en múltiples talleres provinciales. Esperamos que el estudio de estos signos con metodo y detalle, llegue a la demostracion de nuestro aserto, simplemente con las letras mas corrientes, que arrojan grupos de letras en combinaciones variadas, pero cuyo significado de control resulta mas visible exponiendolas como sigue:

GRUPO B: B.E.L. (Beligio)
 B.E.N.D.U.D.A. (Barscones, Bentian)
 B.I.N. (Ausescen, Lagine)
 B.I.S. (Caisesa)
 B.O.R.N. (Bornesben)
 etc., etc.

Quinta — Despues de un detenido estudio de todos los casos conocidos, solamente en un caso consideramos probable que la contramarca sea un signo propiamente iberico. En todos los demás las marcas pueden considerarse como signos latinos, en una epigrafia mas o menos barbara y en periodo evolutivo. Parece lógica tal conclusión, ya que solo excepcionalmente se puede admitir que el taller contramarque en un alfabeto que no sea el romano, ya que la costumbre de marcar es propiamente romana y no es lógico que se utilicen signos diferentes.

Dejamos aqui este *enunciado* de problemas, para que los numismáticos los desarrollen, con nuevas aportaciones de monedas hasta ahora desconocidas, que sin duda existen en las colecciones oficiales y particulares. Y como demostración del aserto en que tanto hemos insistido: todavia sabemos muy poco en este campo de la numologia ibérica, y toda colaboración futura debe de fomentarse entre historiadores, especialistas en numismática y simples aficionados, pero solo si tienen en cuenta que es preferible aprender en fuentes de primera mano, a creer en las soluciones que tantos manuales dan por incontrovertibles, y que, desgraciadamente, siguen siendo problemas en pie.

 I	 II	 III	 IV	 V	 VI	 VII
 VIII	 IX	 X	 XI	 XII	 XIII	 XIV
 XV	 XVI	 XVII	 XVIII	 XIX	 XX	 XXI
 XXII	 XXIII	 XXIV	 XXV	 XXVI	 XXVII	 XXVIII
			 XXIX			

TIPOS DE CONTRAMARCAS EN LA AMONEDACIÓN IBÉRICA

- I—Copia bárbara del P. P. latino. El primer signo de factura etrusca.
 II—Copia bárbara del D. D. palma, de tipo latino. Emporiae.
 III—Celse. As con leyenda ibérica.
 IV—Orrosis. As con leyenda ibérica.
 V—Secaisa. As con leyenda ibérica. Signos de tipo púnico.
 VI—Malaca. Piezas con leyenda fenicia.
 VII—Malaca. Semis de tipo fenicio.
 VIII—Malaca. As de tipo fenicio.
 IX—Castulo. As con leyenda tartesia.
 X—Celse. Punzon en semis con leyenda ibérica.
 XI—Punzon en múltiples cecas con leyendas ibéricas.
 XII—Arecoratas. As con leyenda ibérica. Punzon de tipo galo.
 XIII—Cese. Punzon en pieza con leyenda ibérica.
 XIV—Cese. Punzon en pieza con leyenda ibérica.
 XV—Cese, Salacia. Punzon para indicar el «semis».
 XVI—Beligion y Damaniu. Ases con leyenda ibérica.
 XVII—Gades y Castulo. Leyendas fenicia y tartesia. Signo numeral.
 XVIII—Gades. Leyenda fenicia. Copia bárbara de marcas latinas.



- XIX — Cascantum y Laelia, con leyenda latina. Gades con la marca XVIII.
XX — Castulo. Copia bárbara de la lúnula y estrella fenicias.
XXI — Celse. As con leyenda ibérica. También en piezas con leyenda latina.
XXII — Abdera. Pieza con leyenda fenicia.
XXIII — Sexsi. As con leyenda fenicia. Muy corriente en piezas latinas.
XXIV — Bilbilis e Itirida. Ases con leyenda ibérica.
XXV — Castulo. Pieza con leyenda tartesia.
XXVI — Gades. As con leyenda fenicia.
XXVII — Bilbilis. As con leyenda ibérica. Muy corriente en piezas latinas.
XXVIII — Gades. Ases con leyenda fenicia.
XXIX — Gades. Ases con leyenda fenicia.



AS SUPOSTAS MOEDAS DE SOLA DE D. JOÃO I

POR ARNALDO BRAZÃO

*À memória do consagrado numismata
Tenente-Coronel António Elias Garcia*

Está ainda muito arreigada na imaginação do nosso povo a ideia de ter existido moeda de sola. Assim afirmamos porque, em determinada ocasião, por gente nova, juventude escolar, fomos interpelados sobre a existência daquela moeda, quando uma vez, e na melhor das intenções, falámos dos diferentes materiais de que ela é feita.

Claro está, baseando-nos nos mestres Teixeira de Aragão e Batalha Reis, e, como não podia deixar de ser, opinámos pela não existência de tal instrumento de troca.

Esta interpelação acicatou-nos a ideia de aprofundar mais o assunto e levar ao conhecimento do público, e de novo lembrar aos que se dedicam a esta actividade de investigação histórica, o parecer de escritores ilustres e de mestres consagrados.

Vamos começar por Aragão, transcrevendo da sua notável obra (Vol. I pág. 214), a propósito da moeda de D. João I, o que ele pensa sobre tal problema de numismática que, como se constata, tem preocupado a imaginação popular.

Assim fala Aragão:

«Neste reinado a moeda foi de tão ínfima qualidade, em relação ao valor decretado, que posteriormente chegaram a dizer haver sido fabricada de *sola* durante o cerco de Lisboa em 1384, e esta lenda monetária ainda foi afirmada no século passado por dois escritores notáveis».

Como não acredita na sua existência logo seguidamente afirma:

«Fernão Lopes, que se pode considerar contemporâneo, descrevendo as moedas do mestre de Avis, não deixando de mencionar esta importante circunstância, se tivesse existido e muito mais que no seu tempo os exemplares deveriam ser em abundância. Viterbo escreveu um largo artigo demonstrando a inexactidão do facto, estribando-se principalmente na falta de documentos».

Modernamente, o dr. Pedro Batalha Reis na sua «Cartilha» (Vol I, pág. 330, nota final), escreveu o seguinte:

«Convém neste passo recordar a alusão que alguns escritores antigos do século XVIII (v. g. José Soares da Silva na *Memória para a História de D. João I* e D. Francisco de Meneses, Conde da Ericeira, na *Hist. Gen.* Vol. IV) fazem referência à existência de *moedas de sola* fabricadas durante o cerco de Lisboa em 1383. Todavia, ainda que não fosse impossível ter acontecido, a verdade é que além de se não conhecer exemplar algum, não existe também a mais pequena referência nos cronistas do tempo que tão miudamente relatam os sucessos dessa época. Por isso que até prova em contrário se deve ter de remissa como fantasia de Soares da Silva a afirmação de moedas de sola em Portugal».

Mas este nosso trabalho, que parece ter pretensões de investigação histórica, e bem fracas pretensões elas são na verdade, não fica por aqui. Vamos dar aos nossos leitores, se porventura há quem tenha interesse pelo assunto em causa, mais alguns pareceres sobre um problema que ainda é palpitante, como salientamos.

Vejamos agora o que diz Viterbo no seu «Elucidário» (Tomo II, supl. pág. 50, nota) a este propósito:

«Mas ainda assim dizemos, que nunca El-Rei D. João I, nem ainda quando El-Rei de Castela cercou Lisboa, fez ou permitiu que se fizesse *Dinheiro de sola*».

Várias foram as razões apresentadas por Viterbo para justificar tão categórica afirmativa que, resumidamente, são as seguintes:

- 1) — Falta de documentos comprovativos de tal cunhagem de *dinheiro de sola*;
- 2) — não terem o cronista da época, Fernão Lopes e outros, feito a mais leve referência a tal espécie de dinheiro, embora fizessem minuciosas referências à falta de moeda e às providências tomadas para que não faltasse;
- 3) — só passados três séculos é que dois autores se referiram àquela moeda de couro, aliás sem bases históricas (Soares da Silva e o Conde da Ericeira, D. Francisco de Meneses);
- 4) — a falta de qualquer exemplar nos museus, onde outras moedas existem, mesmo aquelas que foram proibidas de circular sobre graves penas para os seus detentores;
- 5) — serem pura fantasia certas afirmações de mentirosos e de enganadores;
- 6) — na sua lei de 1426, proíbe D. João I, sob pena de prisão e açoutes, que alguém rejeite a sua moeda *Crunhada do seu crunho* a não ser que seja feita de ferro, arame, latão, ou de outro *desvairado metal, de que se não costuma fazer moeda nestes Reinos*;
- 7) — o silêncio, quanto a moeda de couro, naquela disposição legal, é grande razão para crer que nunca existiu.

Mas, desde que salientamos aqueles escritores que se manifestaram claramente contra tal fabrico de moeda e, embora nós tenhamos seguido seus doutos pareceres, não é justo, assim entendemos, deixar no olvido aqueles que pensam em contrário.

Se queremos encarar o problema à face da História, não podemos recusar-lhe lugar neste pleito. Os leitores que julguem afinal, e sigam as opiniões que melhor lhes parecerem, ou as que lhes mereçam maior crédito.

Nesta ordem de ideias damos a palavra a José Soares da Silva, respigando da sua *Memória para a História de D. João I*, (Tomo I, pág. 198) a seguinte passagem:

«...e tiveram tanto crédito suas leis, que há memória antiga, que afirma, que no sítio de Lisboa, consumida a moeda que havia, e faltando-lhe os metais de que fabricar outra, El-Rei a mandou fazer de sola, e ninguém duvidara aceitá-la, e enfim correrá, até que depois ele mesmo a fizera reduzir a moeda corrente de ouro, prata e cobre».

Na verdade Soares da Silva não fundamentou a sua opinião e, ao dizer *que há memória antiga*, disse bem pouco, ao que nos parece.

Mas, após este reparo, vejamos o que D. Francisco de Meneses, Conde da Ericeira, escreveu na sua *Memória do valor da moeda*, publicada no Tomo IV da *História Genealógica* de D. António Caetano de Sousa. A pág. 431 lê-se a seguinte passagem:

«...*havendo Autor verdadeiro*, que diz, que El-Rei D. João I no sítio de Lisboa fez, que corresse moeda de sola, e em outros Reinos vimos nos nossos tempos, que corriam os escritos de Bancos e acções de Companhias, a que pode chamar-se Moeda de papel...»

Como se vê, não foi o ilustre titular e escritor muito além de Soares da Silva. Não só não fundamentou a sua opinião, como se contentou com um vago *Diz-se*, esse terrível *Diz-se* que tantas vezes serve para manter uma insidiosa mentira como para manifestar preguiça momentânea.

Pensamos, ao enfileirarmos com Viterbo, Teixeira de Aragão e Pedro Batalha Reis, ter ficado à sombra de boas e umbrosas árvores.



CONSIDERAÇÕES REFERENTES À AMOEDAÇÃO LUSO-INDIANA DE GOA NO TEMPO DE D. AFONSO DE ALBUQUERQUE

Por DAMIÃO PERES

Os numerosos autores que expressa ou ocasionalmente se têm ocupado dos primeiros tempos da numismática indo-portuguesa, e particularmente, portanto, da dos anos em que Afonso de Albuquerque a iniciou em Goa, ⁽¹⁾ basearam-se exclusiva ou quase exclusivamente nas fontes narrativas constituídas pelos relatos dos escritores quinhentistas que a esse assunto se referiram — Gaspar Correia, João de Barros e Brás de Albuquerque. O primeiro desses escritores chegou à Índia em 1512 e foi, mais tarde, um dos secretários de Afonso de Albuquerque; o segundo exerceu durante bastantes anos o cargo de feitor da Casa da Índia, o que lhe permitiu compulsar importante documentação atinente à vida oriental portuguesa; o terceiro, que era filho natural de Afonso de Albuquerque, foi possuidor de numerosa correspondência do pai. De todos, portanto, deveria esperar-se uma enumeração completa e uniforme do primeiro numerário indo-português de Goa, o instaurado por Albuquerque após a conquista dessa cidade; porém, infelizmente, isso não sucede. Com efeito, Gaspar Correia enumera «cruzados de ouro de sua justa valia de quatrocentos e vinte réis, em que pôs de uma banda a cruz de Cristo e da outra uma esfera, que era a divisa del-Rei D. Manuel; ...e moeda de prata que era da valia de um bargani, fez moeda em que de uma parte pôs um *Α* grego e da outra a esfera, e pôs nome *esfera*, que valia dois vinténs, e *meas esferas* que valiam um vintém; e nos bazarucos de cobre o próprio peso que tinham, com o *Α* e a esfera; e de cada *bazaruco* fez quatro moedas a que chamavam *cepaicas*, e aos bazarucos pôs nomes leais...» ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Uma exaustiva bibliografia destas obras foi elaborada por Luís Pinto Garcia e incluída no prefácio que antepôs à sua tradução dos estudos de H. T. Grogan (*Numismática indo-portuguesa*); Lisboa, 1955.

⁽²⁾ *Lendas da Índia*, liv. 2.º, tomo 2.º, pág. 76.

O segundo, referiu-se, bem mais sumariamente, a ter Albuquerque ordenado a cunhagem de «moeda de ouro, prata e cobre», chamando-se *manuel* a de ouro, *esfera* e *meia-esfera* as de prata, *leal* a de cobre. ⁽¹⁾ O terceiro registou, por seu turno, que Albuquerque mandou cunhar «moeda de ouro, prata e cobre, e que de uma parte lhe pusessem uma cruz de Cristo e da outra uma esfera (divisa de D. Manuel), e que a moeda de prata pesasse um bragani, que era moeda dos mouros, que pesava cada um dois vinténs e pôs-lhe nome *esferas*; e fez outra mais pequena que pesava um vintém a que pôs nome *meias-esferas*, e à moeda de cobre pôs nome *leais*, e à outra mais pequena, que valiam três um leal, pôs nome *dinheiros*; e porque a moeda de ouro se não levasse fora da terra, mandou que o cruzado valesse dezassete braganis». ⁽²⁾

Não faltam, como é patente, nesse conjunto de notícias, vários erros e contradições que dificultam a sua profíqua utilização. Aproximando-as, vê-se quanto à moeda de ouro, que os três autores, embora coincidindo na referência a uma determinada moeda, divergem, contudo, quer no título que ela teria, chamando-lhe *cruzado* Gaspar Correia e *manuel* João de Barros, quer no valor — circunstância esta bem mais importante — pois segundo Gaspar Correia teria sido 420 reais, e segundo Brás de Albuquerque, 680 reais, visto dizê-la equivalente a 17 barganis, correspondendo cada bargani, como ambos informaram, a uma *esfera*, e esta a 2 vinténs, isto é, a 40 reais. Também quanto às características monetárias, as divergências são apreciáveis: segundo Gaspar Correia, a moeda de ouro ostentava a cruz de Cristo numa das faces e a esfera na outra, enquanto nas de prata e de cobre, em vez da cruz de Cristo, havia um A grego; segundo Brás de Albuquerque, todas seriam de igual tipo, aquele que Gaspar Correia atribuiu unicamente às de ouro. É certo que pelo menos algumas dessas divergências poderão explicar-se como resultado de evolução dos tipos, diferentemente considerados por cada um dos autores, análogamente ao que, em anterior escrito, ⁽³⁾ sugerimos como resolução das diferentes informações que a respeito da moeda divisória do *leal* se lêem nos escritos de Gaspar Correia e de Brás de Albuquerque, e que de facto correspondem a diferentes tipos monetários, ainda conhecidos por vários exemplares; porém, quanto ao ouro e à prata, não se conhecem moedas que permitam documentar uma tal hipótese.

⁽¹⁾ *Ásia*. Década I, liv. 5.º, cap. XI.

⁽²⁾ *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, Parte 2.ª, cap. XXV.

⁽³⁾ *Reflexões a respeito da classificação de duas das mais antigas moedas indo-portuguesas*, na revista *Nummus*, vol. V (1959).

Além dos textos narrativos que deixamos apontados, e que, apesar de todas as suas imperfeições, têm sido os elementos de estudo geralmente aproveitados, utilizamos aqui uma outra fonte de informações, da qual, como vamos mostrar, podem ser obtidos alguns dados suplementares, ainda que não suficientes para o esclarecimento global dos problemas que oferece o estabelecimento de um exacto quadro do primitivo numerário indo-português manuelino. Referimo-nos à abundante série de documentos arquivísticos que se encontra nos sete volumes das *Cartas de Afonso de Albuquerque*, meritoriamente publicados pela Academia das Ciências nos anos de 1884 a 1935.

Relativamente ao ouro, são numerosas as ordens de pagamento que no decurso de 1511 a 1515 se referem a *cruzados*, mas tudo leva a crer tratar-se de simples valores de conta, ou do emprego de moedas de ouro metropolitanas com esse nome, prosseguindo assim o que já anteriormente à conquista de Goa se praticava. Do primeiro caso há um exemplo suficientemente claro na ordem de pagamento de 27 de Novembro de 1509, referente a «quatro cruzados em dinheiro», ⁽¹⁾ e outro, bem mais esclarecedor na ordem de pagamento de «dez cruzados», emitida em 28 de Janeiro de 1513, e na qual expressamente se determina que ele se faça «metade em prata e metade em cobre», ⁽²⁾ sendo improbabilíssimo que isso só raras vezes se fizesse. Duma larga prática do segundo existem, também, evidentes provas constituídas quer por ordens de pagamento, algumas anteriores à conquista de Goa, como as de 30 de Novembro de 1509 e 19 de Janeiro de 1510, ⁽³⁾ em que se especifica o de «cruzados de ouro», quer por documentação comprovativa de que se fazia abundante remessa de moedas metropolitanas de ouro e de prata para a Índia. Assim, isso já em certa medida é patenteada pelo auto lavrado em Cochim a 9 de Setembro de 1511, quando Lourenço Moreno tomou posse do cargo de feitor e recebeu do seu antecessor, além de moedas orientais, como xerafins e fanões, e de dobras, moeda espanhola, as seguintes de Portugal: 7.500 *cruzados*, 2 *justos* e 1 *escudo*. ⁽⁴⁾ Mais claramente o mesmo facto é revelado por esse feitor em cartas suas para El-Rei, tal como a de 30 de Novembro de 1513, onde lhe pede que mande «dinheiro amoedado, metade em ouro e metade em prata», e alude aos «cofres do ouro amoedado» que vinham numa nau que naufragara, ⁽⁵⁾ ou na que em 20 de

⁽¹⁾ *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 2.º, pág. 58.

⁽²⁾ *Idem*, vol. 5.º, pág. 384.

⁽³⁾ *Idem*, vol. 2.º, págs. 68 e 429.

⁽⁴⁾ *Idem*, vol. 3.º, pág. 23.

⁽⁵⁾ *Idem*, vol. 3.º, págs. 394-5 e 397.

Outubro de 1513 enviou Francisco de Albuquerque, também ao monarca, sugerindo a remessa de mercadorias, em vez da de moedas de ouro e de prata, que se fazia com grande abundância: «Se Vossa Alteza for servido — escrevia ele — de eu ser apresentado ante Vossa Alteza, eu farei escusar de sair de Portugal nenhum ouro nem prata, salvo mercadorias, e delas se faria a carga, e não *portugueses de ouro, e cruzados, e tostões, a punhados, como vejo que manda Vossa Alteza*». ⁽¹⁾ Finalmente, o próprio facto de aparecer mencionada como *manuel* a única moeda de ouro indubitavelmente goesa do tempo de Albuquerque acrescenta grande plausibilidade, se não certeza, à convicção de que os *cruzados*, inúmeras vezes referidos, representaram sistema de conta ou eram moedas metropolitanas, pois de nenhum modo é aceitável que, simultâneamente, se usassem, em documentos oficiais, duas denominações para uma só espécie monetária. Esse *manuel de ouro*, além de representar, como citação documental, uma espécie única, tinha ainda a singularizá-lo a especial finalidade que lhe foi atribuída na ordem de pagamento de 10 de Fevereiro de 1513, ⁽²⁾ a de, com outras moedas, ter sido entregue ao embaixador do Ruçalcão «para lealdar a sua moeda com a nossa», sendo essa entrega efectuada directamente pelo Mestre da Balança da oficina monetária, e não pelo pagador habitual, singularidade esta não menos de considerar, e que, conjugada com as circunstâncias anteriormente mencionadas, induz a crer estar-se em face duma cunhagem excepcionalmente feita.

Nessa ordem de pagamento, e além do *manuel* expressamente dito de *ouro*, mencionaram-se duas *esferas*, exemplares dum dos tipos de prata descritos pelos escritores quinhentistas que citámos no começo das presentes observações, como se evidencia pela ordem de colocação dos valores ali inscritos: «um *manuel de ouro* e duas onças de prata, duas *esferas* e um pardau».

Cronologicamente, quanto aos anos de 1511 a 1515, é essa a última referência de tal natureza; de datas anteriores podem, porém, apontar-se mais algumas, embora poucas: em 12 de Novembro de 1512, cinco *meias esferas*, como mantimento mensal, a cada um dos 39 peões gentios ao serviço de Portugal, e dez a cada um dos seus capitães; ⁽³⁾ em 8 de Dezembro do mesmo ano, «para o turco que aqui (*em Goa*) está, *meia-esfera* por dia, e assim arroz e manteiga, para seu mantimento»; ⁽⁴⁾ «sete *meias-esferas* em cumprimento da paga de um mês», a cada um dos «homens que servem com

⁽¹⁾ *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 3.º, pág. 373.

⁽²⁾ *Idem*, vol. 5.º, pág. 424.

⁽³⁾ *Idem*, vol. 5.º, pág. 233.

⁽⁴⁾ *Idem*, vol. 5.º, pág. 291.

as tochas»; (1) vinte e seis *meias-esferas* por 17 missas ao vigário de Goa. (2)

Que as mencionadas *esferas* e *meias-esferas* eram moedas goesas de prata, com o valor de 40 e 20 reais, referidas nos escritos de Gaspar Correia e Brás de Albuquerque, pode concluir-se, duma maneira geral, tendo em vista a modéstia dos beneficiários ou dos serviços pagos. Nalguns casos, a evidência resulta mesmo de certas comparações. Com efeito, vinte reais diários, equivalentes a *meia-esfera*, eram, por essa mesma época, o mantimento de um homem de armas, (3) e a mesma importância, vinte réis diários, fôra, em data não muito anterior, estabelecida como mantimento a cada um dos bombardeiros da galé *Santo Estêvão*, (4) combatentes, uns e outros, de categoria superior aos auxiliares gentios e aos serventuários tocheiros; e, referentemente aos pagamentos feitos ao «turco», uma anotação da tesouraria diz que «foi pago até 20 de Março, 980 reais», importância essa que corresponde a cerca de 10 reais por dia, quando contada desde a ordem de pagamento, devendo neste caso ser apenas o complemento adicionado ao arroz e à manteiga, mas que, em qualquer outra hipótese, como a de corresponder a um menor número de dias, inculca claramente ser a *meia-esfera* diária, que lhe fôra atribuída, uma das moedas de prata assim chamadas.

Pelos dois motivos pontados — a excepcional cunhagem de um *manuel* de ouro e a clara atribuição da denominação de *esfera* e *meia-esfera* a moedas de prata — somos levado a excluir das séries monetárias goesas do tempo de Albuquerque a pequena moeda de ouro que Teixeira de Aragão lhe atribuiu, dando-lhe o nome de *meia-esfera*, (5) classificação e atribuição que geralmente têm sido perfilhadas, como nós mesmo fizemos em anterior escrito. (6) Por outro lado, a excepcional cunhagem de uma moeda de ouro e o escasso emprego de moedas de prata, a traduzir um muito limitado fabrico, explicam não só o facto de se desconhecer qualquer exemplar daquela e a notícia de uma única destas, (7) mas também que em 1569 já num documento

(1) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 5.º, pág. 338.

(2) *Idem*, vol. 5.º, pág. 346.

(3) *Idem*, vol. 5.º, pág. 247.

(4) *Idem*, vol. 2.º, pág. 73.

(5) Aragão, *ob. cit.*, Vol. 3.º, pág. 112.

(6) *Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Municipal do Porto*, pág. 9.

(7) Referimo-nos à *esfera* que pertenceu a Filipe Nery Xavier, trazida para Portugal há cerca de um século, conforme ele próprio afirmou nos seguintes termos: «Voltando às *esferas*, nós tivemos uma moeda de prata que tinha de um lado uma cruz, e de outro uma *esfera*, que como uma das cunhadas pelo grande Albuquerque nos levaram para Por-

oficial ⁽¹⁾ se afirmasse ter Afonso de Albuquerque mandado cunhar apenas moeda de cobre. Desta existem, com efeito, exemplares em várias colecções; e pode também apresentar-se prova documental do seu repetido fabrico. ⁽²⁾ Por isso, e além do esclarecimento referente à distinção a fazer entre *dinheiro* e *cepaica*, de que tratámos anteriormente, como dissemos, este género de moeda luso-goesa do tempo de Albuquerque apenas nos sugere algumas considerações referentes ao problema do peso do *leal*.

O peso de um *leal* do tempo de Albuquerque pode calcular-se com precisão utilizando os dados do *Traslado de um Capítulo do regimento que deixou Fernão de Alcáçova*, publicado por Teixeira de Aragão, que acertadamente atribuiu ao referido regulamento a data de Novembro ou Dezembro de 1517. ⁽³⁾ Com efeito consta desse documento que a um quintal de cobre correspondiam 3744 *leais*. Como o quintal pesava 1.179.648 grãos, o peso de cada *leal* seria 315 grãos (15,687 gramas).

A esses 3744 *leais* atribui o mesmo documento o valor de 23 1/4 *pardaus*, e a cada *pardau* a equivalência de 320 réis. O saudoso numismata Raul Couvreur, revendo este problema, calculou em 1,98 *reais* o valor de cada *leal*, e assim «da ordem dos 30» por *tanga* (60 réis) o número de *leais* fabricados. ⁽⁴⁾

Não embaraçou Raul Couvreur, nesta sua conclusão, o facto de que a citada carta régia de 16 de Junho de 1569, historiando a série de prescrições referentes às cunhagens realizadas até então, informa ser cunhada no tempo de Afonso de Albuquerque a «*moeda de cobre conforme ao preço que valia que era de 13 pardaus, e se fizeram leais à razão de quarenta e oito a tanga*» — pois emite a hipótese de que «possivelmente antes do *bazaruco* valer 1,25 reais, e de a cada *tanga* corresponderem 48 peças, teria o valor sido o indi-

tugal» (Filipe Nery Xavier. *Descrição do coqueiro, arequeira, arroz e moedas de Goa*, pág. 72, nota). Ignoramos o paradeiro desta moeda, que, aliás, poucos anos depois, quando Teixeira de Aragão publicou o 3.º volume da sua obra, já se desconhecia, visto que, aludindo este autor, embora sumariamente, à afirmação do referido proprietário, nada diz a respeito da situação do exemplar (Cfr. Aragão, *ob. cit.*, Vol. 3.º, pág. 117, nota 1).

⁽¹⁾ Carta de lei de 16 de Junho de 1569, publicada por Aragão (*ob. cit.*, Vol. 3.º, págs. 459 e segs.).

⁽²⁾ Nos dois meses, desde os fins de Dezembro de 1510 aos de Fevereiro de 1511, recebeu Tristão de Gá, Tesoureiro de Goa, trinta quintais de cobre, nos 5 lotes de seis quintais cada um a que se referem as ordens de entrega de 30 de Dezembro de 1510, de 7 de Janeiro de 1511, de 21 e 30 do mesmo mês, de 26 de Fevereiro de 1511 (*Cartas, cit.*, Vol. 4.º, pág. 331, e Vol. 5.º, págs. 15, 27, 47, 98).

⁽³⁾ Aragão, *ob. cit.*, Vol. 3.º, pág. 455.

⁽⁴⁾ Raul Couvreur, *Numismática Indo-Portuguesa, bazarucos*, págs. 16-17 e 27.

cado de 1,98 reais, seja 2 reais, e o número de bazarucos por tanga o de 30, em números redondos». ⁽¹⁾ Decerto — como justificação desta hipótese — e porque tanto o documento de 1517 como o de 1569, dando valores diferentes ao quintal de cobre, 23 1/4 pardaus no primeiro e 13 no segundo, se referem ao tempo de Albuquerque — considerou como «*preço do custo do cobre por quintal*» o referido valor de 13 pardaus e os demais indicados na carta régia de 1569 até ao governo de D. Garcia de Noronha (1538-40), por serem «inferiores ao valor de 23 pardaus e um quarto, constante do treslado para a primeira cunhagem». ⁽²⁾

Com o devido respeito pela memória do insigne numismata cujas hipóteses deixamos relatadas, entendemos que a diferença dos valores indicados nos documentos de 1517 e 1569 pode e deve ter outra explicação, e até mais simples.

Com efeito, basta considerar que, enquanto o valor de 23 1/4 pardaus — ou, melhor, como calculou Raul Couvreur ⁽³⁾ o de 23,4 — atribuído no documento de 1517 é referente a pardaus de 320 réis, o de 13 pardaus mencionado na carta régia de 1569 corresponde simplesmente à transposição daquele número de pardaus de 320 réis para a equivalência em pardaus-ouro, cujo valor era, nesta segunda data, 360 réis; adiante, aludindo-se nesta carta régia ao quintal de cobre amoadado referentemente ao reinado de D. João III, é à correlação em pardaus-ouro que sempre se faz referência.

Umas simples operações aritméticas, que supomos claramente comprovativas, servirão de base ao que acima afirmamos, recordando previamente que o texto do documento de 1517 informa categoricamente que do quintal de cobre se faziam 3744 *leais*, e que desde sempre a tanga teve o valor de 60 réis.

a) Operação com base no valor de 23,4 pardaus de 320 reais:

$$23,4 \times 320 \text{ reais} = 7488 \text{ reais}$$

$$\begin{array}{r} 7488 \\ \text{—} = 124,8 \text{ tangas} \\ 60 \end{array}$$

$$124,8 \times 30 \text{ leais} = 3744 \text{ leais}$$

⁽¹⁾ *Ob. cit.*, pág. 18.

⁽²⁾ *Ob. cit.*, pág. 27.

⁽³⁾ *Ob. cit.*, pág. 25.

b) Operação com base no valor de 13 pardaus-ouro:

$$13 \times 360 \text{ reais} = 4680 \text{ reais}$$

$$\frac{4680}{60} = 78 \text{ tangas}$$

$$78 \times 48 \text{ leais} = 3744 \text{ leais}$$

É evidente que, tanto num caso como noutro (o número de 30 *leais* por tanga, conforme o cálculo de Couvreur, ou de 48 conforme se diz na documentação de 1569) existe uma correlação de valores referidos ao de 60 reais da *tanga*, e não o número global de *leais* fabricados com um quintal de cobre, *que em qualquer dos casos era 3744*, como aliás claramente se afirma no documento de 1517, ao qual apensou Afonso Mexia, Vedor da Fazenda, sem qualquer referência a alguma alteração daquele número, uma apostilha não datada, mas que deve atribuir-se a algum dos anos de 1524 a 1530 (Cfr. Aragão, *ob. cit.*, vol. 3.º, pág. 126, nota 2, e pág. 455). Acresce que aquele valor de 13 pardaus, declarado na carta régia de 1569 como do tempo de Albuquerque, só veio a ser alterado, como consta do mesmo documento, no tempo do Governador D. Nuno da Cunha (1529-1538).

Museu Numismático Português, 15 de Fevereiro de 1960.



LA «IMAGO REGIS» EN LOS TREMISES VISIGODOS

NOTA SOBRE SU EVOLUCION

POR FELIPE MATEU Y LLOPIS

La presente nota va desprovista, de intento, de bibliografía de carácter monetar, porque recientemente he recogido en la *Bibliografía de la Historia monetaria de España* (Madrid, Fábrica Nacional de Moneda, 1958) la conocida por mí; pero se utilizan las fuentes históricas para concordar éstas con las monedas godas. Siendo divulgada la diversidad tipológica de los tremises interesa señalar el paralelismo o sincronismo entre los textos legales y los cambios operados en los tipos de aquéllos.

Tómanse los datos del libro de Karl Zeumer, *Historia de la Legislación Visigoda* (Traducción de Carlos Claveria, Barcelona, 1944) y de los textos publicados por Robert Grosse en *Las fuentes de la época visigoda y bizantinas*, de *Fontes Hispaniæ Antiquæ*, fascículo IX, publicadas por la Universidad de Barcelona (1947).

De la observación de la simultaneidad en la promulgación de diversas *leges* por los monarcas godos y los cambios introducidos en la presentación de la *imago regis*, esto es, de la efigie del *Dominus noster* o *Dominus rex* en la moneda, parece deducirse que aquellas modificaciones coincidieron con las novedades legislativas o actitudes de los reyes en lo político y religioso, siendo los monarcas legisladores reformadores también de los tipos de los tremises.

La materia se expone en forma cronológica. Los tipos monetarios se toman de las obras citadas en dicha *Bibliografía*.

— 466-484. Eurico. Máximo poder godo. Guerras con los suevos.

— 469-481. Código de Eurico. *Codex Euricianus*.

— 476. Caída de Roma.

— 506. *Lex romana* de Alarico II. *Breviarium Alarici regis*. La *Lex romana* menciona el *sólidus* y la *siliqua*: «Si quis plus quam legitima centesima continet, hoc est tres siliquas in anno per solidum...» (Zeumer, p. 36).

— 507. «Regnum Tolosanum destructum est» (F.H.A., p. 111).

— 511-526. Regencia de Teodorico.

— 516. Hector, Obispo de Carthago Nova. Concilio de Tarragona.

— 523-526. Casiodoro, *Varia*, V. 39: «Ampelio viro inlustri et Liuvirito viro spectabili: Theodoricus rex: Decet provincias regno nostro Deo auxiliante subiectas legibus et bonis moribus ordinari...: monetarios autem, quos specialiter in usum publicum constat inventos, in privatorum didicimus transisse compendium, qua præsumptione sublata, pro virium qualitate functionibus publicis applicentur» (F.H.A., p. 119).

Estos monetarios acuñaban los *solidos* y *tremises*, de tipo bizantino; la acuñación por particulares fué prohibida en virtud de aquella ordenación que mandaba que los monetarios volvieran a su propia función pública.

— 525. Concilio de Lérida.

— 526-531. Amalarico.

— 527. II Concilio toledano. «Gloriosus Amalaricus rex». (F.H.A., p. 123).

— 540. Concilio barcinonense.

— 546. *Teudis rex*. Concilio de Valencia, con asistencia de seis obispos.

— 546. Celsinus, Obispo de Carthago Nova.

— 548. Teudisclo, o Teudiselo.

— 549. Agila, o Achila. La Bética sublevada.

— 554. Los imperiales en Hispania.

— 554-565. Justiniano, emperador.

— 561. Concilio de Braga.

— 566-578. Justino II, emperador.

— 567. Muere Atanagildo.

— 567. Liuva proclamado rey en Narbona. (F.H.A., p. 151).

— 567. Liuva en el segundo año «postquam adeptus est principatum, Leuvigildum fratrem suum non solum successorem sed et participem socium regni sibi constituit Spaniæque administrationi præfecit. (F.H.A., p. 150).

— 568. Liuva, conferido el gobierno de Hispania a su hermano Leovigildo, se reserva para sí el de la Septimania. (F.H.A., p. 151).

— 568-586. *Leovegildvs rex*. Subió al trono en el año segundo del reinado de Liuva (F.H.A., p. 149) . *Codex revisus*.

Acuñaciones de busto de perfil en anverso y Victoria en reverso. Inscripciones:

Anv. *D (omni) n(ostri) Livvigildi regi*; rev. *D. N. Livvigildi regis*. Intitulación en genitivo, *regi* o *regis*.

Anv. *D. (omni) N(ostri) Iustini Aug(usti)*; rev. *D. Livvigildi regis*. Intitulaciones imperial y real en genitivo.

Anv. *D. N. Liuvigildus rex*; rev. *D. N. Liuvigildus rex*. Intitulación en nominativo.

Las múltiples variantes en los ejemplares repertoriados no alteran los tres momentos: el del genitivo, a nombre del emperador Justino II (566-578), el del rey solo y el de éste en nominativo.

La imagen del rey es la expresión de su elevación *ad apicem regni*.

Anv. *Liuvigildus*; rev. *Rex inclitus*. Uso del epíteto *inclitus* por el monarca.

— 570 «*Leovegildus rex loca Bastetania, et Malacitanæ urbis, repulsis militibus, vastat et victor solio reddit*». (F.H.A., p. 150). *Miro, rex suevorum*. Continúa el período de las acuñaciones con la Victoria, sin nombre de ceca.

— 571. «*Leovigildus rex Asidonam fortissimam civitatem... nocte occupat et, militibus interfectis, memoratam urbem ad gothorum revocat iura*».

Exterminio de los bizantinos que ocupaban la fortaleza. (F.H.A., p. 151).

Independencia monetaria de lo imperial. Comienzo de la mención tópica en las monedas de Leovigildo.

En anv.: *D.N. Liuvigildus*; busto de perfil; en rev.: Cruz sobre gradas, título real y nombre de la ciudad: *Rex, Toletó*; así en varias cecas.

— 572. «*Leovogildus rex Cordubam civitatem diu gothis rebellem, nocte occupat et, cæsis hostibus, propriam facit multasque urbes et castella rusticorum multitudine in gothorum dominium revocat*» (F.H.A., p. 153).

Primera conquista de Córdoba por Leovigildo; victoria sobre los rústicos de la campiña, apoyados en los milites imperiales.

— 573. «...*Leovigildus rex... duosque filios suos ex amissa coniuge Hermenegildum et Reccaredum consortes regni facit*». (F.H.A., p. 154). Liuva falleció entre diciembre de 571 y marzo de 572.

En anv.: *D.N. Leovigildus rex, pius* o *rex*, solo; busto de Leovigildo de frente con corona imperial; rev. *Narbona Galera*, busto de Recaredo, de frente también. El hijo mayor asociado, correinante.

— 574. «... *anno secundo regni domini nostri Ermenegildi regis quem persecutur genitor suus domnus Liuvigildus rex in civitate Ispalensi*». (F.H.A., p. 155).

— 574-584. Reino de Hermenegildo en la Bética — Sevilla, Córdoba —. Anv.: *Ermenegild(i)*, busto de Hermenegildo de perfil, como en las monedas de su padre; rev.: *Inclit(i) regi(s)*.

Uso del genitivo, como en las primeras labras de Leovigildo.

— 574. «*Leovigildus rex Cantabriam ingressus provinciæ pervasores interficit, Amaiam occupat*». (F.H.A., p. 155).

Livvegeldvs rex — *Saldania, iustvs*. Bustos de Leovigildo en anverso y Recaredo en reverso, ambos de frente, como correinantes.

— 576. «Leovigildus rex in Gallæcia Suevorum fines conturbat». Miron envía legados al godo; consigue un breve armisticio pero el reino suevo es sometido (F.H.A., p. 576).

D(ominus N(oster) Leovigildvs rex. Emerita, Victor. Bustos de Leovigildo en anverso y de Recaredo en reverso, de frente.

— 577. «Leovigildus rex Orospedam ingreditur». (F.H.A., p. 158).

— 578. «Leovegildus rex... civitatem in Celtiberia... condidit, quæ Recopolis nuncupatur. (F.H.A., p. 159). Anv.: *Livvigildvs rex*; rev.: *Reccopolita*; o *Reccopoli fecit*; bustos de Leovigildo en anverso y de Recaredo en reverso, ambos de frente, correinantes.

— 579. «...Hermenegildus... tyrannidem assumens in Hispali civitate, rebellione facta, recluditur et alias civitates atque castella secum contra patrem rebellare facit...» (F.H.A., p. 161).

Acuñaación *Ermenegildi*, en anv.: y *Regi* en reverso, con la fórmula religiosa *A Deo vita. Regi* es genitivo concertando con *Ermenegildi*. En San Pablo: *omnis potestas a Deo*.

— 580. Sinodo en Toledo, congregado por Leovigildo.

581. «Leovegildus rex partem Vasconiæ occupat et civitatem quæ Victoriacum nuncupatur condidit» (F.H.A., p. 162).

— 582-602. Mauricio Tiberio, emperador.

— 583. «Leovigildus rex civitatem hispalensem, congregato exercitu, obsidet...». Miro, Suevorum rex, ad expugnandam Hispalim advenit...» (F. H. A., p. 162).

— 584. Leovigildo para bloquear a Sevilla restauró los muros de Itálica (F.H.A., p. 186).

Acuñaación en ésta: Anv.: *Livvigildvs rex, pivs*; busto de perfil; rev.: *Cum Deo Etalica*, cruz sobre gradas.

— 584. Leovegildus rex, Hermenegildo ad rem publicam commigrante, Hispalim pugnando ingreditur...; memoratum filium in Cordubensi urbe comprehendit et regno privatum in exilium Valentiam mittit». (F.H.A., p. 163).

Segunda conquista de Córdoba por Leovigildo: *Leovigildvs rex* — *Cor-doba bis optinuit*; bustos de Leovigildo y Recaredo, de frente, en anverso y reverso, respectivamente.

Toma de Sevilla: *Leovigildvs rex*, en anverso; *Cum D(eo) optinuit (Hi)sp(a)li(m)*, en reverso; bustos de Leovigildo en anverso y de Recaredo en reverso, ambos de frente, correinantes; fórmula religiosa correspondiente a la de *A Deo vita*, del hijo rebelde.

— 585. «Leovegildus rex Gallæcias vastat. Hermenegildus in urbe Tarraconensi a Sisberto interficitur...» (F.H.A., p. 163).

— 585. «Franci Galliam Narbonensem occupare cupientes cum exercitu ingressi..., Leovegildus Reccaredum filium obviam mitens et Francorum est ab eo repulsus exercitus et provincia Galliæ ab eorum infestatione liberata... castrum vero qui Hodierno (Ugernum) vocatur tutissimum valde in ripa Rhodani fluminis ponitur, quod Reccaredus rex, fortissima pugna, aggressus obtinuit et victor ad patrem patriamque redit». (F.H.A., p. 163).

Acuña: Anv.: *Leovigildus rex*; busto de perfil; rev.: *Cum D(eo) I(ngreditur) Roda*. Cruz sobre gradas. Entrada de Recaredo, enviado por Leovigildo en Roda (Rosas, Roda de Ter o Roda de Ribagorza?), camino del Ródano.

— 586. Muere Leovigildo. *Recaredus, rex*. Abandono del tipo de perfil; Recaredo, en anverso; el príncipe asociado, en reverso.

— 587. Monumento erigido por Comenciolus, enviado por Mauricio, en Cartagena (F.H.A., p. 209).

— 589-597. Saetabis visigoda. Su obispo Mutto en el Concilio de Toledo.

El tratado de Recaredo deja a Cartagena en poder de los bizantinos.

— 589. mayo, 8; III Concilio toledano, presidido por San Leandro, Obispo de Sevilla.

— 590. Concilio hispalense.

— 592. Concilio cesaraugustano.

— 599. El rey había rogado al Papa pedir informes del emperador bizantino sobre ciertos tratado ajustados con Justiniano (F.H.A., p. 223).

— 601-603. *Livva rex*. Inmovilización del tipo doble, rey en anverso y príncipe asociado en reverso, con diferencias provinciales.

— 603-610. *Wittericus rex*.

— 610-612. *Gvndemarvs rex*.

— 610-625. Heraclio emperador.

— 612-621. *Sisebutvs rex*. Las *Formulæ visigothicæ*, en Córdoba.

— 621-631. *Svinthila rex*.

— 625. Expulsion de los bizantinos. En las coronas votivas de Guarrazar: *Svinthilanvs rex offeret*.

— 631-636. *Sisenandvs rex*.

— 634. IV Concilio de Toledo. Unidad litúrgica. Los obispos de Sætabis, Dianium e Illice suscriben las actas.

— 635. Dianium visigoda. El *episcopus dianensis* en el V Concilio de Toledo.

— 636. Muere San Isidoro de Sevilla. Florencio Obispo de Saetabis en el Concilio de Toledo.

— 636-639. *Chintila rex*.

— 638. VI Concilio toledano.

— 639-642. *Tulga, rex*.

— 642-653. *Flavius Chindasvinthus, rex*.

Leyes de Chindasvinto: intitulación: «Flavius Chindasvindus Rex». (F.H.A., p. 309). «Dominus Noster Chindasvindus rex». Restauración del nombre romano de *Cordoba Patricia*.

Renovación de la *imago regis*: en anv. de perfil, restaurando el tipo de Leovigildo, de medio cuerpo; en rev. sólo busto, de perfil también; transición al tipo siguiente.

— 642-668. Constantino III, emperador.

— 646. VII Concilio de Toledo. Los obispos ausentes, representados por un *diaconus agens vicem*.

Bajo Chindasvinto y Recesvinto, renovado el fino de las monedas.

— 649-672. *Reccesvinthus, rex*. Correinó con su padre: «... Reccisvinti regnantis cum patre principis...» (F.H.A., p. 309).

— 653. VIII Concilio Toledano; «subscriptiones virorum illustrium: comes cubiculariorum et dux; comes scanciarum et dux; comes et procer; comes et dux; comes notariorum; comes patrimoniorum; comes spatariorum». Al rey se le menciona «gloriosus princeps; clementissimus ac serenissimus dominus noster».

— 654. *Liber iudiciorum*. (*Lex visigothorum Reccesvindiciana*) dada por «Flavius gloriosus Reccesvindus Rex».

— 656. X Concilio toledano (F.H.A., p. 314-316).

Lex Quoniam. — Leges... in hoc libro conscriptas in cunctis personis hac gentibus nostre amplitudinis imperio subiugatis omni robore valere decernimus» (Zeumer, p. 83). Derogación de la validez de las leyes romanas. Prohibición con graves penas pecuniarias — 30 libras de oro — del empleo de otro código que no sea el publicado por el rey.

Fijación del precio del nuevo *codex* en 6 sólidos el ejemplar. Las leyes propias de Recesvinto llevan la *inscriptio*: «Flavius gloriosus Recesvindus». Se le ha llamado «el Justiniano visigodo». Murió en 1-IX-672.

En las coronas votivas de Guarrazar: *Reccesvinthus rex offeret*.

— 666. Concilio emeritense.

Durante este reinado restauración del tipo de reverso, bizantino, de cruz sobre gradas, que ya empleó Leovigildo; abandono del monograma, visto

aún al principio, *Ispali*; sólo la *imago regis* en anverso; en reverso la cruz, con el nombre tópico en la orla.

— 668-685. Constantino IV.

— 672-680. *Wamba rex*.

— 672-673. Rebelión en Septimania. «Paulus rex» en Narbona, derrotado por Wamba; éste contra los vascones también (F.H. A., p. 329).

— 673. *Novellæ leges*. La fórmula *In Dei nomine: I. Di .nme Wamba rex. Cordoba Patricia, o In Di. nm.*

En cruz pendiente de una corona de Guarrazar: *In Di nomine offeret Sonmica Sce. Marie in Sorbaces.*

En las monedas, el rey portante de una cruz. Expulsó a los judíos en 673. (F.H.A., p. 331).

— 673. XI Concilio toledano.

— 675. Concilio bracarense.

— 680-687. *Ervigivs rex: (15-X-680), Leges noviter editæ. Lex Pragma — Liber iudiciorum revisus.*

Concilio toledano XII: «Leges quæ in iudeorum perfidiam a nostra gloria noviter promulgatæ sunt...»; «editas noviter a glorioso principe leges...» (9-1-681). *Lex Pragma*, edicto de publicación del código, por el que Ervigio sustituye el de publicación de Recesvinto. Aumento en un doble del precio del ejemplar del nuevo *codex, revisus*, 12 sólidos (Zeumer, 100-101). Supresión de la ley restablecida por Chindavinto que imponía la mutilación por delitos, a los esclavos.

— 681. XII Concilio toledano.

— 683. XIII Concilio toledano. Entre los *viri illustres* un *comes thesaurorum et dux*.

Ervigio, luego de seguir el de Wamba, cambia el tipo monetar. En Córdoba se ve el antiguo de perfil y luego el nuevo de Cristo. En el antiguo de Toledo se percibe claramente la barba del rey. La *imago regis* cede el lugar a la del Salvador. Profundo sentido religioso del tipo monetar.

— 684. XIV. Concilio toledano.

— 685-695. Justiniano II emperador; en 705-711 por segunda vez.

— 687-702. *Egica rex*. «Flavius». Consagrado en 24-XI-687. *Novellæ*. «Gloriosus Dominus noster Egica». (F.H.A., p. 363). Restauración de la *imago regis* en el cuño monetar, siguiendo el establecido por Wamba; el rey, crucífero.

— 688. XV Concilio toledano.

— 691. Concilio cesaraugustano, convocado por Egica.

In Dei nme. Egica rex; Wittiza rex; Cordoba Patricia, u otra ceca, en monograma.

— 693. XVI Concilio toledano. Asisten 16 «comites et viri illustres».

— 694. XVII Concilio toledano.

Egica da en Córdoba la ley IX, I, 21 del *Liber*.

— 698-702. Wittiza correinante. Empleo esporádico del tipo religioso de Ervigio: Anv. *In Dei nomine, Egica rex*; rev.: *Wittiza regis* y la ciudad en monograma.

La asociación representando a ambos reyes, afrontados en el anverso — *imago regum* — con cruz entre los dos; *In Dei nomine Egica rex*, abreviado; en reverso: *In Dei nme. Wittiza regis* o *reges* y el nomograma.

— 702. Muere Egica.

Achila rex, en la Narbonense.

— 702-710. *Wittiza rex*. Restauración del tipo religioso de Ervigio: *Wittiza rex*, en anv.: *Gervnda, pius* y cruz sobre gradas en reverso.

Adopción también del tipo de Egica solo: *In Dei nme. Wittiza rex*, en anv.; *Pivs* y el nombre tónico en rev. con cruz sobre gradas.

Otra presentación de la *imago regis*, busto de frente en anverso y cruz dentro de láurea, en rev.: *Toleto*, en la orla.

— 710-711. *Rvdericvs rex*. Busto de perfil en anv. y cruz sobre gradas en rev.: *Toleto*. También busto de frente y mismo reverso, *Egitania*. En la intitulación la invocación *In Dei nómine*.

Achila II también busto de frente y cruz sobre gradas.

— 710-713. «*Gothi debellati sunt a sarracenis sicque regnum Gothorum in Spania finitur*». (F.H.A., p. 381).



LAS MONEDAS IBERICAS CON LEYENDA LAURO

POR LEANDRO VILLARONGA

A la memoria del

Tte. Coronel Elias Garcia

Las monedas ibéricas del jinete con la leyenda ibérica Lauro, presentan entre otros el interesante problema de su localización, que ya preocupó a los numismáticos del siglo pasado. Heiss, transcribió la leyenda ibérica por LAAVRE, dice se lee ILAAVRE, y que los romanos hicieron ILURO y modernamente Lloret; estas monedas, añade, son comunes en los alrededores de Tarragona y Barcelona, sus tipos y estilo es el mismo de las monedas de Cose y por tanto no deben estar emitidas lejos de Tarragona.

Delgado no acepta la ubicación de Lauro-Laurona en Liria como opinan los autores españoles, dice, y la situa con toda probabilidad entre el Júcar y el Ebro, a la orilla derecha de este gran río y en punto vinícola. Hace notar que los símbolos que aparecen en las monedas de Lauro son los mismos que figuran en Arse, Saiti y Gili y deduce no debió hallarse a gran distancia de estas ciudades.

Zobel de Zangroniz dió para Lauro los Lauronenses y aunque de localización incierta, dice, que la ceca que batió estas monedas hubo de hallarse a corta distancia de Saetabi.

Vives, no da ninguna localización como de costumbre, limitándose a asegurar que por su arte y sus símbolos se parecen mucho a las de Sagunto y Saetabi.

Schulten, situa a Lauro en el promontorio de El Puig entre Sagunto y Valencia.

Actualmente, de una manera general se la situa en Liria, basándose solo en razones de semejanza toponímica.

Para intentar una localización de Lauro podemos estudiar en primer lugar los textos antiguos y en segundo lugar tener en cuenta el aspecto numismático.

Las luchas entre Sertorio y Pompeyo de los años 76 y 75 se desarrollan principalmente en la llanura de Valencia, en ella encontrábase las cuatro ciudades de Sagunto, Lauro, Valentia y Sucro separadas todas ellas unos pocos kilómetros de la costa. Habiendo llegado Pompeyo a ocupar Sagunto amenazando a toda la llanura valenciana, y retirado Perpena hacia Valentia, se apresuró Sertorio a llegar a la escena del combate. Su objetivo inmediato era la conquista de Lauro, con lo que lograba cerrar la entrada a Valentia a las fuerzas de Pompeyo. Sertorio con sus hábiles estratagemas logró infligir serias derrotas a Pompeyo y apoderarse de Lauro, que incendió y saqueó, deportando a sus habitantes.

Con toda evidencia tenemos una ciudad de Lauro entre Valentia y Sagunto, ¿es esta a la que se refieren los epígrafes monetarios? No hay ninguna razón para creerlo así.

Además de esta, hay otras dos ciudades o cuando menos una, en Hispania, que ostentan este nombre. Aparecen en los textos antiguos, y pueden por lo tanto referirse las monedas a cualquiera de ellas o quizás a alguna otra que no aparece en dichos textos, caso no infrecuente.

En otro pasaje encontramos que después de la batalla de Munda, Cneo hijo de Pompeyo, fugitivo, fué alcanzado cerca de la ciudad de Lauro y pereció en manos de Cesonio. Esta Lauro está situada probablemente en la costa sur de Andalucía, ya que la huida hasta cerca de Valentia sería una distancia excesivamente grande.

Con esta cita son dos las ciudades homónimas, y aun se podría añadir una tercera, que se refiere no a una ciudad sino a una comarca. Plinio pondera los vinos «lauronensia» junto con los tarraconenses. Este Lauro bien pudiera ser la valenciana o quizás la catalana de las monedas, a nuestro entender, ambas en zona de mucha producción vinícola.

Enfocado el problema bajo un aspecto numismático, podemos considerar en primer lugar, la semejanza de estilo y símbolos que presentan las monedas de Lauro con las de Arse y Saiti. Este hecho que ha sido apuntado repetidamente por los investigadores, no nos prueba una vecindad de ciudades, sino tan solo que las monedas han sido acuñadas en un mismo taller o bien por los mismos artistas. Más adelante presentamos los enlaces que presentan las monedas objeto de este estudio, con las de otras leyendas catalanas, la mayor parte, y las valencianas citadas.

Pero, de donde podemos sacar consecuencias más exactas es de los

hallazgos monetarios. Primero expondremos los de caracter esporádico, que han sido sistematizados por el Dr. Mateu y Llopis y publicados en Ampurias y Numario Hispánico. Tenemos los siguientes que hacen referencia a las monedas de Lauro.

n.º 45, semis en las ruinas de Amaya (Burgos)

n.º 245, 7 ases en la región de Vic

n.º 387, 1 as en la diócesis de Solsona

n.º 502, 1 as en Burriac (Cabrera de Mataró)

n.º 506, 1 as en Arenys de Mar (es el de Vives 21-5)

n.º 812, 1 as en Burriac (Cabrera de Mataró) (es el de Vives 21-4)

No publicados conocemos hallados en Burriac un as y un quadrans, y otro quadrans en Bigues (El Vallés).

En cuanto a hallazgos de tesoros más importantes tenemos noticias de dos, ocurridos hace ya algunos años y que no han sido publicados. Uno ocurrió por la parte central de Cataluña y entre unos trescientos bronce, todos sin excepción catalanes, habían 42 de Lauro. El otro con 41 bronce, también todos catalanes, figuraban 21 de Lauro, este tuvo lugar en la parte oriental de Cataluña y a unos 15 kms. de la costa.

La gran abundancia de piezas de Lauro en estos dos hallazgos, es prueba de gran fuerza de que en la parte centro-levante de Cataluña existía un oppidum con este nombre y para el que se acuñaban dichas monedas. ¿Donde podemos ubicar el Lauro catalán? Por ahora, solo nos atrevemos como hipótesis y de una manera provisional a presentar Llerona del Vallés, cerca de Granollers. De Lauro podría formarse Laurona, la terminación —ona es frecuente en los topónimos catalanes y en ibérico, y de este fácil sería llegar a Llerona. En contra de esta localización tenemos la poca importancia de los restos ibero-romanos que en ella se conocen.

En un documento del año 974, se usa para Mataró el topónimo Larona, que posteriormente se transforma en Alarona. Parece deba descartarse el ubicar Lauro en Mataró, pues al Iluro romano debía anteceder el Ilduro ibérico.

El Dr. Mateu y Llopis, cita un texto medieval con una Laurona en Besalú.

Solo nos falta añadir que las monedas de Lauro son abundantes en todos los monetarios catalanes.

*

Las monedas con la leyenda $\wedge \text{P} \uparrow \nabla \text{H}$ presentan en su anverso una efigie viril imberbe a la derecha, con símbolo de figura variable detrás de la

cabeza (en todas menos una, el cuadrante tipo 5). En el reverso, en los ases, un jinete con caballo al galope a la derecha, llevando una palma sobre el hombro; en los semis, un caballo solo galopando a la derecha con rienda suelta; y en los cuadrantes protome de caballo. Debajo de ellos la leyenda $\Lambda \uparrow \nabla H$. Esta presenta siempre la Λ en forma de lambda griega, que corresponde a época moderna. El segundo signo lo encontramos con pequeñas diferencias. En los demás no se da ninguna variación.

CATALOGO. Presentamos a continuación las monedas que nos ha sido posible estudiar, algunas no publicadas hasta la fecha. Debemos hacer notar que al referirnos al jinete, mencionamos dos tipos. El *tipo E* se caracteriza por presentar el brazo hacia atrás separado del cuerpo, casco pequeño y penacho reducido y en el *tipo D* el jinete con el brazo visto de perfil y pegado al cuerpo, llevando el casco redondo con gran penacho. En cuanto al peinado, nos referimos al *tipo D*, cuando presenta dos rizos por detrás de la oreja y al *tipo F* cuando presenta tres. Por delante de la oreja en ambos figuran 4 rizos hacia dentro y uno, el exterior, hacia fuera.

El adorno en el cuello que presentan algunas monedas lo clasificamos:

1. — AS. — Símbolo CADUCEO

Peso medio 11'86 grs. en 32 ejemplares estudiados (P. max. 17'8 y P. min. 8'00). Diámetro de 25 a 28 m/m. Manto al cuello.

	adorno cuello	delante cara	jinete	peinado	n.º ejem. estudiados	referencias
a	tipo A	O	tipo E	tipo D 4 niveles	7	Vives 21-1; Hill 25-6
b	tipo A	O	tipo E	tipo D 3 niveles	4	
c	tipo A		tipo E	tipo F	13	
d	tipo B		tipo E	tipo F	4	Vives 21-2
e	sin		tipo D	tipo F	4	Vives 21-7

1. — SEMIS. — Símbolo CADUCEO

Peso 1 ejemplar 6'86 grs. — 6 ejemplares estudiados. — Peinado tipo D, 3 niveles. Sin adorno cuello. Diámetro 21 m/m.

a	Vives 21-3 igual Hill 25-8, Ampurias V, hallazgo 45 lám. II n.º 8.
b	Según Vives caduceo separado del cuello. Vives 21-6.
c	Presenta la cabeza del caballo modificada. Numisma 2 «El Crysaor también en Lauro».

1 — QUADRANS. — Símbolo CADUCEO

Peso medio 4'05 gr. (P. max. 4'72 y P. min. 3'15). Estudiados 3 ejem., uno en la col. Serra y los otros dos en la Grau de Elna. Diámetro de 16 a 18 m/m. Peinado tipo D, 2 niveles. Collar al cuello. La cabeza del caballo se presenta modificada de una manera similar al semis 1 c.

2. — As. — Símbolo CETRO

Peso medio 9'51 grs. (P. max. 12'15 y P. min. 7'1). N.º ejemplares estudiados 17. Diámetro 24 a 26 m/m. Manto al cuello.

	jinete	peinado	referencias
a	tipo E	tipo F	Vives 21-8
b	tipo E	tipo F	Hill 25-7
c	tipo D	tipo F	

3. — As. — Símbolo ESPIGA-PALMA

Peso medio de 4 ejemplares 10'75 grs. (P. max. 11'85 y P. min. 8'81). Estudiados 5 ejemplares. Diámetro 25 m/m. Jinete tipo D. Peinado tipo F. Manto al cuello. Vives 21-5; Hill 25-5.

4. — AS. — Símbolo CLAVA

Peso medio 3 ejemplares 13'94 grs. (P. max. 16 grs. y P. min. 11'33). N.º ejemplares estudiados 18. Diámetro 25 a 27 m/m. (Para determinar estos

datos no hemos tenido en cuenta el ejemplar publicado por Hill, lam. 25-4, que pesa 27'70 grs. y tiene 32 m/m. de diámetro. Se trata de un cuño corriente que se ha servido de un gran cospel). Jinete tipo D. Peinado tipo F. Manto al cuello.

Vives 21-4; Hill 25-4.

5. — QUADRANTE. — Sin Símbolo

Publicado por Vives lam. 21-9 que pertenece al I. V. D. J., es el mismo que publica Hill 25-9. No hemos visto la pieza, ignorando por tanto si la falta del símbolo es debido a desgaste y debe corresponder al tipo 1.

NEXO DE UNION DE ESTAS MONEDAS CON OTRAS DE DISTINTA LEYENDA

No creemos prudente al hablar de cecas, atribuir a cada leyenda una de ellas. Pero sí podemos hablar de talleres, con la convicción de que en estos se acuñaban monedas con distintas leyendas, que irían destinadas a distintas ciudades o pueblos. En nuestro intento de hallar las monedas que fueron acuñadas en el mismo taller o por los mismos artistas que lo fueron las de Lauro, establecemos unos enlaces que podrían ser el vínculo de unión con monedas con otras leyendas, o prueba de haber sido labradas por los mismos artifices.

I. — Nexo de unión por tener el mismo símbolo. — Considerando la acuñación ibérica en esta clase de bronces como plenamente romana, el significado del símbolo lo podemos considerar como marca de magistrado (nos referimos al símbolo figura, nunca al símbolo letra o letrero) y establecer el siguiente enlace:

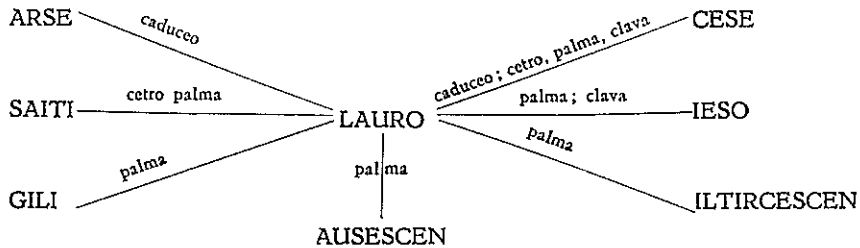
Con símbolo CADUCEO enlaza con Cese (Vives 32-2) y Arse (V. 19-1 y 2).

Con símbolo CETRO enlaza con Cese (V. 34-11) y Saiti (V. 20-1).

Con símbolo ESPIGA-PALMA, presenta múltiples enlaces, que podría ser debido a tener la palma un sentido autóctono ibérico y haber sido utilizado en diversas ocasiones. Estos son con Cese (V. 34-5, 8 y 10), Ausescen (V. 22-12), Iltircscen (V. 26-1, 4 y 6), Saiti (V. 20-2 y 9), Ieso (V. 29-3 y 4), Gili (V. 21-1), Secobirices (V. 37-3).

Con símbolo CLAVA enlaza con Cese (V. 33-4) y Ieso (V. 29-1).

El gráfico de estos enlaces podría ser el siguiente:



II. — *Nexo de unión por tener el mismo tipo de jinete.* Por el estilo de reverso establecemos dos grandes grupos, el primero tipo E, lo encontramos en un grupo de monedas catalanas y valencianas. Son Eusti (V. 23-4), Eustibaicula (V. 23-5), Ilduro (V. 24-10), Arse (V. 19-1 y 2), Saiti (V. 20-2). Estas tres últimas con jinete lancero. De Lauro tenemos las piezas siguientes en ases: la, lb, lc, ld, 2a y 2b.

El segundo, tipo D, se presenta en la gran mayoría de las emisiones de Cese (V. 32-2 y 14; 33-4, 10, 15 y 18; 34-1, 3, 4, 11 y 12; 35-1, 3 y 5).

III. — *Nexo de unión por similitud de peinado.* Por la forma de resolver el peinado, encontramos en las monedas de Lauro dos grupos. Uno tipo D, de mejor estilo, que parece derivarse del anverso de Cese con símbolo palma y Ce antigua (V. 34-8). Se presenta solo en las piezas la y lb con caduceo, que creemos son las más antiguas de las monedas de Lauro y también lo presentan algunas monedas de Ilduro y Eusti.

El otro, tipo F, corresponde a la mayoría de emisiones de Cese con reverso tipo D.

Cuadro de los nexos de unión II y III:

taller centro-catalan	jinete E	peinado D	Caduceo la, lb
Anv) tall. centro-catalan rev) gran emisión de Cese	jinete E	peinado F	Caduceo lc, ld Cetro 2a, 2b
taller gran emisión Cese	jinete D	peinado F	caduceo le cetro 2c espiga-palma 3 clava 4

IV. — *Cabeza caballo modificada al estilo del Cabiro de las dracmas de Emporion y bronce de Urdicescen.* El semis con símbolo caduceo, presenta

en una moneda publicada por J. L. Monteverde en NUMISMA 2, la cabeza del caballo modificado de forma parecida a la de los bronce de Undicescen. También la encontramos en el quadrans con símbolo caduceo. El mismo caso también es conocido en una moneda única publicada por F. Gimeno en NUMISMA 1, que corresponde a Cese con símbolo timón. Tenemos un nexo de unión con el taller que batió los bronce de Undicescen.

CRONOLOGIA. Pocos son los datos que poseemos referentes a cronología. Solo podemos afirmar que aparecen dichas monedas con materiales arqueológicos del siglo I a. J. C.

En cuanto a su cronología relativa sabemos que en el hallazgo de centro-Cataluña aparecieron monedas de Lauro con todos los símbolos excepto el de clava. Y en el de Cataluña oriental es el de clava el que predomina. De esto deducimos ser el de clava el más moderno, que lo corrobora el pertenecer a la gran emisión de Cese. La del caduceo la estimamos la emisión más antigua, presenta el mejor estilo y por sutipo de peinado es anterior a la gran emisión de Cese.

*

Tras presentar el problema de la localización de Lauro, y el catálogo de sus monedas, hemos intentado buscar la relación que pueden presentar con otras de distinta leyenda, hemos establecido unos enlaces, de una manera unilateral, ahora resta presentarlos en un enfoque bilateral y al encontrar los rasgos comunes que pueden concurrir en monedas de distinta leyenda, formar unos grupos estilísticos que nos permitieran hablar de talleres monetarios en un sentido general.

Barcelona, Noviembre 1959.





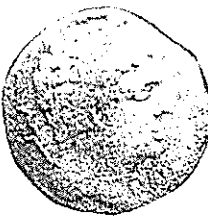
AS. tipo 4 (2'4 aumentos)



AS. tipo 1 a



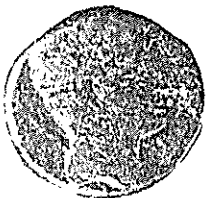
AS. tipo 1 b



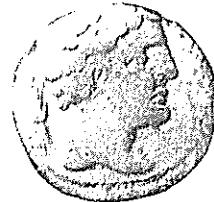
AS. tipo 1 c



AS. tipo 2 b



AS. tipo 2 c



AS. tipo 3

QUANDO BOMBAY ERA BOMBAIM

POR LUÍS PINTO GARCIA

As linhas que vão ler-se a seguir, que não são de notável interesse numismático, deve reconhecer-se, têm apenas o intuito único de salientar a existência, em moedas, da palavra portuguesa *Bombaim*, que os saxões, pouco tempo depois de ocuparem a ilha desse nome, chamaram *Bombay*, grafia toponímica que se internacionalizou com o andar dos tempos, já pela grande expansão da língua inglesa, já pela importância que a cidade do mesmo nome, muito mais tarde, veio a tomar no chamado Império da Índia Inglesa.

Mal diria o honrado Antônio de Melo de Castro, ao pisar terra industrial, precisamente na ilha de Bombaim, desembarcando numa nau de uma esquadra inglesa, em 29 de Setembro de 1662, que, não andariam três anos, teria que entregar a ilha aos Britânicos e que esta jóia do decadente império luso-indiano iria enriquecer para sempre o novo tesouro que os nossos aliados se apressuravam a reunir no Oriente.

Constituía, então, a ilha de Bombaim um dos departamentos de Baçaim. De facto, a Corte do Norte, rival de Goa, a capital do sul, estava dividida em oito distritos a saber:

Saibana de Baçaim;
O Caçabé de Tana;
A Ilha de Salcete;
A Ilha de Caranja;
A Ilha de Bellaflor de Sambaio;
A Pragana de Manora;
A Pragana de Asserim;
A Ilha de Bombaim.

E tudo foi na voragem. Para começar, Bombaim, por imperativo dum contrato de casamento e, depois, o resto. Primeiramente os Maratas e, seguidamente, os Ingleses delapidaram os territórios do leão moribundo.

Os tempos corriam maus para Portugal, empobrecido pelo domínio filipino e enfraquecido por uma guerra interminável com o seu gigantesco vizinho, e no longínquo Oriente sentíamos dolorosamente as dificuldades da mãe-pátria.

Tentámos remediar os assaltos permanentes das armadas dos Estados Gerais das Províncias Unidas com uma transacção matrimonial. E nada remediámos, porquanto, nem pelos artigos secretos daquele contrato, qualquer solução prática foi dada para anular as arremetidas dos corsários holandeses.

Negociou-se uma mulher de sangue real, o vendedor deu dois milhões de cruzados, Tânger e Bombaim, e o comprador veio a herdar o resto pela mão do flamengo, um bom intermediário e um mau e efémero usufrutuário dos sacrificados bens lusos.

Enjeitaram-se, na época, responsabilidades históricas por parte dos governantes, mas honre-se a memória e o nome do governador e capitão-general da Índia de 1662, e vice-rei em 1663, D. António de Melo de Castro. Sabendo quanto era impopular a cessão desta parte do dote da princesa, uma ilegalidade que bradava aos céus, que nem pelas Cortes fôra discutida e aprovada, verificando que os futuros herdeiros de Bombaim não davam a mais pequena amostra de cumprimento daquilo a que eram obrigados, recusou-se sempre a fazer a entrega da ilha. Só o fez, de ânimo bem dorido, diga-se de passagem, quando da Corte a tanto o compeliram. E a 18 de Fevereiro de 1665 os Ingleses tomavam conta de Bombaim. Na sua carta ao rei o desgostoso vice-rei vaticinava certamente que a Índia acabaria no mesmo dia em que os Ingleses pusessem pé em Bombaim.

Que extraordinária capacidade de previsão tinha aquele notável governador!

*

Vinham estas descoloridas linhas, como disse, a propósito de moedas inserindo o nome da palavra portuguesa *Bombaim*.

Portugal, como se sabe, nunca teve oficina monetária nessa ilha, então sem importância e subordinada a Baçaim, e foram os Ingleses, da Companhia das Índias Orientais, que montaram nela Casa de Moeda, poucos anos depois da sua ocupação. Diz-nos Gerson da Cunha que a princípio os nossos novos vizinhos imitaram a circulação portuguesa para não toparem com dificuldades comerciais, mas que, em breve, aquele importante potentado, então gozando de completa autonomia, com verdadeiros direitos de soberania, resolveu, por conta própria, emitir moeda e que, para tanto, o seu Conselho de Adminis-

tração deu instruções para o estabelecimento duma *mint*, em 1671, medida que foi, curtos anos após, sancionada pela Coroa.

Teòricamente uma cláusula da Carta Régia de 1677 concedia à toda poderosa Companhia o direito de cunhagem de que ela se arrogara, contanto que as moedas não se assemelhassem às metropolitanas. As moedas saíram com tipo absolutamente europeu, o que revela o pouco respeito que à corte de Carlos II tinham os Senhores da English East India Company. Nem respeitavam a imposição sobre o tipo monetário como demonstravam não precisar de sanção para as suas determinações, pois, parece, que se cunharam moedas de prata cerca de 1675. Só mais tarde a Companhia veio a copiar as moedas de tipo indígena. É bem conhecida a existência, que é apontada a miude pelos peritos britânicos, de uma rupia de prata de Carlos II, de Bombaim, emitida naquela data, com a conhecida legenda PAX DEO. MONETA BOMBAIENSIS, que teve emissões em anos subsequentes.

*

Começaram os recém-ocupantes de Bombaim pela emissão de rupias de prata.

A palavra *rupia* apareceu pela primeira vez no reinado de Shir-Xá, da família de Sur, usada por este soberano para a denominação duma nova moeda redonda de prata, entre os anos de 1540 e 1545 e que se refundiu e tornou mais pura com Akbar, por alturas de 1556.

Tudo leva a crer que o termo *rupiah* não fôra usado antes do primeiro daqueles monarcas orientais. Data de 1668 o primeiro documento oficial português em que aparece a palavra *rupia*, denominando-se assim, logo a seguir, as moedas de prata de dois pardaus ou xerafins.

A inscrição da palavra *Rupia* nas numismas indo-portuguesas só appareceu, muito mais tarde, no reinado de D. José I, por 1777.

Os nossos aliados, já em 1675, ao que parece, denominavam *rupee* uma moeda de prata, cunhada na ilha de Bombaim e, três anos depois, ostentavam a dita palavra numa moeda conhecida e que veio a ser a origem desta nótula que oferecemos à consideração dos senhores numismatas.

Do sânscrito *rûpâ* — figura, imagem — ou de *rûpa* — forma, molde — , donde derivou *rûpya* — cunhado — , segundo uns, ou mais verdadeiramente, de *rûpiam* — prata — , vem o português *Rupia* e o inglês *Rupee*.

Embora significando *prata*, o que dava à expressão rupia de prata um carácter pleonástico, houve, no entanto, rupias de ouro, muito mais tarde, correndo na antiga Índia Britânica, da responsabilidade da Companhia das Índias Orientais.

A palavra *Bombaim*, que os portugueses nunca usaram em moedas e que os Ingleses ortografaram genêricamente *Bombay*, aparece numa rupia de prata de 1678, hoje pouco vulgar, e que os colecionadores ingleses e indianos estimam ter nos seus numofiláceos. Descreve-se sumariamente como segue:

No campo

THE
RUPEE OF
BOMBAIM

sobre duas rosas.

Na orla

1678.BY.AVTHORITY.OF.CHARLES.THE.SECOND.

R/ Armas reais inglesas.

KING.OF.GREAT.BRITAIN.E. (sic) AND.FRANCE.AND.
IRELAND.

No futuro o nome da cidade apareceu sempre grafado *Bombay* ou simplesmente *Bomb* em moedas, verbi gratia as de estanho ou de cobre, quer em *paissás dobrados* (*double pices*) ou em *paissás singelos* (*pices*).



MOEDA DE D. JOÃO I

MEIO REAL DE ÉVORA EV e E-V-O-R

POR PAULO DE LEMOS

O reinado de D. João I é uma fonte inexgotável de assuntos numismáticos, tendo dado lugar a profundos estudos e, ainda hoje, não se sabe esclarecer muitos dos problemas que se têm levantado a quem procura lançar luz sobre a numária do Mestre de Aviz.

Esses problemas resultam das sucessivas desvalorizações sofridas pela moeda e de ser este reinado o que maior número de variantes, bem marcadas, apresenta, rivalizando com o de D. Fernando no número de moedas-tipo.

Estes factos filiam-se em que a guerra constante com Castela deu lugar ao empobrecimento do erário e às sucessivas quebras de valor de módulo ou de liga e também na existência de três casas de moeda — Lisboa, Porto e Évora — o que provocou, que o mesmo tipo, se encontre distintamente marcado com os sinais das diferentes oficinas monetárias.

Foram estas dificuldades que fizeram com que T. de Aragão cognominasse de reais de 10 soldos, moedas distintas entre si e que o nosso inesquecível amigo sr. eng. Raul Couvreur, num artigo da Revista de Arqueologia, por volta de 1937, intitulado «Uma hipótese na classificação das moedas de D. João Primeiro», mostrasse a possibilidade lógica de se terem de considerar como $\frac{1}{2}$ reais e como $\frac{1}{4}$ de real, as moedas que, quer em módulo quer em peso, correspondiam, dentro do mesmo tipo, a metade e a um quarto do real, e num aditamento a esse artigo, resposta a objecções do Ex.^{mo} Senhor Prof. Doutor Damião Peres, igualmente publicado na Revista de Arqueologia (1938), desse, pela primeira vez, uma estampa em que figura o meio real de Évora (ou real de 5 soldos), da série em que a letra monetária E se encontra por baixo da abreviatura coroadada I h N S.

Também Batalha Reis na Cartilha de Numismática, estampa 19, moeda n.º 37, reproduz fotograficamente um outro meio real de Évora, que

se distingue, daquele que o sr. eng. Couvreur reproduziu por a letra monetária E ter sido substituída pelas duas letras E V.

No reverso, quer uma quer outra, não apresentam indicação alguma da oficina monetária.

A moeda de 5 soldos, que reproduzimos neste artigo, apresenta, tal como o real de 10 soldos n.º 7 de Aragão (em Batalha Reis, Est. 17 n.º 15), a indicação da oficina de Évora, com as letras E V por baixo da abreviatura I h N S coroada, e também como essa moeda, no reverso tem a indicação E-V-O-R contornando os escudetes, em conformidade com a seguinte descrição:



Anv.: ✠ ADIVTORIVM NOSTRO:

No campo I h N S, coroado, tendo por baixo E V, campo delimitado por um círculo de pérolas.

Rev.: ✠ I h N S P G REX POR ALG

entre dois círculos de pérolas.

No campo as quinas envolvidas por arcos duplos lobulados. Cantonando as quinas E — V — O — R

Temos assim constituídas séries destas moedas de Évora, diferenciadas pelo modo de indicação da oficina monetária.

Assim:

1) — Série de E, no anverso, sem letras no reverso.

Desta série conhecem-se as duas moedas: 5 soldos (inédita em T. de Aragão n.º 38 em B. Reis) e 2 ½ soldos, n.º 26 de Aragão e 62 de B. Reis ou seja meio real e quarto de real.

Estas duas moedas foram publicadas pela primeira vez no estudo do eng. Raul Couvreur.

2) — Série de E no anverso e E — V no reverso.

Conhecem-se apenas o real de 10 soldos (inédito em Aragão, n.º 16 de Batalha Reis). Dada à estampa pelo eng. Couvreur.

3) — Série de E V, no anverso, com E — V — O — R no reverso.

Conhecem-se as moedas de 10 soldos n.º 7 de Aragão e n.º 15 em B. Reis e de 5 soldos (inédita em T. de Aragão e em Batalha Reis). É a este $\frac{1}{2}$ real que se refere este estudo.

4) — Série de E V, no anverso, sem indicação de oficina no reverso.

Só se conhece a moeda de 5 soldos, reproduzida na Cartilha Numismática, com o n.º 37.

Será realmente esta última moeda, sem indicação de fábrica no reverso, uma moeda duma outra série?

Ou terá resultado tão-sòmente da dificuldade de inserir as quatro letras E — V — O — R no seu cunho?

Torna-se difícil concretizar a resposta, mas não seria de causar admiração o aparecimento do real de 10 soldos com E V, no anverso e sem letras monetárias no reverso e idênticamente o real de 10 soldos com sòmente E no anverso. Porém, seria de espantar se aparecesse a moeda de $\frac{1}{4}$ de real (real de $2\frac{1}{2}$ soldos, diâmetro cerca de 1 cm.) com as quatro referidas letras no reverso.

Faço votos que apareçam as moedas que faltam para completar as séries, o que não é impossível, mas é com certeza pouco provável em meu entender.

*

A moeda que reproduzo faz parte da minha colecção há bastante tempo e embora soubesse que era muito rara (os $\frac{1}{2}$ reais de Évora são muito raros), nunca a tinha analisado com suficiente cuidado para verificar que

ainda era mais rara, suponho que única, pois não tinha reparado nas quatro pequenas letras do reverso.

Pelo facto apontado acima, permito-me pedir a todos os confrades que olhem e estudem as suas moedas na certeza de que sempre se encontra algo de novo que não só nos dá prazer mas também vem dar alento ao estudo da numismática, isto, claro, sem falar na valorização da própria colecção, facto que não é para desprezar, visto que será mais um motivo para continuar coleccionando.



TRIENTE INÉDITO DE ERVÍGIO

POR PEDRO BATALHA REIS

A Memória do grande entusiasta pela série visigoda da Lusitânia, e Numismata ilustre que foi o meu saudoso Amigo tenente-coronel António Elias Garcia.

As moedas visigodas, que já se encontram estudadas no seu conjunto, graças aos valiosos trabalhos de Aloïss Heiss, Prof. Felipe Mateu y Llopis e dr. George C. Miles, constituem uma das séries mais interessantes, da moeda que circulou no torrão onde hoje é Portugal.

Ao prestar agora pública e póstuma homenagem ao tenente-coronel António Elias Garcia, não posso nem quero deixar de salientar ter sido ele quem mais trabalhou e escreveu, entre nós, acerca das moedas visigodas, enfileirando assim ao lado daqueles, como Franz Görres, D. Pio Beltran, Wilhelm Reinhart e outros mais, que pelos seus estudos monográficos largamente contribuíram para as obras globais do numerário visigodo.

Por outro lado, como esses trabalhos de conjunto, especialmente os dois últimos, são recentes, e nomeadamente o de Miles, verdadeiro *Corpus Nummorum Visigothorum*, pois não tem ainda uma década, ⁽¹⁾ todas as últimas contribuições não poderão por enquanto ir além de achegas — como esta de que agora damos notícia — para que um dia, mais tarde, outro refunda os materiais carreados a pouco e pouco, e refaça em novos moldes um outro *Corpus*, a que possivelmente se dará maior desenvolvimento histórico e documental.

A moeda de que ora damos notícia é um *triente* de Ervigio cunhado em *Gerunta* ou *Gerunda*, a moderna Gerona, na Província *Tarraconensis*, da velha Península Ibérica.

Antes de entrarmos no exame directo dessa moeda digamos primeira-

⁽¹⁾ Obra que se intitula *The Coinage of the Visigoths of Spain Leovigild to Achila II*, New York, 1952.

mente duas palavras de quem era Ervígio, ou melhor do papel que ele desempenhou no trono que fora do grande Leovigildo.

Dentre os visigodos, cuja proverbial nobreza de carácter constituia o seu maior orgulho, representa Ervígio o indigno papel do ingrato e do traidor, quando não do assassino.

Corria o ano de 680 reinando um dos mais ilustres godos de todos os tempos, pelo seu nobre carácter e humana benevolência, o respeitável ancião Wamba (672-680), que fôra eleito unânimemente oito anos antes, pelo prestígio de que gozava, não só como militar dos mais esforçados, mas ainda e sobretudo, pela sua bondade e saber, quando Ervígio, o Conde do Palácio, que tinha casado com uma parenta do sanguinário Chindasvinto, deu a beber a Wamba uma beberagem (ou um veneno como outros crêem) que o prostrou em profundo sono letárgico. ⁽¹⁾

Aproveitando-se então dessa circunstância, Ervígio mandou cortar os cabelos ao Rei, tonsurando-o e vestindo-lhe um hábito monacal, por conhecer o espírito religioso de Wamba que o não regeitaria. Com efeito, quando este acordou e se viu como um monge, não quis violar os preceitos do Concílio, que interdiziam a subida ao trono a todo aquele que tivesse sido tonsurado e houvesse recebido os hábitos conventuais, e assim aceita de boamente o burel que lhe impuseram por troca da coroa real.

Deu então o respeitável Wamba mais uma lição de admirável sabedoria mostrando que para ele mais valia o que o burel representava — a vida consagrada a Deus — do que as pompas vãs deste mundo, em cetros reais que fossem representadas.

Com esse generoso e grandioso procedimento, Wamba evitou também que se repetissem os distúrbios no seu Reino, que anos antes se haviam registado por outras traições que ele sufocou, poupando no entanto a vida aos traidores condenados à pena de morte. Era assim o grande Wamba!

Ervígio, para fazer reconhecer os seus direitos ao trono, como sucessor de Wamba, e depois de haver sido coroado pelo metropolitano de Toledo, oito dias depois de Wamba se haver retirado ao convento, reuniu o Concílio como era da praxe e ali apresentou três documentos: um auto assinado pelos grandes do Palácio dizendo que fora Wamba de sua livre vontade que havia recebido a tonsura e o hábito de monge; a abdicação de Wamba nomeando

(1) Segundo a moderna crítica. Wamba deve ter sido assassinado por Ervígio, devendo ser falsos todos os documentos apresentados por Ervígio ao Concílio. Cfr. Francis X. Murphy, *Julian of Toledo and the fall of the Visigothic Kingdom in Spain*, in *Speculum*, XXVII, 1, págs. 1 a 27.

seu sucessor Ervígio; e finalmente uma carta do estóico Wamba ao metropolitano Juliano recomendando-lhe que a sagração de Ervígio se fizesse segundo os preceitos consuetudinários. ⁽¹⁾

O reinado de Ervígio (680-687) durou apenas sete anos, tendo entretanto casado sua filha Cixilona com Égica, sobrinho de Wamba, e para quem passou o cetro por morte de Ervígio, tendo-lhe por isso o velho Wamba sobrevivido, segundo dizem, e visto passar a sua antiga coroa, para seu sobrinho: Égica.

O ineditismo desta moeda não reside no nome do soberano que a cunhou — pois são muitos e variados os *trientes* que se conhecem de Ervígio —, nem tão-pouco no tipo, ou no local de lavramento que é conhecido, mas noutras particularidades que passaremos a relatar.

Na verdade são conhecidos *trientes* de Ervígio, assim como nos é conhecida a oficina monetária de *Gerunda*, em variados *trientes*, mas o que até hoje se não conhecia era qualquer moeda de Ervígio cunhada nessa cidade. É pois nesse particular que é inédita a moeda que apresentamos: *silicet*, o labor monetário de *Gerunda* no reinado de Ervígio. E este facto adquire ainda mais interesse quando atentamos em que, durante os Reis visigodos que cunharam moeda em seu nome — de Leovigildo a Achila II — ou sejam 21 soberanos, a oficina monetária de *Gerunda* cunhou moeda não apenas 8 vezes como se julgava ⁽²⁾ — nos reinados de Witterico, Sisenando, Chintila, Reccesvintho, Égica, Wittiza e Achilla II — mas sim 9 vezes, se incluímos a laboração no reinado de Ervígio que este *triente* documenta, e que até hoje se desconhecia.

Dois apenas foram os epítetos que *Gerunda* deu aos Reis que ali cunharam moeda:

IVSTVS a Witterico, Sisenando e Chintila;

PIVS a Reccesvintho, Ervígio, Égica, Wittiza e Achila II;

ainda neste caso, como noutros que adiante apontaremos, é a regra estabelecida por Reccesvintho que prevalece.

Para melhor salientar a raridade do exemplar em estudo, vejamos o quadro geral das cunhagens de *Gerunda* sob os Reis Visigodos: ⁽³⁾

⁽¹⁾ Cfr. Heiss, *Description Générale des Monnaies des Rois Visigoths d'Espagne*, Paris, 1872, pág. 127.

⁽²⁾ Cfr. Míles, *Ob. cit. passim*.

⁽³⁾ *Apud* Míles, *ibidem*, págs. 70-71.

QUADRO DOS TRIENTES CONHECIDOS DE GERUNDA

Nome do Rei	Exemplares	Nome do Rei	Exemplares
Leovigildo		Tulga	
Hermenegildo		Chindasvintho	
Reccaredo		Reccesvintho	1
Liuva II		Wamba	
Witterico	4	<i>Ervigio</i>	1
Gundemaro		Égica	9
Sisebuto		Suniefredo	
Suinthila		(Égica & Wittiza)	19
Sisenando	3	Wittiza	12
Iudila		Rodrigo	
Chintila	2	Achila II	1
		Total:	52

Por este quadro se vê claramente o grau de raridade da moeda de que hoje damos notícia: o *triente* de Ervígio cunhado em *Gerunda* — que constitui uma peça única dentre a numária de Ervígio.

No respeito ao tipo, a moeda que descrevemos estiliza o último modelo dos trientes de Wamba, de cabeça à direita, com pescoço esguio e breve rematado por um traço horizontal, o que se repete igualmente em Égica, ⁽¹⁾ e com tal semelhança que à primeira vista parece ser de Ervígio.

No reverso temos a Cruz sobre *um altar de 3 degraus* ⁽²⁾ cujo tipo fora iniciado na série visigoda, por Leovigildo, mas então com o altar de 4 degraus, que aliás os seus descendentes directos não usaram, e que nos aparece neste *triente* de Ervígio por cópia das moedas dos reinados anteriores, mas agora com 3 degraus sòmente, ⁽³⁾ desde que Reccesvintho restituiu esse antigo tipo, que Leovigildo por seu turno foi buscar às moedas de Bizâncio.

A legenda do Anv. apresenta-nos uma ligeira variante das moedas

⁽¹⁾ Cfr. Heiss, Pl. X, 7 e Miles, Est. XXXII, 9: ex. actualmente em Stuttgart.

⁽²⁾ Vid. o que a este respeito dizemos no nosso estudo *Elisabona Felicitas Ivlia, Nova oficina monetária dos visigodos*, in *NVMMVS*, Vol. V, pág. 135, de que se fez Separata.

⁽³⁾ Há todavia algumas excepções, ainda que raras, com 4 degraus também.

TRIENTE VISIGODO DE ERVIGIO



Ampliado 4 vezes



Cunhado em Gerunda



cunhadas em *Gerunda*; pois enquanto na maioria dos casos a invocação *In Dei Nomine* — em nome de Deus — aparece representada por 2 ou 3 letras, neste triente, como na maior parte das vezes, as palavras *In Dei* estão igualmente representadas pela sigla formada por: I N D, e a palavra NOMINE é em geral figurada pelas 2 ou 3 primeiras consoantes: ao passo que na moeda em estudo vê-se apenas a inicial: N. Todavia, o interesse das legendas reside mais na grafia de certas letras, do que pròpriamente no texto delas, que não nos traz novidades.

No reverso, o que se nos afigura mais interessante é a sigla formada pelas letras R e X, como abreviatura da palavra REX; em que a perna posterior do R se estende horizontalmente de modo a formar o braço horizontal duma cruz que é cortada por novo elemento vertical. E neste curioso simbolismo do gravador poder-se-ia talvez adivinhar a intenção de querer marcar o espírito religioso do soberano na fusão da inicial de Rex com a Cruz.

No reverso duas letras merecem especial menção: a inicial de *Gerunda* e a penúltima letra dessa palavra.

No que toca à inicial, dir-se-ia à primeira vista que está representada por um S, dada a semelhança que realmente existe entre essa letra e o S de PIVS com que termina essa legenda. Estando portanto, essas duas letras, a primeira e a última dessa legenda, por ser circular, junto uma da outra, ou melhor, apenas separadas pela + com que geralmente se iniciam, ou iniciavam outrora, as legendas, o que permite uma fácil comparação por contexto, donde se verifica a similitude gráfica dos extremos dessa legenda. Todavia, essa aparente igualdade resulta aliás dos fracos recursos monetários de então, o que tem levado os mais eminentes numismólogos a considerar essa inicial erradamente escrita, por tomarem-na por um S. Quanto a nós julgamos antes que não houve erro algum, e que essa letra quis ser e é um G, diferente do S — como vamos tentar demonstrá-lo.

Com efeito, tanto o S, como G, e como o E curvo que aí se vê no nome da localidade, são feitos com um único punção: em forma de meia lua, como se fôra um quarto de círculo, e cortado horizontalmente numa das pontas. Assim para fazerem o S colocavam esse punção ora com a curva para a direita, ora para a esquerda, sendo achatadas as pontas na sua ligação, como de igual modo acontece no E uncial em que esse punção curvo se repete, continuando a curvatura, para formar um semicírculo, no meio do qual um travessão se engasta no ponto de união dos 2 quartos de círculo, dando-se aqui para fusão dos 3 elementos o mesmo achatamento que se verifica no meio do S.

Ora, não tendo ainda os moedeiros visigodos em *Gerunda* um punção

especial para o G, por ser deminuta a sua aplicação, ⁽¹⁾ recorreram àquele mesmo ferro de que acabamos de falar com que faziam normalmente a letra S; mas, embora colocassem duplamente o punção de $\frac{1}{4}$ de círculo numa posição semelhante àquela com que faziam o S, em vez de juntarem e ligarem as pontas que ficavam no centro da letra, deslocaram levemente para a frente e para cima o elemento inferior, como que em jeito de o enganchar no arco superior; resultando pois, daí, um tosco G. E para exemplificação do que acabamos de dizer veja-se a ampliação da moeda em causa, comparando a primeira e última letras da legenda do reverso. ⁽²⁾

No entanto, para que se não julgue ou alvitre que este caso foi mera coincidência, veja-se, para corroborar o que digo, o que acontece tal-qualmente num exemplar de Êgica, também de *Gerunta* ou *Gerunda*. ⁽³⁾

Reparemos agora como está figurada a penúltima letra de *Gerunda*: em vez de D aparece um *theta* grego (gráficamente representado aqui por um O com um traço no meio) o que obriga, por transliteração a escrever: *GERVNNTA* ou *GERVNTHA*.

A introdução deste elemento grego nas legendas monetárias visigodas foi introduzido por Chindasvintho, seguido por Reccesvintho, e não se encontrando em Wamba, volta no entanto a aparecer em Ervígio, para continuar a empregar-se em Êgica e Wittiza que lhe sucederam.

No que toca à Metrologia diremos que este *triente* de Ervígio cunhado em Gerunda, e que ora tentamos estudar, apresenta o seu peso perfeitamente normal, pois que a média dos trientes conhecidos deste monarca é de 1,45 grama, e este exemplar pesa 1,41 grama. Igualmente o seu módulo se enquadra dentro da generalidade dos *trientes* dessa época com 19,5 milímetros, pertencendo a Almeida, Basto & Pombino.

Por último, ao terminar estas linhas, queremos de novo evocar a memória do grande Numismófilo tenente-coronel António Elias Garcia, a quem dedicamos este breve estudo, de assunto tanto do seu interesse, como preito de saudade e admiração.

⁽¹⁾ Devem-no tê-lo feito expressamente depois, em Gerunda, para escreverem o nome do Rei de que nos ocupamos: Ervígio, como aliás se vê no Anv. dessa moeda.

⁽²⁾ Acrescente-se, pois, ao excelente quadro gráfico do alfabeto visigodo elaborado por Miles, *ob. cit.* entre págs. 148/149, mais esta expressão do G visigodo.

⁽³⁾ Cfr. Miles, *ob. cit.*, Est. XXXII, n.º 9.

INTERPRETACIONES DE ALGUNAS MONEDAS SUEVAS

Por Pío BELTRÁN

Al estudiar las monedas de los últimos emperadores romanos aparecen ejemplares con leyendas corruptas que suelen ser atribuidos á los pueblos germánicos, aunque, á veces, sean productos de las cecas oficiales; en los tiempos de los grandes movimientos de los pueblos que ocuparon gran parte del Imperio Romano, es difícil separar los sólidos y tremisis de oro acuñados en cada una de las nuevas nacionalidades que se formaron, y son muchas las obras dedicadas á resolver dichos problemas.

No es de este momento entrar en la discusión de las teorías ideadas para separar las monedas merovingias y visigodas de tipos análogos, ni el estudiar la composición de los tesoros de tremisis aparecidos en la Península Ibérica, que es el camino mas adecuado para obtener resultados firmes en la clasificación y cronología de las piezas que se suponen emitidas por los Visigodos y por los Suevos.

Por la premura del tiempo he de limitarme á dar unas indicaciones preliminares sobre los tremisis de los dos tipos siguientes:

1.) Busto imperial diademado de Valentiniano III á derecha rodeado de su nombre escrito en muy diversas formas, desde las totalmente correctas hasta las totalmente ilegibles por su degeneración.

Cruz equilátera dentro de una diadema modificada y con letras varias en el campo, que en la parte inferior suelen derivarse de la sigla CONOB propia del oro imperial romano.

Aparecen estas monedas, sobre todo, en los territorios de la antigua Gallaecia y fueron supuestas suevas por los autores, constituyendo el titulado por ellos, «*tipo suevo*».

2.) Busto imperial diademado romano ó bizantino con leyendas que contienen los nombres imperiales desde las totalmente correctas hasta las mayores degeneraciones.

Victoria andando hacia la derecha (alguna vez hacia la izquierda) que lleva palma sobre el hombro derecho y en la otra mano una láurea ó diadema, ó globo crucífero. Las leyendas de los reversos dicen VICTORIA

AVG (AVGG, AVGVSTORVM etc) con grandes degeneraciones que dan lugar á lecturas muy variadas y hasta llegar á ser, tan solo, leyendas figuradas. En los exergos hay letras en las cuales á veces se lee la leyenda CONOB de los tremissis romanos, ú otras muy variadas.

Aparecen frecuentemente monedas de ambos tipos en nuestra península, y fuera de ella, siendo designadas en muchos libros y catálogos con el nombre inadecuado de «*monedas previsigodas*», aunque á continuación algunas sean atribuidas á reyes de los reinos visigodos de Tolosa y Toledo.

Se puede asegurar, que todos los pueblos con asiento fijo en Hispania, como los visigodos, suevos, hispano-latinos, etc., emitieron estas monedas de imitación que solamente cesaron cuando Leovigildo hubo impuesto su autoridad á todos los pueblos peninsulares. Casi parece inútil la observación de que no se hace referència á los bizantinos establecidos en las ciudades de las costas del Mediterráneo.

No puedo entrar en la explicación y justificación de un hecho, totalmente probado, y és que los pueblos cristianos que vivieron con autonomía económica entre los invasores godos y suevos fabricaron monedas de estos dos tipos. Los *latino-gallegos* utilizaron el tipo 1.º; los *hispano-latinos* sometidos á los visigodos, hicieron monedas de imitación que tienen el tipo 2.º

Los propios tremissis del «tipo suevo», dicen, frecuentemente, que se trata de una «munita latina», sin olvidar la leyenda *MUNITA GALLICA PAX* que alude á una paz establecida entre los gallegos (*latinos*) y los Suevos, ó con los Visigodos, y, sin que por ahora deba entrar en la cronología de esta insigne moneda.

Estas monedas latinas contienen nombres de ciudades emisoras ó de *los seniores* de ciudades ó comarcas, casi nunca bien determinadas y siempre en *genitivo*, por cuya circunstancia, y por no aparecer con ellas otros nombres de *reges* ó de *seniores*, no creo que sean de monetarios.

Son nombres eminentemente latinos, como el *VALEO-ORIANI*, el *IULI(i)* casi seguro de Tude, el *TALASSI(i)* de Senapria, etc. etc. Destaca entre ellos uno escrito *IMERI(i)*, *IMIERI(i)*, *EMERI(i)* que ha sido supuesto equivalente á la ciudad de Emérita sin atender á que las monedas son de un tiempo en que los suevos no dominaban en dicha ciudad y á que en estos nombres no está la T, que nunca falta en las monedas visigodas que tienen el nombre de EMERITA, ó su monograma.

Me parece suficiente lo indicado, para ver el extenso campo de cuestiones que suscitan las cualidades de las citadas monedas, y cuyos estudios y exposición no son de este momento.

Las tituladas *Monedas Suevas*, fueron estudiadas y publicadas, sucesi-

vamente, por Allen, Heiss, Engel, Gil Flores, Mateu, Reinhart, Bouza Breyll etc. etc., pero tampoco debo, en este momento, analizar las obras de estos eminentes numismáticos.

Sin embargo atendiendo á la gran cantidad de datos que acumuló y puso á nuestro alcance, he de referirme, en especial, á D. Wilhelm Reinhart, austriaco de nacimiento y residente en España durante muchos años hasta que falleció en San Sebastián el día 24 de abril de 1953. Conste, que no voy á enjuiciar sus teorías sobre la materia objeto de este artículo, sino únicamente á reconocer que sin sus libros, y concretamente sin el titulado *Die Münzen des Swebenreiches* publicado en Munich en 1937, no podría escribir estas líneas.

Conocí al Sr. D. Wilhelm Reinhart cuando solo era coleccionista de las monedas acuñadas por los pueblos de «la gran emigración»; hicimos amistad cuando se dedicó á estudiar dichas series y la continuamos hasta su fallecimiento.

Publicó muchas obras sobre monedas, arqueología é historia; pero para lo que ahora escribo me basta con añadir á la ya indicada, su versión castellana modificada que se titula *El reino hispánico de los Suevos y sus monedas* publicada en Madrid en 1942 y su obra de conjunto *Historia general del reino hispánico de los Suevos*, también publicada en Madrid, en 1952, y en la cual su capítulo sobre monedas tiene poca extensión, aunque sí algunas novedades. Las referencias á las tres obras citadas las haré con las solas indicaciones de sus respectivas fechas.

Aparte de mi amistad con el Sr. Reinhart y de mi reconocimiento de sus méritos, debo decir, con absoluta sinceridad y con un egoísmo disculpable atendiendo á mis ansias de aprender, que si el citado autor no hubiera muerto, el actual artículo no estaria falto de la novedades aparecidas desde 1952 hasta la fecha (y que yo desconozco), por lo cual he de limitarme a copiar lo que ya tenia redactado cuando él murió y sin posibilidad para ponerlo al día por la premura de tiempo y por otras ocupaciones. Pido perdón á los lectores, por lo que aquí aparezca trasnochado. Si tengo vida, salud y humor procuraré corregir mis deficiencias. No hace falta que advierta a los que leen esto, que me he limitado á desglosar una parte pequeña de un trabajo mucho mas extenso que trata de las materias que aquí expongo.

No voy á entrar en el análisis de la noticias conocidas sobre los Suevos muchas de ellas contenidas en el *Chronicón* de Idacio obispo de Aquas Flaviae y alguna en la *História* de los Suevos escrita por San Isidoro. Desde que los Suevos se hicieron arrianos en 465 ó desde el final de la obra de Idacio en 468, diríase que este pueblo no existió ó que se lo tragó la tierra, hasta que San Isidoro señaló la conversión al catolicismo de su rey Teodomiro (558-570)

por las predicaciones de San Martín Dumense. Esta laguna de cerca de noventa años fué salvada por San Isidoro con las palabras siguientes:

*Multis deinde Suevorum regibus in Ariana hæresi permanentibus,
tandem regni potestatem Theudemirus suscepit.*

Ni hechos, ni nombres (con las excepción que se dirá), ni nada de los Suevos, se conoce en todo el tiempo señalado; mas adelante hasta la desaparición de su reino, algo se sabe, aunque no sea mucho.

Los dos Concilios Bracarenses de la época sueva, son el I celebrado en el año 561, ó sea en el tercero del reinado de Teodomiro y el II del año 572 durante el reinado de Miro hijo de Teodomiro. El nombre del rey que convocó el Concilio I de Braga aparece en los textos con las versiones Teodomiro, Ariamiro y Argemiro sin que esta variación tenga verdadera importancia.

El Tudense consignó la conversión de un rey Suevo llamado Carriarico, que ha de ser distinto de Teodomiro, sin fecha bien determinada ni comprobada; la noticia parece incierta atendiendo á la fantasía del autor.

En el Cronicón Iriense (de tan escaso crédito) se atribuye á Martín de Dumio la conversión de un rey suevo llamado Miro y el mismo que convocó el Concilio II de Braga. Añade que poco antes reinaban a la vez, los reyes Miro en Lucus y Ariomiro en Brácara, que éste segundo solamente reinó tres años y que á su muerte le sucedió Miro en Brácara. Ignoro si la noticia es cierta; pero si lo és, que en el Concilio Bracarense II estuvieron obispos de las dos provincias bracarense y lucense siguiendo esta división en tiempo de Leovigildo y hasta la muerte del metropolitano de Lucus. Después toda la provincia Gallaecia tuvo su metropolis en Brácara.

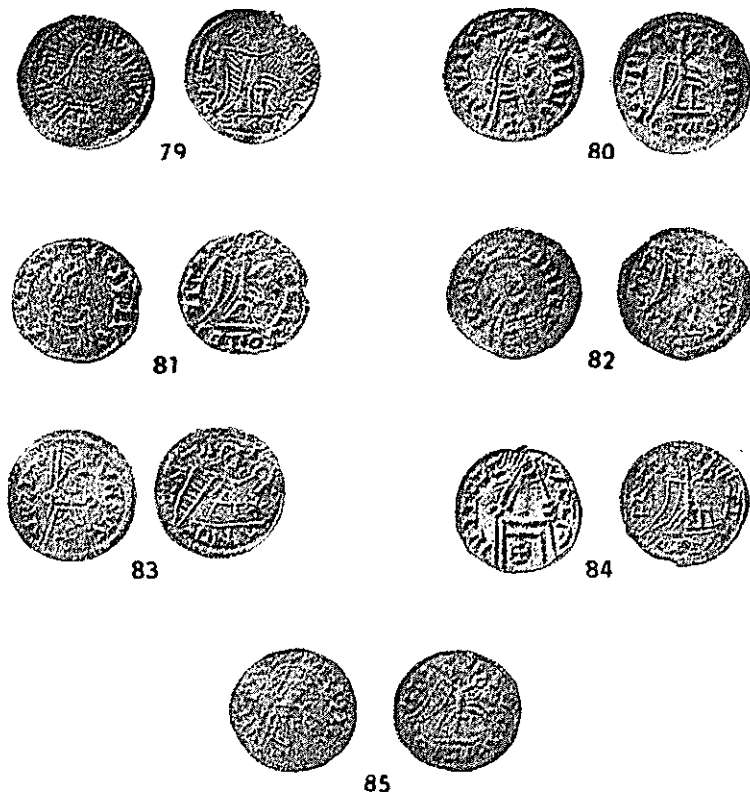
Las demás noticias que conozco de Miro se reducen á nombrar la paz que concertó con Leovigildo en el año 576 y la tentativa de ayudar á Ermengildo en la lucha contra su padre. Después se retiró á Galicia donde murió en el año 583. Le sucedió su hijo Eborico (ó Eurico según corrección de Grosse) el qual fué asesinado por Andeca en el año 584.

En 585 los ejércitos de Leovigildo y de Reccaredo invadieron el reino de los suevos, vencieron á su rey Andeca, que fué tonsurado y el reino quedó definitivamente en poder de los godos. Todavía se habla de una tentativa de restauración sueva por parte de Malrico ó Amalarico, el qual fué aprisionado y entregado a Leovigildo.

Las monedas de Leovigildo y de Reccaredo señalan la marcha de la conquista pero no conozco monedas godas ni suevas que den noticias de los

reyes suevos, sino las que irán a continuación y las conocidas de plata de Ricciario, de cuya autenticidad ya no se duda.

En el año 1937 publicó D. Wilhelm Reinhart (lámina XXXVI núms. 79 al 85) un grupo de siete tremissis de aspectos varios que son del



tipo 2° citado, y que tienen el busto regio diademado y en el reverso la Victoria à derecha llevando en sus manos palma y otro atributo que es una láurea en los números, 79, 81, 82, 84 y 85, un globo crucífero en el 80 y una diadema en el 83. El autor las puso à continuación de las que tienen el tipo 1°, «suevo», reprodujo algunas en trabajos posteriores y las suprimió en su «Historia» de 1952. Supongo que en esta decisión atendió á no haber visto compartida su opinión por otros numismáticos; pero no me convence la repulsa, pensando en que si los fundamentos de su clasificación les parecieron poco

decisivos, es indudable que los suevos al acuñar moneda no podían librarse de la ley económica, general en todos los tiempos, al imitar el tipo más extendido, popular y acreditado, del cual hay muchísimos ejemplares cuya adjudicación á pueblos determinados resulta incierta y aún del todo desconocida en ocasiones.

En 1942 (pág. 325-3) consignó el autor «que tales monedas se hallan casi únicamente, en el territorio del antiguo reino suevo». Este «casi» solamente es relativo, pues en Zorita de los Canes (Guadalajara) aparecieron dos piezas muy parecidas á la número 83 caracterizadas porque la Victoria lleva una túnica de forma triangular «acampanada» y allí mismo (en Zorita) salieron otras varias que, atendiendo á diversas circunstancias, proceden de la misma ceca que las anteriores, sin que hasta el momento presente, sepa yo cual fuera dicha ciudad ni tenga ningún indicio para suponerlas suevas.

Las monedas del citado grupo son de facturas muy distintas de las que tienen otras muchas imitaciones del mismo tipo 2º, y de ellas dijo el Sr. Reinhart que «deben corresponder á los últimos años del reino, cuando Leovigildo ejerció su influencia política sobre él, y que, tal vez, por la preponderancia de las monedas visigodas en la Península se buscaba, por motivos prácticos una conformidad con ellas». Tuvo acierto en su hipótesis, aun cuando el fenómeno fué mucho más general y de mayor alcance como antes queda dicho. Afinando algo más, pensó en atribuir las á Eborico hijo de Miro, aunque no halló nombres conocidos en sus leyendas por defectos de lectura. Ya veremos el alcance de su acierto casual.

Analizando las siete monedas descritas y reproducidas en 1937, ya se ha dicho lo correspondiente al número 83; y en cuanto al 84 (de su colección) es de leyendas y tipos tan degenerados, que no es posible dictaminar nada firme sobre su origen.

Las monedas números 80, 81 y 85 pueden ser suevas pero no se podría justificar tal procedencia, aunque la 80, apareció en Castelo Branco y otras circunstancias abonan tal presunción. También es del hallazgo de Castelo Branco la número 83, la cual, no obstante la distancia, apareció así mismo en Zorita de los Canes.

Quedan por examinar los tremissis números 79 y 82 y los que después de 1953 hayan podido aparecer en colecciones ó en tesorillos.

Voy a estudiar tres piezas de oro, únicas que, por ahora, pueden ser atribuidas razonadamente á reyes suevos.

A) Tremissis que estuvo en el Museo Arqueológico Nacional de Madrid, cuyo diámetro es 15,5 mm y su peso 1,19 gramas, en el cual se lee bien, y sin dudas, la palabra REIGES (puesta por *regis*) de la cual dedujeron

los autores que contiene el nombre de un rey. Por sus tipos es muy análoga á las piezas del tipo 1º, y pensaron que se trata de un rey suevo.

Las lecturas de la leyenda del anverso, que rodea al busto diademado son:

O DEO DIAZCA REIGES CRAV Engel et Serrure (*Traité* T-1 pág. 22, fig. 40).

DEO DIACCA REIGES ONAR Gil Flores.

O CO DIACCA REIGES ONAV Mateu y Llopis (*Catálogo* pág. 120) con dudas en las letras primera y última.

D. Wilhelm Reinhart publicó este tremissis en 1937 (Lám. XXXVI-76) y aceptó las lecturas de Engel ó de Mateu y supuso que en el comienzo de la leyenda está el nombre de un rey suevo.



76

En 1942 (fig. 3 núm. 35) leyó:

OCO DIACCA REIGES ONAI (La última O en forma de omega) corrigiendo (pág. 325) lo dicho anteriormente y diciendo que:

«La palabra *Reiges* hacia suponer que se oculta en la primera parte de la leyenda el nombre de un Rey suevo; pero, parece mas probable, que la leyenda mutilada quiera referirse á una población».

En 1952 (Lám. V. 42 y ampliación en la VII) leyó lo mismo, salvo poner mas clara y segura la supuesta omega, y volvió á consignar que lo mas probable era «que las letras confusas se referian á una población».

Desde la primera vez que vi é impronté la moneda, su lectura tuvo para mí pocas dudas, que todavia subsisten, en la forma siguiente:

OCOVIACCA REIGES GAISI

La O inicial, si no es el remate de la fibula, indica un O(ppidum) cuyo nombre «seguro» es Coviacca, de la diócesis Astoricense en la Lista

Sueva, perfectamente localizada en Coyanza hoy Valencia de Don Juan. En el Cronicón de Idacio al relatar las expediciones del visigodo Teodorico por tierras de Campos y de León y sus victorias, señaló el fracaso del ataque al Castellum Coviaccensis donde fué rechazado con grandes pérdidas.

Determinada la población, las últimas cinco letras constituyen el nombre de un «rey» en genitivo en el cual me queda la duda de si la letra central dá la lectura GA(i) SI ó la GARSÍ, pues los signos segundo y 3º dán la sensación de estar ligados. Prefiero la primera lectura.

La falta de nombres conocidos no permite la comprobación de las dudas indicadas. La descripción de los tipos de la moneda es:

Busto diademado con manto sujeto con fibulas, y mirando á derecha; delante de la nariz hay un signo que parece G ó C, mas bién C, aunque las otras «ces» son de forma cuadrada, refiriendose al nombre de la ciudad ó al soberano.

Cruz equilátera dentro de três laúreas ó diademas y cortadas por trazos radiales (como en las otras monedas del tipo 1º) viéndose en los huecos, dos grupos de letras que parecen PP —IAS, cuyo significado ignoro, y en una parte del campo, la letra G ó C como en el anverso.

B) En el grupo de tremisis con Busto y Victoria, el numero 82 era de la colección de A. Marrocos, de Idanda-a-Velha. Tiene 17 mm. de diámetro y un peso de 1,15 gramos. Sus leyendas se ven muy claramente en la reproducción del Sr. Reinhart.

IVTININVIMIR RX — IVTIH-IANV Exergo CON

Las letras RX ligadas como en muchas monedas godas.

Y su interpretación es inmediata:

(Nombre degenerado de Justiniano) MIR(o) R(e)X — IV(s)
TINIANV(s) — CON(ob).

y no tengo dudas en que la moneda contiene el nombre del rey Miro de los Suevos del cual se ha tratado anteriormente. Esta lectura é interpretación las consigné en mis apuntes en cuanto conocí la publicación de Reinhart de 1937 (hacia el 1939 ó 1940) pero hasta el momento actual nada he publicado sobre ellas ni sé de otros que lo hayan hecho.

El tipo de esta moneda es análogo al de las que tienen el nombre de Leovigildo en sus dos áreas, pero los bustos son de distintos artes. Supuesto un paralelismo completo entre las series visigodas y suevas (lo cual no es

indispensable suponer que ocurriera) deberían existir monedas visigodas con el nombre de Justiniano en ambas áreas y en una de ellas seguido de un nombre de rey visigodo; pero entre las muchísimas monedas visigodas que conozco, no hay ninguna que presente dicha particularidad.

C) La otra moneda que falta estudiar, es el número 79 del citado grupo de siete monedas del tipo 2º publicado por el Sr. Reinhart en 1937. Tiene un diámetro de 18 mm, un peso de 1,22 gramos y era propiedad de P. Carvalho Mirabeau, de Lisboa. Atendiendo al aspecto del busto en ella representado y al escaso relieve de las representaciones de sus áreas, se relaciona con otros tremisis del tipo 1º «tipo suevo», con Busto y Cruz dentro de una diadema.

La lectura es análoga á la propuesta por D. Wilhelm Reinhart, pero no igual.

NIVSTI — IRVCRLVC = VICT — NVMO Exergo CON

y la interpretación que yo le di hace muchos años y que publico ahora, es:

(dominus)N(oster)IVSTI(nus)IRVC(o)R(ex)LVC(u)
= VICT(oria) — NVMO Exergo CON(ob).

El busto es de forma trapecial y lleva cruz en el pecho. La Victoria andando hacia la derecha, lleva palma y corona (como en casi todas las piezas similares) pero entre la parte superior de la palma y la cabeza de la Victoria hay una cruz latina (con el brazo inferior mas largo que los otros) dando lugar á un tipo que no conozco en los tremisis visigodos.

La lectura reconstruida no es tan segura como la de «Miro rex», pero ésta última apoya á la nueva en la cual aparece un Iruco rey de Lugo sin graves dificultades; y ese nombre se parece tanto á Eborico ó Eurico de los textos, que hace pensar en una errata en la moneda, ó mejor todavia en los textos, ya que la solución Eurico de Grosse, fué dada por no poder admitir el nombre Eborico.

Se tiene, al parecer, el nombre de Iruco rey de Lugo acompañando al de Justino II y debe ser del año 583 en que está citado el supuesto Eborico.

El nombre NVMO que aparece en el reverso, no lo conozco en otras piezas suevas ó visigodas.

Queda, para otra ocasión, el trabajo de comparar las leyendas de esta moneda con las que tienen los tremisis números 46, 47, 48, 49, 51 y 52 del catálogo de las *Monedas Visigodas del Museo Arqueológico Nacional* publi-

cado en Madrid en el año 1936 por mi dilecto amigo D. Felipe Mateu y Llopis, y sus posibles enlaces con otras que parecen ser sus contemporáneas.

Termino el estudio, haciendo notar que las lecturas anteriores á las que expongo tenían defectos que, aún pareciendo insignificantes, hacían difíciles sus interpretaciones y que las publicadas ahora solamente podrán ser corregidas con pruebas mas convincentes que las aquí presentadas. Tengo la esperanza de que han de aparecer nuevos reyes suevos partiendo de monedas desconocidas ó defectuosamente leídas.

Valencia, 25 de Enero 1960.



MONEDAS CASTELLANAS DE JUÁN DE GANTE DUQUE DE LANCÁSTER

Por Pío BELTRÁN

De las cuatro monedas que voy á estudiar, una la he tenido en las manos y las otras las conozco por fotografías. Creo tener suficiente información para poder clasificarlas; dos son de Juan de Trastámara rey de Castilla, y las otras dos de Juan de Gante Duque de Lancáster que también se tituló rey de Castilla y de León al mismo tiempo que el otro. Hace años que escribí sobre las citadas monedas y archivé las cuartillas y las reproducciones. Guardé todo tan escrupulosamente que al pretender utilizarlas ahora, no he sabido encontrarlas después de repetidas y concienzudas excavaciones en mis papeles.

Luego he vuelto á escribir el artículo partiendo de unas notas que tenía aparte; y al final he recibido las últimas reproducciones, pudiendo terminar la nueva redacción, que si está expresada con distintas palabras que la primera, no difiere de ésta en sus partes esenciales. La premura de tiempo no me ha permitido dar bibliografía, ni creo que les haga mucha falta á los lectores.

Nuevas noticias me obligan á cambiar algo de lo escrito anteriormente.

Al decidirme á restaurar el antiguo trabajo, relato mis pesquisas en orden cronológico para llegar á formar un ciclo cerrado de razonamientos que me ha permitido establecer las filiaciones de este grupo de monedas que son sumamente interesantes.

Mis primeras noticias sobre las monedas datan de 1941, ó poco después, cuando supe que por los años 1935 ó 1936 hubo un hallazgo de monedas en tierras de Galicia cuya composición no me dijeron, ni el número de piezas encontradas, ni el lugar de su aparición ni siquiera otras cualesquiera de sus circunstancias.

Las monedas halladas debieron diseminarse pronto en lotes ó muestras de pocas piezas cada uno.

Y, todo lo demás que dijera sobre el asunto, sería producto de mi fantasía y por tanto sin valor ninguno para su justo conocimiento.

Una de las muestras, constituida por cuatro ó cinco piezas de dos ó tres

tipos fué adquirida por un entrañable amigo mío, ya difunto, el cual, quizá, no tuvo ocasión de darme la noticia. La guerra se interpuso entre nosotros pués le sorprendió en el extranjero. Renació la calma y en un viaje á Madrid me explicó lo poco que arriba digo y que es todo lo que él sabía. Únicamente me dijo, además, que las monedas eran del tamaño de los reales castellanos corrientes y de dos tipos distintos; unas tenían «Iohanis rex Castelle» ó algo parecido, alrededor del campo cuartelado de castillos y leones puestos en la orla cuadrilobulada y la gráfila acostumbradas, y por el otro lado una Y coronada, como la existente en los Blancos del Agnus Dei de Juan I, rodeada de una doble leyenda que creía recordar era: «Dominus mihi adiutor» etc., propia de los reyes de Castilla y de León. No recordaba que tuvieran marcas de ceca y no vaciló en catalogarlas como de Juan I, y anteriores á la emisión de las monedas de necesidad llamadas Blancos del Agnus Dei. En todo ello estuve totalmente de acuerdo con mi amigo.

Me añadió, que, además, adquirió monedas de otro tipo que le resultó muy extraño; tenían por un lado un monograma coronado, que no recordaba, rodeado por una doble leyenda de la cual solamente sabía que no se parecía á ninguna de las acostumbradas. En el otro lado estaban los castillos y leones cuartelados, puestos en la orla cuadrilobulada y en gráfila, rodeados de otra leyenda desusada. Creía que no tenían marcas de ceca y tenía que hablar de memoria por haberlas perdido; no conservaba notas, improntas, ni otro recuerdo, sino que en una de las leyendas decía algo como: «filie regis». Y esto era todo.

Siempre he sido de temperamento impetuoso (frecuentemente con exceso) y le contesté, inmediatamente, que sabía de quién eran dichos últimos reales. Ignoro si me creyó; no volvimos á conversar sobre tan enigmáticas monedas. Más adelante mi amigo padeció una cruel y despiadada enfermedad que lo llevó al sepulcro.

Mi clasificación era tan sencilla como fundamental. *Las monedas en cuestión eran del tiempo de Juan I de Castilla y aludían á la hija de un rey que fuera esposa de un pretendiente á los reinos de Castilla y de León y solamente podían referirse á Constanza hija de Pedro I, casada con Juan de Gante Duque de Lancáster hijo de Eduardo III de Inglaterra y de Felipa de Hainaut.*

En 1949, varios años después de haber muerto mi amigo, hacía oposiciones mi hijo Antonio Beltrán Martínez á las cátedras de Arqueología, Epigrafía y Numismática de las Facultades de Filosofía y Letras de las Universidades de Salamanca y Zaragoza. Al exponer en un ejercicio las novedades en la Numismática Castellana habló de estas monedas, en mi presencia,

(aunque no sè si está contenido lo dicho en sus escritos de la oposición) y enunció las mismas soluciones. Ignoro si fueron creídas sus palabras aunque no sería extraño el no creerlas, contando con la fantasía y la facundia de un opositor que vá en busca de la solución de su vida. No se volvió á tratar de este asunto.

Sin contar con llegar á conocer las monedas comencé á estudiar los hechos con ellas relacionados, mediante las Crónicas de los Reyes de Castilla, de Pedro I, Enrique II y Juan I y el Tomo II de la obra de Don Juan Catalina y Garcia titulada «*Castilla y León durante los reinados de Pedro I, Enrique II, Juan I y Enrique III.*» (1)

En esta última obra, aparece la noticia, tomada de las Crónicas de Froissart, según la cual, casada Constanza de Castilla con Juan de Gante Duque de Lancáster, éste puso el blasón de Castilla en sus armas y comenzó á preparar una expedición para combatir á Enrique II.

Según la opinión de D. Juan Catalina el primer documento en que dice que Juan de Gante se tituló rey de Castilla es del 25 de Julio de 1272, (2) pero es una equivocación.

Más adelante hallé en la citada obra una noticia sacada de Rymer (3) sobre la fabricación de monedas por los Duques de Lancáster para pagar los gastos de la invasión de Castilla por la parte de Navarra. En uno de mis viajes á Barcelona, y en su Biblioteca Central, pude hallar, entre otros muchos datos, los siguientes:

- 1377 Fallecimiento de Eduardo III de Inglaterra y sucesión de su nieto Ricardo II.
 1378 Agosto. «De auxilio Regi Navarræ contra Henricum Bastardum occupatorem Regni Hispaniæ præstando» (T. VII).

(1) *Biblioteca de Autores Españoles* — T. LXVI *Crónicas de los Reyes de Castilla* T—I Pedro I. T—LXVIII—id. T—II Enrique II y Juan I. Ordenadas por D. Cayetano Rosell. *Historia General de España*. Partes I y II de la obra de Don Juan Catalina 1891 y 1893.

(2) Catalina *Op. cit.* pág. 81 nota-4.

(3) Thomas Rymer, *Foedera conventiones literæ et cujus cunque generis Acta Publica inter Reges Angliæ et alios quosvis Imperatores Reges, Pontifices, Principes vel communitates...ab anno 1101 ad nostra tempora habita aut tractata* Londini 1727-1735, 20 vol. fol. Esta fué la edición consultada T—VIII—MDCCXXVIII. La primera edición, mas incorrecta, es de sólo 200 ejemplares. Tercera edición Hagæ-Comitum—1745— 20 Tomos en 10 volúmenes — Folio.

- 1380 Marzo 7. «Pro rege Castellæ de Moneta cudenda» (T—VII. pág. 244) Carta de Ricardo II. «Rex omnibus ad quos.....Salutem. Volentes Carissimo Avunculo nostro Ioanni regi Castellæ et Legionis Duci Lancastriæ ob affectionem quam ad personam suam gerimus et habemus gratiam facere spetialem. Dedimus et concedimus eidem avunculo nostro Auctoritatem Privilegium et Potestatem spetialem, quod ipse *a primo die Augusto proximo futuro usque ad finem duorum annorum proximis sequentium plenarie completorum, cudi et fabricari facere possit in civitate Baionæ et Aquem, vel in alio loco ubi voluerit in senescalia Landarum* Monetam de auro et argento et alio Metallo de quocunque cunio allaia et Tallia prout sibi placuerit (excepto de Anglia et Aquitania) *per manus Pelegrini de Ser* vel alterius quem per ipsum avunculum nostrum vel deputatos suos ordinari vel deputari contingerit in hac parte etc. etc.»

Bastante confusión me produjo su lectura pués las monedas acuñadas podían ser de cualquier país, salvo las excepciones señaladas, y nada se dice de que fueran de los reyes Juán y Constanza aunque era posible que se acuñaran. Por otra parte, Pelegrín del Ser (Serro, Auxerre etc., etc., en los documentos) era el maestro de las Monedas de Carlos II de Navarra lo cual indica una intervención de este famoso monarca en la emisión.

Volviendo á las monedas, éstas parecían de existencia probada; pero las pruebas palpables se habían perdido. Hasta que un cierto día de cierto año que no sé precisar, mis buenos amigos D. José Yriarte Oliva de Madrid y D. Antonio Villoldo García de Barcelona me remitieron noticias é improntas de los dos tipos de monedas y sobre todo de unos reales que tenían las letras IL bajo una corona, en las cuales algunos técnicos creían leer IL-defonsus; mientras que otros lo negaban por parecerles desusada esa manera de escribir el nombre del rey. En cuanto á su clasificación la única que les parecía algo adecuada era la de Alfonso XI, pero con muchas dudas. Creo que recientemente alguien las ha retrasado al tiempo de Alfonso V de Portugal casado con D^a Juana hija de Enrique IV, prescindiendo de las anomalías que supone poner tales tipos al final del siglo XV.

Después tuve noticias más concretas de las monedas. Otro lote análogo al que tuvo mi amigo se había presentado, y entonces supe que la plata de los reales de tipos raros era de baja ley (como debía ser tratándose de monedas de la guerra) y tuve las improntas y fotos que ahora he renovado.

Los reales de plata tienen por un lado la Y coronada y alrededor con letras góticas:

+ DOMINVS MICHİ ADIVTOR ET EGO.D—ISPICIAM
INIMICOS MEO y entre las palabras grupos de dos aspas.

En el reverso tienen el consabido campo cuartelado de castillos y leones coronados, dentro de orla cuadrilobulada doble y en los huecos exteriores tres rosetas de seis pétalos y debajo la marca B de Burgos. Alrededor en letras góticas la leyenda:

+ IOHANIS REX CASTELLE ET LEGIONIS y entre las palabras las mismas aspas del anverso.

Fig. 1 — Museo Arqueológico Nacional. Plata de ley de once dineros y cuatro granos — 28 mm.

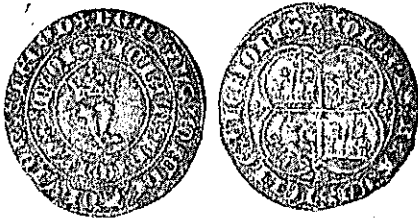


Fig. 1



Fig. 2

El real de la figura número 2 tiene claramente visible la cruz del comienzo de la leyenda del reverso. Es propiedad de Don Gerardo Flores Martín (Madrid) y creo que es compañero del real de Juan de Gante. Es del mismo diámetro del anterior y pesa 3,45 gramos.

Otro real de plata es de la primera época de Juan I, aunque en la obra de Heiss figura entre las monedas de Juan II. Los documentos demuestran que es anterior á la derrota de Aljubarrota. Está representado en la figura 3.



Fig. 3



Fig. 4

En el anverso está el monograma «iohn» con letras góticas y encima un «lambel» bajo corona. La leyenda es:

+ DOMINUS MICHI ADIVTOR ETEGO I—SPICIAM INIMICOS MEOS con letras góticas y entre las palabras grupos de dos anillos.

En el reverso tiene el mismo tipo de los reales anteriores salvo que en las enjutas superior é inferior hay veneras como marcas de La Coruña.

La leyenda, con letras góticas, dice:

+ IOHANIS DEI GRACIA REX CASTELL y entre las palabras los grupos de dos anillos como en el anverso.

Este ejemplar de La Coruña parece del mismo lote que el anterior, y es de su mismo diámetro. Pertenece á D. Gerardo Flores de Madrid, y pesa 3,12 gramos.

Es moneda muy rara con la marca «venera» de La Coruña.

Los otros reales contienen el monograma IL bajo corona, rodeado de una doble leyenda gótica, y con rosetas de seis pétalos entre las palabras, que dicen:



Fig. 4 bis

+ DEUS.IUDICIUM.TUUM.REGIC (este ultimo signo grabado con mucha indecisión es una marca monetaria) /DA.ET.IUSTICIAM.T(uam).

El reverso contiene el acostumbrado campo cuartelado de castillos y leones sin corona, en una orla cuadrilobulada doble y gráfila. Alrededor hay una leyenda de caracteres góticos con rosetas de seis pétalos entre las palabras que dice:

+ IUSTICIAM . TUAM . FILIE . REGIS

En las enjustas de la orla, rosetas de seis pétalos.

Colección G. Flores de Madrid. Plata de baja ley. 27 mm, 3,27 gramos.

Es del mismo lote que el de la figura número 2.

La explicación de esta pieza era inmediata. Según expresa la moneda, I(oannis) L(ancastríæ) (dux) pedía á Dios le iluminara con su buen juicio para saber gobernar sus reinos y que hiciera justicia á su esposa, *la hija del Rey* Pedro de Castilla, desposeída de sus legítimos derechos por la rama usurpadora de los Trastamaras.

El desgraciado Pedro de Castilla había pretendido entronizar á su descendencia resultante su ayuntamiento con Doña María de Padilla, en la forma que aparece en varios capítulos de su Crónica atribuida al Canciller Lopez de Ayala.

Año décimo. 1359. Cap. XXI. Nacimiento de Alfonso hijo de Pedro I y de Doña María de Padilla.

Año doceno. 1361. Cap. III. «Como fue muerta Doña Blanca de Borbón muger del Rey don Pedro é Doña Isabel de Lara». Doña Blanca murió en Jerez. No interesan las noticias del cronista López de Ayala sobre este particular.

Cap. VI «Como murió Doña María de Padilla en Sevilla». En el mes de Julio deste dicho año; é dexó fijos que oviera del Rey, á Don Alfonso, é a Doña Beatriz, é a Doña Constanza, é a Doña Isabel, de los quales diremos en su lugar».

Año treceno. 1362. Cap. VII. «Como el Rey Don Pedro dixo en Cortes que fizo en Sevilla como fuera casado con doña María de Padilla, é fizo jurar a su fijo don Alfonso». No podemos copiar las pruebas que dió de la legitimidad de su matrimonio. La exposición de motivos ó «grand sermón» la hizo Don Gómez Manrique arzobispo de Toledo, y desde aquel día Doña María fué llamada Reina y sus hijos Infantes. Y luego desde Astudillo donde había sido depositado el cuerpo de Doña María, fué trasladado al panteón real de Sevilla.

1362 junio 22. Tratado de alianza de Pedro I con el Rey de Inglaterra, ratificado en Calatayud el 28 de septiembre de 1364.

Cap. XIV. «Como finó Don Alfonso, fijo del Rey Don Pedro, que llamaban el Infante». Martes 18 de octubre de 1362.

«Después que el Rey Don Pedro ovo dexado recabdo de gentes en

Calatayud é en otros logares de enderredor que él avia ganado partiódende é fuese para Sevilla; é después que llegó a Sevilla, dende á pocos días morió su fijo, que llamaban el Infante Don Alfonso, el que oviera de Doña María de Padilla: é fuera jurado en Sevilla por Infante heredero, segund suso avemos contado».

Año catorceno. 1363. Cap. III. «Como el Rey Don Pedro fizo jurar sus fijas por herederas del Reyno; e como pasó contra algunos caballeros de Castilla».

Volvió Don Pedro á sus luchas en Aragón ganó á Borja y Magallón hizo un ayuntamiento de caballeros en un lugar de la comarca «que dicen Bubierca» (debe ser *Bureta* según otras versiones aproximadas) para comunicarles la muerte de su hijo y jurar herederas á sus hijas de acuerdo con el testamento que habia otorgado en Sevilla el 18 de noviembre de 1362, un mês después de la muerte de su hijo. Es decir, que fuesen «cada una en sucesión de la otra en guisa que doña Beatriz (nacida antes del matrimonio de Pedro I con Blanca de Francia) fuese la primera» etc., etc. Se levantaron actas de estas juras y de todo lo acordado.

Año décimo séptimo. 1366. Cap. XIII. «Como el rey Don Pedro fue para Bayona de Inglaterra». Vencido Don Pedro en la lucha con su hermano Enrique de Trastamara, huyó por el reino de Portugal á Galicia y en La Coruña se embarcó para Bayona de Francia, que era del reino de Inglaterra, llevando consigo á sus tres citadas hijas.

De los años subsiguientes no interesa decir nada hasta llegar al:

Año vigésimo. 1369. Cap. VII. «Como el Rey salió de Montiel e murió». Nada he de relatar sobre el fratricidio de Montiel tan repetido y aún desfigurado en algunas narraciones. Don Pedro murió el día 23 de marzo de 1369 cuando tenía 35 años y siete meses.

Según los dictámenes de los médicos, Pedro I fué un perturbado. Solamente admitiendo ésto, se pueden comprender muchos de sus actos.

En el año 1371 la heredera de los reinos de Castilla y de León era Constanza que se criaba con su hermana Isabel, en Bayona bajo la protección de Eduardo III de Inglaterra muy amigo de su padre. El cuarto hijo de dicho rey era Juan de Gante, que tenía 31 años entonces y que habia enviudado de su mujer Blanca en 1369. Juan pensó en casarse con la heredera de su amigo Pedro I, y los autores apuntan que no fué tanto por amor, como por

llegar á ser rey de Castilla y de León. Dice Don Juan Catalina y Garcia: (1) «De lo primero no hay pruebas ciertas; mas de su tenacidad en reclamar la corona hallaremos desde aquí muchos testimonios siendo su constancia tan invencible como la mala fortuna que acompañó á la mayor parte de sus empresas.

En efecto, en todos sus alegatos en pró de los derechos de su mujer predomina de manera machacona el relato de la injusticia de que era víctima por parte de la rama espúrea de los Trastamaras. Las leyendas de sus monedas conocidas aluden á este hecho en lugar de contener los nombres de los reyes como es costumbre en la mayor parte de las piezas conservadas de otros soberanos.

Pasó la princesa Constanza á Burdeos; celebrese el matrimonio en Rochefort y luego, con su hermana Isabel, pasó el matrimonio á Inglaterra.

En 1372 Edmundo, tercero de los hijos de Eduardo III rey de Inglaterra, titulado, Conde de Cambridge y luego Duque de York, casó con Isabel hija de Pedro I de Castilla.

Las armas de Juan de Gante como rey de Castilla y de León están en su sello de plomo, en cuyo enversó hay un Trono gótico entre los escudos de armas de Castilla y de León, y en el solio sentado el Rey Juan de Lancáster, sosteniendo un globo crucífero y un cetro. A su alrededor está la leyenda:

Johanes Dei gratia Rex Castelle et Legionis, Toleti, Galecie, Sibilie, Cordube, Murcie, Giennie, Algarbie et Algecire Dux Lancastriæ et Dominus Moline.

En el reverso está el Rey á caballo, armado con todas las piezas; tiene el morrión coronado y calada la visera; en el peto, en el espaldar, y en la gualdrapa del caballo, las armas cuarteladas de Castilla y de León. Al rededor la misma leyenda que en el anverso.

Russell, en la obra que se citará (2) más adelante, pone la boda de Juan en el año de 1371 y cita un permiso del Consejo fechado en 30 de enero de 1372, concedido á Juan Duque de Lancáster en el cual le tituló «*Johanni Regi Castelle et Legionis et Duci Lancastre*».

A estos reyes se refieren las monedas que ahora se estudian. Juan de

(1) Catalina. *Op. cit.* T II. Cap. V. pág. 80.

(2) P. E. Russell. *The english intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II.* Oxford 1955. pág. 175 y nota 1 etc.

Catalina, *Op. cit.* pág. 81. Supone el matrimonio en 1372 y del 25 de junio el primer documento que conoció en que se titulara Juan rey de Castilla y de León.



Gante fué conocido durante el reinado de Eduardo III por el «*monseigneur D'Espagne*», y Ricardo II llamó á los Reyes «*nostre uncle d'Espagne*» y «*nostre très chere tante d'Espagne*».

Llegado á este punto no quedaba ningún enigma fundamental; solamente faltaba buscar de donde fué tomada la leyenda de los reales que tan estrechamente se adapta á las aspiraciones de Juan de Gante Duque de Lancáster. Me bastó abrir la Biblia por el «*Psalterium*» buscar un Salmo en el que David pidiera á Jehová su protección para Salomón y hallé en el LXXI compuesto al final de su vida, y que en la versión latina termina con las palabras «*Defecerunt laudes David filii Jessé*», que pedía á Dios diera su buen juicio al rey, así como su justicia al hijo del Rey; después profetizó las grandezas del reino de Salomón en inspirados y exaltados versículos. (1)

Comienza el Salmo LXXI «*Ad Salomonem*»:

«*Deus iudicium tuum regi da: et iustitiam tuam filio regis*».

Oh Dios da tu juicio al rey; y tu justicia al hijo del rey.

En sus monedas conocidas, Juan de Lancáster pidió á Dios que le diera buen juicio (para gobernar) y que concediera su justicia «*filie regis*» (á su esposa Constanza).

No puso nada referente á la visión profética de David sobre el reinado de su hijo y repitió en el reverso la petición de justicia para la hija del rey. El eclesiástico ó consejero aúlico que eligió la leyenda monetar supo buscarla muy á propósito y de acuerdo con las ansias del pretendiente. Por otra parte el monograma utilizado declara su nombre, y es inconfundible con el tipo que Juan I de Trastámara puso en el real de plata que hizo acuñar en Burgos al comienso de su reinado y con los que luego, y antes de 1386 hizo fabricar en varias cecas de sus reinos, uno de los cuales de La Coruña?, está representado en la figura 3.

Juan I de Castilla y León fué «*alzado Rey en la ciudad de Santo Domingo de la Calzada el día que su padre finó, que fué lunes veinte e nueve días de Mayo, año del nascimiento de Nuestro Señor Jesucristo de mil é trecientos é setenta é nueve años*». (2)

(1) P. Felipe Scio de San Miguel. *La Sagrada Biblia traducida al español de la Vulgata latina y anotada conforme al sentido de los Santos Padres y expositores católicos*. Barcelona. MDCCCLXIII. Tom. Tercero del Antiguo Testamento.

(2) *Crónica del Rey Don Juan Primero de Castilla y de León*. Año Primero 1379. Capítulo I. «*Como reynó el Rey Don Juan, e se coronó en la ciudad de Burgos*».

El día de Santiago de dicho año fué coronado en Burgos en el Monasterio de las Dueñas de las Huelgas y residió en Burgos y su comarca durante algunos días.

Entonces mismo comenzó la fabricación en Burgos de dineros coronados de vellón y de monedas de plata, cuya representación mas genuina es el Real de plata que era desconocido antes de la aparición del tesorillo referido. Figs. 1 y 2.

Por una ironía del destino, se juntaron los reales de los dos Juanes competidores sobre la posesión de los reinos de Castilla y de León. La inmediata clasificación de la moneda de Juan de Trastamara fué suficiente para adjudicar la otra á Juan de Gante Duque de Lancáster.

Podría caber la duda, de que el citado real fuera de la emisión hecha en 1380 en un lugar de la Senescalía de las Landas; pero atendiendo al fracaso de la expedición primera, y teniendo en cuenta que los reales de Juan de Trastamara hubieron de ser fabricados hasta el año 1385 no hay ningún inconveniente en suponer que el real de Juan de Gante pueda ser de otra invasión posterior.

La Y coronada que ostenta el Real de plata de Juan de Trastamara pasó á las monedas de necesidad que este monarca hizo fabricar para remediar los estragos de su hacienda por el desastre de Aljubarrota y para pagar á las tropas alistadas contra la invasión de Juan de Gante, anunciada en el año 1385.

Dicha moneda de necesidad tiene, además, el Cordero Pascual y la leyenda «Agnus Dei qui tollis peccata mundi miserere nobis» y, de aquí su nombre corriente de *Blanco del Agnus Dei*. El vulgo sevillano llamó á estas monedas «*corredores*» aunque ignoro por qué razón. Su valor intrínseco fué el de un *cornado* y el oficial un maravedí que son *seis cornados*.

Obtenidos estos resultados no tuve prisa por publicar nada, por temperamento y por saberme á poco lo conocido.

Las cuartillas antecesoras de éstas quedaron archivadas durante algunos años, y hace unos cuantos, que pueden ser cuatro ó cinco y, casi con seguridad durante el verano de 1955, estando en Pamplona con ocasión de los Cursos de Arqueología organizados por la Universidad de Zaragoza, estudié los fondos monetales del Museo de Navarra y en ellos encontré monedas de gran importancia y de todas ellas la que más me satisfizo, fué un Medio Real de plata ligada cuya descripción es la siguiente:

En gráfila, las mismas iniciales IL bajo corona que hay en el real.
Alrededor con letras góticas y con grupos de dos aspas entre las palabras:

+ DEUS IUDICIUM TUUM

En orla doble cuadrilobulada y gráfila, un castillo de tres torres y
debajo P. Alrededor con letras góticas y con grupos de dos aspas entre las
palabras:

+ IUSTICIAM TUAM FIL

Museo de Navarra. Plata con liga. 23 mm. Figuras 5 y 5 bis.



Fig. 5



Fig. 5 bis.

Mi primera reacción al ver esta moneda, fué pensar en la ceca de Pamplona: pero no me satisfizo la solución. Dispuesto à la averiguación de la verdad, pedí ayuda à mi amigo Don José Ramón Castro Director del Archivo General de Navarra para buscar los antecedentes, que deben existir, de la intervención de Peregrin del Ser, Maestro de las monedas de Carlos II de Navarra en las acuñaciones hechas para Juan Duque de Lancaster. Pronto me convenció de que no se hallaría nada, pero en cambio me

enseñó un libro recién publicado de P. E. Russell sobre la intervención de Inglaterra en España y Portugal en tiempo de Eduardo III y de Ricardo II, que ha sido citado anteriormente. Se impuso un compás de espera y de vuelta del veraneo adquirí la obra cuyo contenido me interesó mucho.

Algunas de las noticias del eminente autor me produjeron confusiones; y como en el primer texto que remiti á Castelo-Branco encontraba fuertes incongruencias, decidí consultar con el citado especialista, el cual me contestó amable y cumplidamente, en carta del 9 de marzo de 1960, resolviéndome las dudas que le proponía, y por tanto me vi obligado á modificar la primera redacción, según aparece en estas páginas.

Los documentos indican, que en cuanto que Juán de Gante casó con la princesa Constanza, proyectó, ayudado por su padre, la invasión de los reinos de Castilla, partiendo de la Guyena. El día 12 de junio de 1377 concedió permiso Eduardo III á su hijo Juán para que acuñase moneda durante dos años en Bayona, en el Castillo de Guiche ó en otro lugar de la Senescalía de las Landas pudiendo ser el maestro de la ceca *«per manus Peregrini de Ser vel alterius quem por ipsum filium nostrum vel deputatos suos ordinari deputari contingerit.* (1) empleando la misma fórmula que había de ser repetida en la concesión de Ricardo II de 1380.

El día 21 de junio del mismo año, falleció Eduardo III y le sucedió su nieto Ricardo II.

No creo, que la concesión tuviera efectividad por entonces, aunque el documento de 15 de abril de 1380 parece aludir á emisiones anteriores.

Este monedero cuyo nombre está escrito en formas muy diversas en los documentos navarros é ingleses, aparece en un documento del Archivo General de Navarra del 12 de noviembre de 1376 en el cual Carlos II dirigiéndose á su tesorero Guillem Planterosa le decía: *«Comme pour raison de la monnoye que nageres ordenasmes faire en nostre royaume eussions fait venir des parte de Castelle en nostre royaume nostre ben ame Pelegrin Dauserre, et ycellui fait et ordene mestre de la dete monnoye»* que había comenzado á fabricar el día primero de septiembre, señalándole por salario 15 libras mensuales que mandaba pagar á su tesorero á partir del 1 de octubre. (2)

(1) Noticia comunicada por Mr. Russell y tomada del Apéndice VI págs. 452-455 sobre las monedas de Juán de Gante en la obra de Sydney Armitage-Smith, biografía de *John of Gaunt* (London 1904).

(2) Castro (José Ramón). *Catálogo del Archivo General* (de Navarra). Sección de comptos T. X núm. 358. Arch. Comptos Caj. 32 n.º 31. II.

El verdadero nombre del monedero fué Pelegrin del Serro como aparece en algunos documentos; y si fué castellano, es muy posible que lo correcto fuera Pelegrin del Çerro ó sencillamente «*del Cerro*».

En otro documento del 2 de diciembre de 1377 se reproduce el nombramiento anterior de «maestro de sus monedas, que debian ser «coronas de plata á IX dineros y XII granos de fino, et de X sueldos VI dineros de tailla» como habian sido las anteriores hechas por Pelegrin, y con el valor de XII dineros como aquellas. ⁽¹⁾ En este mismo documento se mandaron acuñar coronas de oro (Heiss. Lám. 144. 1) imitando servilmente los tipos del escudo de oro de Felipe VI de Francia, y que no interesan para este trabajo. Se conoce una pieza magnífica con peso de doble corona de plata, existente en el Museo de Navarra; su peso es 3,76 gramos, y el teórico según la talla 63 en marco de Navarra — Troyes de peso 244,753 gramos, resulta 3.885 gramos. Es una pieza inédita que tiene los tipos de las coronas de plata de Provenza y debe ser de 1376 ó 1377.

Atendiendo á muchos documentos del Archivo de Navarra, el maestro de la ceca de Pamplona estuvo muy ocupado durante los años 1377 al 1379 y dificilmente pudo trabajar para Juan de Gante si no fué en el segundo semestre de 1378.

Ya se ha visto, anteriormente, el documento del 7 de marzo de 1380 (Rymer) «*Pro rege Castellæ de Moneta cudenda*» el cual motivó el nombramiento de Pelegrín del Serre, fechado en Kenilworth Castle el día 15 de abril del año 1380, ⁽²⁾ para maestro de las monedas de todas las cecas de Juan de Gante y en el cual «*Johan rey de Castille et de Leon etc. etc., por faire bien et mercy á vous, mestre Pelegrin du Ser, pur le service que nous avez fait et tenons que ferrez, volons que soiez mestre souverain de touz nos monoies dor et argent et autre metalle que nous comenderons ouverrer en quexconques citees, villes et lieux des ditz noz roialmes dorre enavant et tant que nous plerra etc., etc., añadiendo, mas adelante, que le concedia todos los derechos y prerrogativas propios del «dit office selonc ce que userent ove yceux qui eheunt le dit office en temps du rey don Pedro qi Dieux assoile, et de ces ancestres, etc., etc.*

⁽¹⁾ *Ibidem*. núm. 1010. Arch. Comptos Caj. 33 n.º 114. (Publicado en 1955).

⁽²⁾ *John of Gaunt's Register (1379-1383)* n.º 1067. P. E. Russell *Op. cit.* pág. 178 nota 2. Copia íntegra en la carta citada y la noticia de no ser conocidos Registros posteriores de Juan de Gante. He de hacer constar mi agradecimiento á tan eminente como amable autor, gracias al cual, puedo aclarar dudas importantes que hacian muy defectuosa mi anterior redaccion. El registro, fué editado por la Camden Society.

Este documento hace pensar en que Pelegrín del Serre hubiera sido antes maestro de ceca del rey Don Pedro, en los últimos años de su reinado, lo cual no es imposible teniendo en cuenta que las últimas escrituras que conozco donde figura *Pelegrin del Serro* como maestro de la moneda de Carlos III, son del 13 y el 14 de mayo de 1392, (1) debiendo advertir que no conozco ninguna noticia referente á monedas de Carlos III «el Noble» de Navarra, ni monedas que puedan serle atribuidas. Mas aventurado resulta el suponer que la letra P que figura en doblas de oro, y piezas de XX y de XV maravedis de Pedro I acuñadas en Sevilla en los años 1365-1366 es de Pelegrín del Serro maestro de la ceca sevillana ó simplemente monedero de ella. (2)

Actuó Pelegrín del Serro como maestro de moneda castellana de Juan de Gante en Bayona ó en Dax etc., en los años 1380 y 1381?

No conozco el deseado documento de Carlos II de Navarra concediéndole permiso para ello, que indudablemente debe existir, y las noticias sobre su actuación en Navarra en ese tiempo se refieren á labores burocráticas y á saldos ó abonos de cuentas.

El 10 de marzo de 1382 ordenó Carlos II á Pelegrín del Serre que fabricara «dineros negros» y piezas blancas de tres dineros. (3)

Durante el año 1381 y el primer trimestre del 1382 pudo dirigir el maestro Pelegrín las acuñaciones proyectadas en Gascuña para Juan de Gante.

En el caso de que se hubiera emitido moneda á nombre de Juan de Gante en el plazo antedicho, había sido para financiar las expediciones á Castilla y á León.

Rymer copió con fecha 5 de julio de 1380, la *Alligantiarum cum Rege et Regina Castellæ confirmatio et de auxilio præstando, y después:*

1380 diciembre 6. Final de las sesiones del Parlamento inglés en Northampton.

(1) Castro. *Catálogo* T. XIX (impreso en 1957) núm. 330 del 13 de mayo de 1392 y núm. 337 del día siguiente. El 18 de mayo firmó un recibo.

(2) Piezas de oro con Castillo en el anverso y León en el reverso en orlas de arcos y ángulos. Las hay sin marca, con P que podría ser? de Pelegrin y con P superada de una o de un monedero llamado Pablo. Heiss. Lám. 7 núms. 4 y 6—Otros varios ejemplares en colecciones.

(3) Castro. *Catálogo* T. XIV (impreso en 1956) núm. 171 Arch. Comptos Caj. 43. 19. IV.

1381 enero 7. Orden de no salir, dada á las naves de la expedición de Edmund Conde de Cambridge.

1381 febrero 23-26-28. Pagos á los jefes y á sus hombres de armas. — otros pagos en 24 de marzo y en 5 y 6 de abril. Los documentos nombran 500 hombres de armas y 500 arqueros más 2000 prometidos por el rey de Portugal.

Algunos de los jefes habian estado en la batalla de Nájera ganada por Eduardo (Principe Negro) y Pedro I de Castilla á Enrique de Trastamara. Habia, también, gascones y castellanos expatriados. El Alferéz (ó Estandarte Real) fué Sir Thomas Symond.

Fué dada la orden de embarcar en Plymouth y Dartmouth.

1381 marzo (finales). Fué dada en Castilla la noticia, falsa, de que las tropas inglesas estaban en Portugal.

La Crónica en su Capitulo III del año 1381 dice que estando Juán I de Castilla en Salamanca, «*después que ovo declarado tener que Clemente VII era verdadero Papa*, finó la Reyna Doña Juana su madre miércoles veinte e siete dias de marzo...» etc.

En 'el mismo capitulo dice, que don Juán estando en Salamanca, «*ovo nuevas como Mosen Aymón Conde de Cantabrigia, fijo del rey de Inglaterra, que después fué Duque de York, se aparejaba para pasar á Portugal para ayudar al rey Fernando, etc., etc.*

Hay en las historias muchas noticias sobre esta campaña, durante la cual tuvo Juán I su cuartel general en Zamora. Ninguna, sobre que hubiera sido puesta en curso moneda castellana á nombre de Juán de Gante. Como la autorización sobre las acuñaciones concedidas en 1380, se refirió á monedas en general, salvo las inglesas y aquitanas, pudo suceder que en este caso no se fabricara en Gascuña moneda castellana; pero nada puedo asegurar sobre ello.

Prescindo, por tanto, de mencionar los hechos de armas de esta campaña que terminó con la Paz de Badajoz, en marzo de 1383. Las tropas inglesas fueron repatriadas en barcos de Juán I de Castilla.

Para el objeto del presente trabajo, no interesan las monedas de Juán Duque de Lancáster en cuanto cesó en sus pretensiones á los reinos de Castilla y de León; por tanto, aunque hubiera acuñado monedas para Aquitania ó Bergerac (que según parece, no son conocidas) no tendrian cabida en este trabajo.

En la carta del Profesor P. E. Russell hay noticias interesantes sobre

una moneda de Juan I de Castilla (Trastámara) supuesta de su homónimo Juan de Gante según la noticia del abad Venusti transcrita por Ducarel y me copió un párrafo, que se refiere al año 1754, y que dice:

«Pendant que j'écrivois ceci j'ay fait acquisition d'un sol d'argent de ce prince, que l'on trouverá à la planche des monnoies, F. XXV. La teste, est buste du roi, avec une couronne à grandes fleurs de lys, ouverte et ornée de petites roses. Il est écrit autour IOANN-REX. au reverse est écrit CASTELLE ET LEGIONIS. au milieu trois tours ou portes de ville. Dans le champ, BS, et dans l'exergue B. cela pourroit signifier que cette monnoye a été fabriquée a Bayonne au coin de Castille».

Observó Ducarel, que en el grabado de esta moneda, faltan las iniciales BS.

En cuanto á Armitage-Smith, se preguntó, si, tal vez, estas eran realmente PS, iniciales del maestro Pelegrino de Ser. ⁽¹⁾

Las hipótesis de los autores citados no tienen fundamento alguno. Se trata de un *cornado* de vellón, de tipos corrientes, con el busto real coronado, y en el reverso un Castillo de tres torres, procedente de la Casa de la Moneda de Burgos, y derivado de otra moneda de su padre Enrique II con los mismos tipos y ceca, que tiene dos estrellas á los lados de la torre central del castillo y bajo éste la inicial B. Juan I, en el comienzo de su reinado, emitió *cornados* como el descrito, sustituyendo las estrellas por las letras B(urgo)S y dejando la marca B inferior. Después acuñó *cornados* análogos con BV(rgos) y la repetición de la inicial B en el exergo.

Son monedas abundantes, con muchas y ligeras variantes, en las leyendas y fundamentalmente como la reproducida mas abajo.

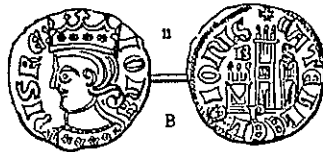


Fig. 6

(1) Abbé Venusti: *Dissertations sur les anciens monumens de la ville de Bordeaux... avec un traité historique sur les monnoies, que les Anglois ont frappés dans cette province* (Bordeaux 1754) — A. C. Ducarel: *A series of above two hundred Anglo-Gothic or Norman and Aquitan coins of the antient Kings of England* (London, 1757 págs. 52-53. — Sydney Armitage-Smith — *Biografía John of Gaunt* (London 1904) pág. 453. Reseña, completa, de P. E. Russell.

Letreros góticos en ambas áreas.

IOHA — NIS REX Busto coronado á izquierda, que llega al borde por arriba y por abajo.

+ CATELLEELEGIONIS El Castillo heráldico, con la torre central entre B-S, y debajo P (error del monetario ó del grabador de las láminas, por B).

Heiss lám. 9. núm. 11 Su colec. 18 mm. 0,65 gramos. (1)

Todos los otros ejemplares que conozco, son correctos, en la B que hay hajo el Castillo.

La existencia de las emisiones monetarias de Galicia y Portugal la tomó Russell de la «*Crónica de Dom João I*» (2) que también alude á las monedas de Juan I de Portugal. Se impuso otra pausa hasta poder adquirir la obra de Fernão Lopes donde hallé noticias ciertas sobre dichas monedas.

En el año 1386 se propuso Juan de Gante conquistar los reinos de Castilla y de León, y otra vez, le hizo falta acuñar moneda para el pago de sus ejércitos. Aunque no tengo noticias de la intervención de Pelegrín del Serro en estas emisiones, es muy posible que las dirigiera.

En el año de 1385 se labró moneda navarra en San Juan de Pié del Puerto, (Baja Navarra) y el 12 de Octubre estaba al frente el maestro Pelegrín del Serre, llamado *Pelegrin del Serro*, por, una orden del 25 de octubre. (3) Desde allí pudo atender á trabajos en un lugar próximo.

Durante el año 1386 no aparece citado el maestro en los documentos del *Catálogo* de D. José Ramón Castro y «*pudo*» estar al servicio del Duque de Lancáster.

Interesan unas cuantas noticias, que van á continuación.

1386 enero 12 — febrero — marzo 5. «De comitiva Regis Castellæ in viagio ad partes Hispaniæ». (Rymer).

1386 febrero 7. Convenio de Ricardo II con su tío Juan de Gante, para que en el caso de concordia entre los dos Juanes se obligara á satisfacer

(1) Heiss (Aloïss): *Descripción general de las Monedas Hispano-Cristianas desde la invasión de los Arabes* T. I. (Madrid 1865).

(2) P. E. Russell *Op. cit.* pág. 432 y nota 2. *Crónica de D. João I. Edición de Oporto*. T. II. pág. 214, 1.ª Edición pág. 200.

(3) Castro. *Catálogo* T. XV (publicado en 1956) núm. 1160. Arch. Comptos Caj. 49 n.º 73. I. — núm. 1181. Arch. Comptos: Caj. 49. n.º 74. III.

- al rey de Inglaterra 200.000 doblas de oro que fueron ofrecidas por Juan I ú otra suma en recompensa de los daños que la marina castellana habia hecho à Inglaterra y á sus navios. Dado en Westminster.
- 1386 marzo 5. Ricardo II concedió poder á Juan de Orewelle para embargar veinte naves en las cuales pudieran pasar á España Juan de Gante y su comitiva, que estaban en Plymouth esperando poder embarcar.
- 1386 abril 12. Se mandó publicar una Bula de Urbano VI en favor de Juan Rey de Castilla y de León, Duque de Lancáster contra Juan Enriquez intruso é injusto ocupador y detentor cismático, de dichos Reynos y contra Roberto que fué Cardenal de los Doce Apóstoles, Antipapa, su cómplice y favorecedor.
- 1386 abril 18. Liga y federación perpétua entre Ricardo II y Juan de Gante.
- 1386 mayo 9. El rey de Portugal ofreció auxiliar á Juan de Gante con doce naves para que pudiera recuperar sus reinos, las cuales debian servir durante seis meses; y si estuviéran mas tiempo, debería pagar el rey de Inglaterra 1.200 francos por galea, cada mês. En cada una de ellas la nómina era: *videlicet de uno patrono, tribus alcaldibus, sex arraizís. Duobus carpentariís, octo vel decem marinariís, triginta balistariís, centum et quatuor viginti remigibus et duobus sutaneis inqualibet galearum prædictarum.*
- 1386 mayo 9. Windsor. Confederación perpétua de los reyes de Inglaterra y Portugal contra todos los hombres «*qui possunt vivere et mori*» excepto contra el papa Urbano y contra Juan de Gante.
- 1386 junio 15. Westminster. Cédula de Ricardo II sobre la excomunió fulminada por Urbano VI contra Juan I de Castilla, sus seguidores y los que con ellos comunicaran. Tambien prohibió á sus súbditos que pasaran á Santiago de Compostela, con plata ó con moneda.
- 1386 junio 20. «*In prioratu Plympton*». Confirmación del tratado del dia 18 de abril entre Ricardo II y su tio Juan de Lancáster.

La expedición de los Duques de Lancáster contra Castilla y León salió de Plymouth el 8 de julio de 1386 y llegaron á la Ría de Betanzos, frente á La Coruña, el día 23 de dicho mês.

La Coruña se defendió, pero fué tomada y desde allí fué invadido el país por Santiago, Orense, etc., llegando á conquistar casi toda Galicia; Juan de Trastamara estableció su cuartel general en Zamora y en otros pueblos estratégicos leoneses y se extendió la guerra, relatada sucintamente por Ayala y con todo lujo de detalles superfluos por Fernão Lopes, el cual intercala largos

alegatos del Duque para justificar su invasión, y siempre en el mismo tono y con idénticos razonamientos.

En 1386, no tenía Juan I tantas riquezas como había gastado anteriormente y no podía fabricar buena moneda como había hecho hasta el desastre de Aljubarrota. Acuñó moneda de vellón muy blanqueada, *Blancos del Agnus Dei*, que, algunas veces, parecen de plata, aunque no pueden serlo. Su valor intrínseco fué el de un *cornado* corriente, aunque se le hizo, circular por seis de ellos ó sea por un *maravedí* corriente.

Los Blancos del Agnus Dei que Heiss atribuyó á Juan II, son de Juan I, sin el menor género de dudas, y así lo demuestra toda la documentación de la época. Fueron acuñados en muchas ciudades, además de las cecas acostumbradas, y sobre todo en Zamora que era el cuartel general de Juan I de Castilla.



Fig. 7

Leyendas (sic!) con caracteres góticos.

+ ANVS : DEI : QVI : TOLIS : P. Cordero á izquierda, que vuelve la cabeza, nimbado y teniendo banderita con cruz. Gráfica.

+ CATAMVNDIMISERERE. Y gótica coronada entre Ç—A (Çamora). Gráfica.

Heiss. Lám. 12. núm. 16, Como de Juan II. Su colección. 1,5 gramos. No es de este lugar el estudio de las rebajas que sufrieron los Blancos del Agnus Dei, hasta quedar reducidos á su verdadero valor.

Atendiendo á las prácticas caballerescas de la época, ambos contendientes se mandaron embajadores para defender sus intereses y derechos.

Juán de Trastámara mandó á un su pariente á desafiar al invasor y además á sus embajadores y sobre todo al diplomático Juan Serrano que llevaba instrucciones para tratar, á base del matrimonio de los niños Enrique de Trastámara y Catalina de Lancáster-Castilla, más una indemnización pecuniaria. Sería cuestión de reirse leyendo los incidentes que relatan las crónicas, si no se pensara que antes de llegar, á una solución

por todos deseada, la guerra llevó sus horrores á lugares tranquilos, con su séquito de muertes y destrucciones.

Las Crónicas del uno y del otro Juán, hacen relatos pintorescos de las conversaciones, acusaciones mútuas, alegatos jurídicos, (chalaneos políticos y diplomáticos á final de cuentas) coincidiendo en lo fundamental y en ocasiones en las palabras. Hé aquí, el comienzo de la respuesta que un obispo castellano partidario de D. Pedro I dió al Prior de Guadalupe, según la traducción portuguesa de Fernão Lopes: ⁽¹⁾ *Prioll! Vos direi a voso senhor el rey de Castela, temte dos reinos de Castela e de Leão que meu senhor el rey de Castela é de Leom e Duque d'Alemcastro, que aquy estaa, he vimdo á esta terra que sua he, por causa de sua molher minha senhora a Rainha dona Constanza filha legitima del Rey Dom Pedro, e voso senhor que se chama rey della, ha grão tempo que á tem por força, e asy fez seu padre»...*

Es decir, repitiendo el estribillo cuya repercusión en las monedas tanto trabajo ha dado.

No seguiré á las Crónicas en muchas partes curiosas ó interesantes de esta campaña, pues lo que en realidad interesa es el resumen que hace la de D. João I, de las monedas que para la invasión hizo fabricar Juán de Lancáster.

Tratando de las naos portuguesas que acompañaron á los reyes desde Inglaterra á Galicia ⁽²⁾ dice así:

«E em huã vinha todo o thesouro do Duque, o quoall trazia pera fazer moeda de que fizesse pagamento aos seus, asi o fez depois em Galiza e naquella cidade do Porto, que lavrou reais de prata de sete dinheiros e de seis e outra moeda semelhante a de dez soldos que em Portugal corria, e tinha no cunho armas de Castella, com outras mesturas, de moeda mais pequena fazia outra pera cambar».

No tengo mas noticias antiguas sobre la emisión de Oporto.

Las monedas aquí enunciadas parecen ser las siguientes:

- A) Grupo de monedas indeterminadas acuñadas en varios lugares de Galicia. Pueden ser muchas series variadas por los tipos de cada moneda y por las cecas emisoras. Quizá como las B), C), D).
- B) Reales de Oporto de siete dineros de ley (7/12) ó de seis dineros de

⁽¹⁾ *Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil—Crónica de D. João I de Fernão Lopes. Preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto T-II Cap. LXXXV.*

⁽²⁾ *Crónica de João I. T. II. Cap. LXXXIX, pág. 214.*

ley (6/12) que pudieron ser ambos de los mismos tipos, ó monedas de aspectos distintos.

- C) Moneda semejante á la portuguesa de diez soldos.
- D) Moneda menuda para los cambios. Seguramente del tipo de los cornados con busto coronado y castillo, y posiblemente novenes.

Lo único que parece claro es que las monedas B) y C) tendrían por un lado el campo cuartelado de castillos y leones en una orla cuadrilobulada y gráfila, que hace el mismo papel que las quinas en orla, de las monedas portuguesas.

Admitida esta premisa, los Reaes de Oporto de João I son como el número 10 Est.^a VII de Teixeira de Aragão con muchas variedades, y las piezas de Dez soldos de Oporto son como los variados ejemplares de la Est.^a VIII número 19 del mismo autor. Ignoro hasta que punto se parecían las monedas acuñadas en Oporto para Juan I de Portugal y para Juan de Lancaster, pues la conocida de dicha ceca, no es ninguna de las nombradas en la Crónica. Si las semejanzas fueran ciertas, sería necesario pensar en una Y bajo corona en los reales y en un monograma con IL bajo corona en las análogas á las portuguesas de á *dez soldos*.

La Campaña de Galicia de 1386 se pagó en moneda allí fabricada, con los cuños que venían en la expedición. Las emisiones de Oporto sirvieron para financiar la invasión del reino de León en 1387, que fracasó, y Juan de Gante se volvió desde Oporto á Bayona, en virtud del convenio de Trancoso.

Las monedas portuguesas nombradas en la Crónica se reproducen á continuación, sin descripción, porque no se parecen á las conocidas de Juan de Gante, y para compararlas con otras piezas de éste, que puedan aparecer en cualquiera momento.

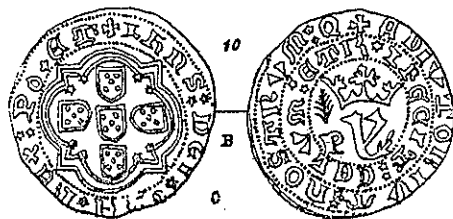


Fig. 8



Fig. 9

La figura 8 es un Real de Oporto y el núm. 10 de la Est. VII de Teixeira de Aragão.

La figura 9 es una pieza de Dez soldos de Oporto y el núm. 19 de la Est.^a VIII del mismo autor. ⁽¹⁾

En el mismo año 1387 se fijaron en Trancoso los fundamentos de la paz y fueron: «que el fijo primogénito del Rey Don Juan heredero de Castilla e de Leon, que decían Don Enrique, casase con Doña Catalina, fija del Duque de Alencastre é de la Duquesa Doña Constanza, su muger fija del Rey Don Pedro de Castilla, é que el Rey de Castilla diese ciertas villas é logares en dote a la dicha Doña Catalina las quales eran, la cibdad de Soria, é las villas de Atienza, é Almazán, e Deza, é Molina, casando con el dicho Infante Don Enrique, su fijo. Otrosí, que el Rey de Castilla diese al Duque de Alencastre seiscientos mil francos pagados en ciertos términos; é mas por vida del dicho Duque, é de la Duquesa o cualquier de ellos cada año quarenta mil francos. Otrosí que diese a la Duquesa por su vida las villas de Guadalajara é Medina del Campo, é Olmedo; é todo esto que se compliese a ciertos términos». En cambio los Duques de Lancáster debían abandonar Portugal, dejar de llamarse reyes de Castilla y León y renunciar cualquier derecho que creyeran tener, en favor de Juán de Trastamara y de los sucesores. ⁽²⁾

Estando Juán de Gante en Bayona continuaron las negociaciones en 1388, se llegó á un acuerdo y la princesa Catalina fué, entregada en Fuenterrabía á los enviados de Juán I, celebrándose las bodas en la ciudad de Palencia. «E era entonces el Príncipe en edad de nueve años, é andaba en diez, é la Princesa era en edad de catorce años». Se celebraron Cortes en Palencia por el mes de septiembre al mismo tiempo que la boda de los príncipes.

En el mes de noviembre llegó á Medina del Campo la Duquesa Constanza, y el rey le regaló de sus joyas y le dió su villa de Huete. «E en este tiempo envió el Duque de Alencastre al Rey Don Juan una corona de oro muy hermosa, é le envió decir que él tenía aquella corona para se coronar por rey de Castilla; mas pues gracias a Dios eran avenidos; que gela enviaba ca él cumplia de la traer». ⁽³⁾ Se parece á un bello cuento.

Con ésto quedaron liquidadas las pretensiones de Juán de Gante Duque de Lancáster á las coronas de los reinos de Castilla y de León, que dieron origen á las monedas que en este trabajo han sido estudiadas.

⁽¹⁾ Teixeira de Aragão (A-C): *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal* (Lisboa 1874).

⁽²⁾ *Crónica del Rey Don Juan primero de Castilla e de León*. Año noveno 1387. Cap. VI.

⁽³⁾ *Ibid.* Año décimo. 1388. Caps. I-II-III-IV-V. Año doceno 1390. Cáp. XX (y final).

En el año 1390 estaba Juan I en Alcalá de Henares. «E acaesció que un Domingo a nueve dias del mes de Octubre deste año en la dicha villa de Alcalá de Henares, el Rey después que ovo oido Misa, cabalgó en un caballo ruano castellano, e iba con él Don Pedro Tenorio, arzobispo de Toledo e otros caballeros, e quiso ver los dichos Caballeros Farfanés (cristianos que habitaban en Marruecos y habían vuelto á España). E salió fuera de la villa por la puerta que dicen de Burgos, e en un barbecho dió el Rey de las espuelas al caballo en que iba, é en medio de la carrera estropezó el caballo, é cayó con el Rey, en manera que le quebró todo por el cuerpo. E los que y estaban fueron a mas andar por acorrer al Rey; é quando llegaron do estaba fallaronle sin espíritu ninguno, é finado e quebrados algunos miembros de la caída: de lo qual ovo muy grand sentimiento é mancilla en los que lo vieron é oyeron».

Resumiendo lo expuesto en todo lo anterior resultan las siguientes consecuencias:

1.^a— En el año 1380 fué montada una Casa de Moneda en Gascuña para fabricar monedas de oro, plata y cobre que sirvieran á Juan Duque de Lancáster, para financiar su invasión proyectada, del reino de Castilla y la expedición de Edmundo Conde de Cambridge á Portugal: entre ellas debió haber algunas de tipos castellanos y antecedentes sobre ellas en los archivos de Inglaterra, y de Pamplona, que están por encontrar. Las monedas, no las conozco, ó no sé clasificarlas. Si fueron emitidas otras anteriores, no es fácil que circularan con anterioridad al año 1380.

2.^a— En el año 1386 invadió Galicia el mismo Pretendiente desembarcando en La Coruña y ocupando luego casi todo el Reino. Traía preparados el metal, los cuños y los monederos? para fabricar caudales con que pagar sus ejércitos. En el cuño de la pieza de real conocida, hasta el momento, parece que dejaron un hueco en la parte superior del anverso, y en él grabaron un signo como C latina que desentona con todas las demás letras y que puede ser un signo monetario quizá relacionado con La Coruña ó con otra ciudad ó con un monetario.

En realidad, apenas hay noticias sobre las monedas acuñadas en Galicia en 1386 y podrian ser enunciadas muchas teorías muy diversas.

3.^a — No conozco las monedas que, según la Crónica de Fernão Lopes, fueron acuñadas en Oporto y que sirvieron para la campaña contra el reino de León en 1387; pues el Medio Real del Museo de Navarra no es ninguna de las allí citadas. En la Torre do Tombo no hay documentación referente á esta emisión según el Prof. P. E. Russell.

Como puede verse, quedan muchos cabos sueltos por estudiar y resolver. Los colegas portugueses pueden hallar documentos y monedas referentes á los años 1386 y 1387; y si lograsen determinar las partes desconocidas, harían un grán servicio á los estudios numismáticos de los dos países hermanos.

Valencia 26 mayo 1960.



UM TRIENTE INÉDITO DE VITÉRICO BATIDO EM RODA

POR MÁRIO RAMIRES

Do Ex.^{mo} Sr. Dr. Luis Pinto Garcia recebi um honroso convite para colaborar no presente número de NVMMVS em homenagem à memória de seu Pai, que foi o distinto tenente-coronel de cavalaria, António Elias Garcia, ilustre numismatólogo e sócio honorário da S. P. N. Por me ter sido solicitado um artigo de natureza numismática e não ter, na ocasião, assunto com que pudesse corresponder, fui obrigado a declinar a honra que se me oferecia apesar de me sentir na obrigatoriedade de participar na homenagem. É que tratando-se dum grande Amigo como era o tenente-coronel Elias Garcia, meu antigo comandante de Regimento e, por assim dizer, o meu iniciador numismático, que tantas vezes me recebeu fidalgamente em sua casa e me proporcionou agradabilísimos serões, facultando-me a sua valiosa colecção, a sua grande e preciosa biblioteca e a inesgotável fonte dos seus conhecimentos, eu teria de ser dos primeiros a declarar o meu «presente» quando se tratasse da prestação dum tão merecido preito.

Quis o acaso que pouco tempo depois surgisse a possibilidade de poder tornar efectiva a comunicação do aparecimento, na região minhota, de um importante tesouro de áureos romanos de que anteriormente tinha um conhecimento bastante impreciso, pouco próprio para dele poder fazer um relato circunstanciado. Apressei-me a noticiar o facto ao meu Ex.^{mo} Amigo Dr. Pinto Garcia e a oferecer-lhe o artigo se acaso ainda houvesse oportunidade de o fazer inserir no número da Revista que me constava estar já em preparação. O oferecimento foi aceite e a S. P. N., consultada sobre o propósito, amavelmente informou da possibilidade.

Novamente o acaso se intrometeu na questão, desta vez possibilitando um outro assunto da mesma índole mas talvez de maior relevo numismático, posto diga respeito a uma só moeda, de ouro também, mas pertencente à numária visigoda e julgada inédita.

Entre os dois assuntos que se me ofereciam para poder tomar parte na homenagem ao insigne numismatógrafo pareceu-me naturalmente indicado o segundo por se tratar do ramo da numismática que ele mais fervorosamente cultivou e do qual nos legou imperecíveis conhecimentos.

Relembro com saudade o seu convívio e as suas amigas lições, o entusiasmo e o carinho com que manuseava a sua linda colecção de 43 «trientes», disposta em tabuleiros forrados de veludo, sobrepostos numa caixa de xarão, conjunto onde brilhava como estrela de primeira grandeza o «Suintila de Portocales», uma das últimas, se não a última das suas aquisições, efectuada quando, já oficial da reserva, fez uma passagem pelo Alentejo em serviço de Recenseamento de animais e veículos. Honrou-me mais tarde com a incumbência de transmitir ao saudoso Dr. Vasco Valente, ilustre Director que foi do Museu Nacional de Soares dos Reis, a sua proposta de venda dessa numisma «única», dizendo não querer que lhe ficasse a

pesar na consciência o deixar de consultar primeiramente a entidade representante do Estabelecimento onde essa moeda tinha o seu lugar de direito.

O seu modesto discípulo que eu fui não fez progressos que se vissem e com os quais honrasse o Mestre. Assim, a homenagem que posso prestar-lhe não tem mais valor do que o de uma presença insignificante. Mas valoriza-a ao menos o facto de se tratar de um assunto não só de grande interesse numismático mas também da natureza que tanto agradaria ao Homenageado se dele pudesse tomar conhecimento.

Para o estudo da numária dos Bárbaros do Norte que invadiram a Península Hispânica em seguida ao domínio romano é costume considerar dois períodos distintos: o *pré-visigodo*, contado desde a invasão dos álanos, vândalos e suevos até à época em que um chefe visigodo — Leovigildo — cunhou as primeiras moedas comportando o seu nome como rei; o *visigodo* que se prolonga até final da dinastia destes invasores. Tanto num como no outro dos períodos a cunhagem parece ter sido limitada apenas ao metal ouro, na forma dos «trientes» — terços de soldo — e levada a efeito por motivos que até hoje não foi possível averiguar concretamente, podendo supor-se que o tenha sido apenas com o fim de reforçar o tesouro do Estado. Para as necessidades do comércio devia ter bastado o enorme volume da amoedação romana que esses invasores encontraram em circulação na Península.

O primeiro dos períodos considerados — o *pré-visigodo* — é o menos conhecido e estudado, principalmente porque as moedas não têm características próprias, não passando de imitações bárbaras das moedas de ouro dos imperadores romanos do Ocidente com legendas mais ou menos incorrectas contendo os nomes desses monarcas, tais como Valentiniano III, Anastácio I, Justiniano I, etc.

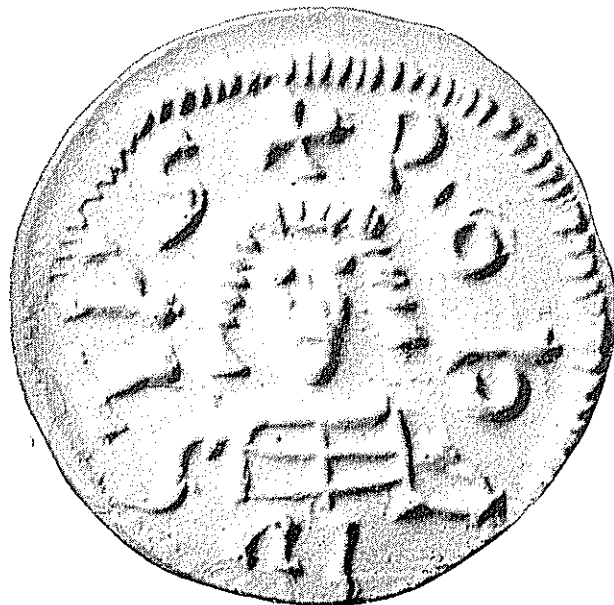
Concorre também para o imperfeito conhecimento da amoedação *pré-visigoda* o pequeno número de moedas que tem chegado até nossos dias. Creio que dificilmente se conseguirá contar mais de meio milhar de exemplares.

No segundo período considerado, o *visigodo*, que se estende desde cerca do ano 575 até à invasão da Península Hispânica pelos mussulmanos, em 711, a cunhagem é já mais conhecida e está hoje relativamente bem estudada na sua sequência uniforme através dos 17 monarcas e 4 pretendentes sucessores de Leovigildo. Esta numária, representando a primeira cunhagem medieval do Ocidente, é mais característica que a do período anterior e fornece seguras indicações acerca dos soberanos que a motivaram e das possíveis Casas de Moeda onde foi executada. Cada espécime comporta sempre um ou dois nomes de monarcas e o de uma localidade que tudo leva a supor ser a da cunhagem.

UM TRIENTE INÉDITO DE VITÉRICO BATIDO EM RODA



Ampliação ap. 1:4





O número de moedas visigodas hoje conhecidas, provenientes de sucessivos desenterramentos, apesar de maior que o do período pré-visigodo, é também muito reduzido. Não deve ultrapassar 4.000 exemplares. A razão principal da sua escassez deve residir na diminuta emissão da época. Mas quantas não terão sido lançadas no fatal cadinho, dado que se trata de espécimes de mesquinha aparência artística, difíceis de ler e de interpretar pelos leigos na matéria?! Moedas de ouro, feias, raras, moedas caras, poucos portugueses se têm interessado a fundo por elas e, no entanto, constituem um dos mais aliciantes sectores da Numismática em que esta ciência melhor representa o seu papel de subsidiária da História.

Apesar do muito que se sabe e se tem escrito sobre a numária deste período da ocupação da Península Hispânica pelos Godos, pressente-se que muito há ainda para descobrir e aclarar. São hoje conhecidas 79 Casas de Moeda — posto que de algumas se ignore a localização. As combinações dos seus nomes com os nomes dos 21 ou 22 monarcas que emitiram «trientes» apenas alcançam o total aproximado de 330. E se é raro que novos achados numismáticos nos revelem nomes ainda desconhecidos intercaláveis na série dos governantes visigodos, já o mesmo não sucede com a lista das Casas de Moeda. Nestas já é frequente o aparecimento de «novidades» que vêm aumentar aquele total de combinações e preencher muitas vezes um lugar que estava em aberto na sequência de qualquer cunhagem local. É o que agora se verifica com a moeda que originou este escrito.

Na já muito importante e conhecida colecção de mais de uma centena de moedas visigodas do Ex.^{mo} Sr. Afonso Pinto de Magalhães, da cidade do Porto, — 2.º prémio da Secção «Edad Antigua» da «1.ª Exposición Iberoamericana de Numismática y Medallística, de Barcelona, 1958», e por certo o segundo conjunto particular destas numismas e o quinto de todos os existentes — deu há dias entrada, por transacção efectuada com um ourives de Chaves, Belchior Alfredo da Silva, que por sua vez a comprou a um camponês da região, um espécime que se julga inédito e a que se atribui especial valor como achega para a história da numária visigoda. Trata-se de um *triente* de Vitérico, emissão de Roda, que a seguir se descreve e de que se junta gravura:

Anv.: — VVITTRICVS REX. Busto de frente, lig. variante do tipo 6-c de Miles.

Rev.: — RODA IVSTVS. Busto de frente, como o do Anv.

Peso — 1,43 grs. Mod. — 16 mm.

Esta moeda é já muito apreciável raridade se a considerarmos apenas pela pertinência à numária dum monarca cujo governo durou escassos seis anos (603 a 609) e da qual são hoje conhecidos só 130 espécimes, emitidos em 32 oficinas monetárias (Casas de Moeda). É maior raridade ainda se a referirmos à Casa de Moeda de origem, Roda ou Rodas, da qual só há notícia de mais 10 trientes, sendo 5 de Leovigildo (579-584), 3 de Recaredo (586-601) e 2 de Égica (687-702). Pelo confronto das datas dos três reinados reconhecia-se haver uma interrupção de emissões nesta Casa de Moeda de, pelo menos, 86 anos e nenhum facto histórico se conhecia que a pudesse justificar.

A moeda agora aparecida tem o mérito de encurtar em cerca de oito anos a lacuna até aqui verificada. Mas indica-nos também que o tipo da cunhagem desta oficina monetária se mantém igual ao da época do monarca anterior, Recaredo, e continua com as características da região Tarraconense.

Já no que diz respeito à situação da Casa de Moeda emissora, ao seu verdadeiro nome visigodo e á sua correspondência actual, nada acrescenta ao pouco que se conhece. Roda ou Rodas? Em 5 trientes de Leovigildo aparece uma ou outra designação, nos de Recaredo e de Égica só aparece Rodas.

Segundo alguns autores e creio que com muito apreciáveis fundamentos Roda ou Rodas deve corresponder à antiga RHODE, de tradição grega, e moderna Rosas, na parte norte do golfo do mesmo nome, no extremo nordeste da Espanha.

Aproveitando o ensejo para felicitar o Ex.^{mo} Sr. Pinto de Magalhães pela aquisição que acaba de fazer, transcrevo as palavras de um conhecido numismata do país vizinho a quem noticiei o evento:

«Piezas así son precisamente las que elevan la Numismática a la categoría de Ciencia Histórica de primer orden. El ingreso en una colección de un ejemplar de estas características coloca la colección en un primerísimo plano, ya que la convierte en un archivo de necesaria consulta para los historiadores».

A Sociedade Portuguesa de Numismática, muito grata pela grande colaboração prestada na organização deste número pelo Ex.^{mo} Sr. Doutor Luis Pinto Garcia, apresenta a este Bom Amigo e sócio honorário as suas melhores homenagens.

NVMMVS

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



N.º 22

VOL. VI-3

MARÇO 1961

P O R T O

N V M M V S

NUMISMÁTICA — MEDALHÍSTICA — ARQUEOLOGIA
BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

VOLUME VI - 3 — N.º 22

PUBLICAÇÃO POR TOMOS DE CERCA DE 64 PÁGINAS

Condições de assinatura para 1961.

PORTUGAL, ESPANHA e BRASIL: 25\$00 por número.

Outros Países: \$1 (U. S.) por número.

Comissão de Publicações:

Alexandre Ferreira Barros
Dr. António Francisco Teixeira
Dr. Armando Júlio Ribeiro Rodrigues
Carlos Morais Peixoto Braga
Dr. Damião António Peres
Eduard Marius van der Niepoort

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede

Rua de Santa Catarina, 461-1.º — PORTO

Composição e impressão:

TIPOGRAFIA MARCA

Rua do Bonjardim, 689 — PORTO

S U M Á R I O

	Págs.
Ensayo sobre la evolución comercial y monetaria en Byzancio (continuación del numero 19 — Vol. V), por <i>Antonio Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i>	123 a 138
Evangelização da Península e seus primeiros Evangelizadores, por <i>José Manuel Landeiro</i>	139 a 145
Achado de moedas romanas, por <i>Joaquim Maria Ribeiro Teles</i>	146 a 148
A Vila de Penamacor — A Cidade de Asygrivaca — estradas romanas, por <i>José Manuel Landeiro</i>	149 a 152
Triente de Gerona (numismatemática), por <i>Agostinho Ferreira Gambetta</i>	153 a 157
Contos para Contar, por <i>Paulo Ferreira de Lemos</i>	158 a 162
Ouro amoadado da Índia Portuguesa — I parte, por <i>Joaquim Fronteira</i>	163 a 167
Novas Medalhas, por <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	168 a 169
Subsídios para a História de uma medalha	170 a 171
Medalha comemorativa do 50.º aniversário do Aero Clube de Portugal, por <i>A. P. Martins</i>	172
Vária — A propósito da «Numária Medieval Portuguesa» do eng.º J. Ferraro Vaz — Assemblée Generale de L'Association Internationale des Numismates Professionnels	173 a 174
Falsificações recentes de moedas antigas, portuguesas, por <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	175 a 176
Vida Social	177
Biblioteca da S. P. N.	178 a 180
Índice	181 a 184

As doutrinas expendidas são da responsabilidade dos Autores.

A colaboração neste Boletim é facultada a todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Numismática que queiram dar o seu contributo para o progresso desta ciência histórica.

Os artigos serão inscritos, sempre que possível, de acordo com a cronologia dos materiais estudados, paginação e distribuição de gravuras.

NVMMVS

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

N.º 22

VOL. VI-3

MARÇO 1961

P O R T O



ENSAYO SOBRE LA EVOLUCIÓN COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO

(Continuación del numero 19—Vol. V)

Por ANTONIO MANUEL DE GUADAN
Y LÁSCARIS COMNENO

PERIODO SEXTO

De Alejo I a Alejo IV

Desde el inicio de este periodo la moneda escifugada, no solo en oro sino tambien en bronce y mas tarde en plata, queda casi unica dueña del terreno. El nomisma de oro antiguo desaparece, y desgraciadamente tambien desaparece la pureza del metal empleado hasta entonces, y las características técnicas y artísticas de épocas anteriores. Las dobles acuñaciones y reacuñaciones son cada vez mas frecuentes, los círculos concéntricos que acortan el flan se limitan mucho y las figuraciones humanas, pierden realismo y vida para llegar como disse Wroth ⁽¹⁾ a verdaderos *xoana* o figuras de apariencia de madera e piedra.

La unica variante de importancia es la aparición frecuente de los Santos patrones, coronando o al lado de los Emperadores, entre los que se pueden citar San Jorge con Juan II ⁽²⁾, San Teodoro ⁽³⁾ y San Demetrio ⁽⁴⁾ con Manuel I. Los bronzes anónimos continúan con la misma imagen de Cristo Emmanuel, variante de los tipos de periodos anteriores, pero degenerando en gusto artístico, que brilla unicamente en los primeramente emitidos por Juan I.

(1) Wroth. B.M.C. pagina xcvi.

(2) B.M.C. lamina LXVIII, figura 2.

(3) B.M.C. lamina LXIX, figura 10.

(4) B.M.C. lamina LXIX, numero 11.

PERIODO SEPTIMO

Imperios de Nicea y Tesalonica

La corta duracion de este periodo y las continuas luchas de su epoca hacen imposible una buena depuracion artistica en ambos. Sin embargo el de Nicea, continua con los tipos normales del periodo anterior, con la adiccion de San Trifon ⁽¹⁾, San Constantino ⁽²⁾, y la flor de Lys ⁽³⁾.

Con toda certeza unicamente se conoce la actividad de la ceca de Nicea, aunque la de Salonica es posible funcionase tambien despues de la definitiva conquista de la ciudad por Juan III Ducas. El aspecto general de las monedas de Nicea es muy similar a las ultimas emisiones de Constantinopla con los Angelos, aunque se observa una mayor depuracion de tecnica y dibujo. Sigue usandose el escifulado en todos los metales, y se inicia el empleo de las B mayusculas en los cuños ⁽⁴⁾. Algunos ejemplares del tipo con San Trifon son de indudable calidad artistica y tecnica ⁽⁵⁾.

Las acuñaciones de Tesalonica, aunque cortas en tiempo son muy extensas en tipos iconograficos, alguno de ellos nuevo, como el uso del Arcangel San Miguel ⁽⁶⁾ y otros de tipo arcaizante ⁽⁷⁾. La tecnica es mucho mas deficiente que las de Nicea, y las acuñaciones en cobre son casi la totalidad de las emisiones, con mucha frecuencia tambien escifuladas.

PERIODO OCTAVO

Imperio de Trebizonda

Desde su inicio la numismatica de este Imperio, se aparta de los moldes puramente Byzantinos y comienza casi con exclusividad la amonedacion de piezas de plata, del tipo llamado «asper», sobre cuyo significado ya hemos tratado en capitulos anteriores. Los Emperadores de Trebizonda utilizaban solo la plata y muy poco el bronce, desconociendose hasta la fecha ninguna moneda de oro de estos reinados.

⁽¹⁾ De Guadan. op. cit. pagina 37 y nota.

⁽²⁾ Idem op. cit. pagina 32 y 33.

⁽³⁾ Idem op. cit. pagina 38 y nota 2.

⁽⁴⁾ De Guadan, op. cit. pagina 40.

⁽⁵⁾ Num. Chron. Serie VI. Vol. V. lamina VIII, figura 12.

⁽⁶⁾ De Guadan. Op. cit. numero 4 pagina 18.

⁽⁷⁾ Idem Op. cit. idem pagina 16.

En el aspecto tecnico son por lo general muy deficientes, y en el artistico utilizan unicamente la simbolizacion de San Eugenio ⁽¹⁾ bien de frente y de pie, bien a caballo en las ultimas series. La unica variante es la imagen de San Juan Bautista y la de la Virgen en tiempos de Manuel I, pero son piezas muy raras. Jorge Comneno añade a San Eugenio la imagen de San Jorge su patron, siguiendo el habito normal Byzantino.

Los broncees son escasos y mal estudiados hasta la fecha.

PERIODO NOVENO

De Miguel VIII a Juan V

En este periodo se reorganiza la acuñacion monetaria por completo y se crean tipos nuevos como la Virgen entre las murallas de Constantinopla para los reversos ⁽²⁾ y los grupos de Emperador y familia o del Emperador su Santo protector y Jesu Cristo ⁽³⁾. El serafin que algunos consideran como propio de este periodo ya ha hecho su aparicion en el Septimo ⁽⁴⁾.

La tecnica decae de modo extraordinario, y con Juan V. se puede decir que casi desaparece la acuñacion, debiendo de emplearse con profusion las monedas Occidentales, sobre todo de Venecia. En los broncees aparece el tipo del Emperador alado a que antes hemos hecho referencia, en la ceca de Tesalonica unicamente. El estudio de este periodo y del siguiente, es muy defectuoso, y continuamente se estan presentando rectificaciones y adiciones a los tipos conocidos, sin que la falta de ejemplares en numero suficiente, proporcionen ninguna base firme para sostener teorias fundadas. El empleo de la bandera o pendon sobre un asta, que Goodacre cree haber hallado en una moneda en bronce de Juan V ⁽⁵⁾ no pasa de ser una sugerencia.

PERIODO DECIMO

De Manuel II a la caida de Constantinopla

Con Manuel II se inicia un nuevo tipo de acuñacion en plata, que ya no es mas que una copia de los «grosso» venecianos, y que no tiene nada de

(1) De Guadan. Op. citada Capitulo V. passim.

(2) B.M.C. lamina LXXIV 1.

(3) B.M.C. Lamina LXXIV, 1 y 2.

(4) Wroth Op. cit. pagina xcvi, y De Guadan. Op. cit pagina 35.

(5) Num. Chron. 1945 pagina 39-40, apoyandose en Bertelé.

Byzantinos. La técnica y el estilo son propiamente Occidentales, y si bien puede concedersele un cierto aspecto ornamental, el aspecto general no tiene nada de la finura y delicadeza de emisiones de siglos anteriores. ⁽¹⁾.

Continúa utilizándose la flor de Lys ⁽²⁾ y los símbolos de periodos anteriores, pero la figuración queda casi únicamente reservada al Emperador en busto y a Jesu Cristo también en busto en los reversos.

SEGUNDO — EVOLUCION ICONOGRAFICA Y SIMBOLICA EN LA NUMISMATICA BYZANTINA

Dos grandes grupos iconográficos se presentan en la Numismática Bizantina, cada uno de ellos muy complejo y extenso: el de los retratos o efigies Imperiales por una parte y el de las composiciones simbólicas anejas, por otra.

1) — *EFIGIES IMPERIALES.*

El centro de todo el Arte Imperial Bizantino es la figura misma del Emperador, y su Numismática presenta estas características desde el principio del Imperio, evolucionando desde la efigie de Constantino en las emisiones puramente Romanas, a las de los últimos Paleólogos, desprovistas de ningún parecido fisionómico e incluso degenerado ya el simbolismo hierático que alcanza el mayor periodo de auge con los Macedonios. Las imágenes de los altos dignatarios del Imperio, reproducidas en la *Notitia Dignitatum* ⁽³⁾, son el ejemplo clásico del retrato del Basileus como símbolo de la función jurídica que llevaba consigo la expansión de estos retratos tan afectados por las vicisitudes políticas de cada época, y cuyo nombre oficial ya demuestra su importancia y su carácter. Las «sacra laurata», «sacer vultus» y «divinus vultus» con sus equivalentes Griegos de «theia lauráta» ó «basilikai eikónes», son el ejemplo de la importancia de tales retratos, que eran recibidos a las puertas de las ciudades, con el mismo ceremonial con que debían de ser recibidos los Emperadores en persona. En las monedas y en los sellos de bula, garantizaban siempre el peso y la aleación empleada o la autenticidad del documento, y cuando esta interdependencia deja de existir, el bezante decae

(¹) Ratto 1930 números 2248 al 2263.

(²) Ratto 1930, número 2247.

(³) Edición Omont. *laminus* 17, 19, 21, 23 y siguientes.

y se devalora rapidamente. Justiniano II llega a rechazar el dinero emitido por los árabes, fundandose en que no llevaba grabada la efigie de su Rey que debia garantizarlas y por ello no tenian para Byzancio, seguridad ni control alguno en cuanto al tipo del metal y el peso. La identificacion fisiológica de estos retratos con el emperador a que pertenecen, ya es cosa diferente segun antes hemos señalado, pues claramente se puede apreciar la misma imagen en reinados diferentes en los semissis y tremissis con bustos de perfil. Los retratos de Tiberio II ⁽¹⁾ y de Justiniano I ⁽²⁾ son identicos en algunos casos y cecas y lo mismo ocurre con otros cuños de Justiniano II, Tiberio III, Anastasio II y Leon III; los cambios que se introducen en los cuños al terminar el reinado de un Emperador y comenzar el siguiente, son a veces nulos o insignificantes, como lo demuestra el ejemplo ya señalada por W. Wroth, de un retrato de Heraclio que se transformó en Tiberio II y en Mauricio-Tiberio, por el simple retoque de las barbas de la imagen ⁽³⁾.

Cerca de dos siglos transcurren entre la llegada al trono de Anastasio (año 491) y la muerte de Constantino IV (año 685) y sin embargo los retratos Imperiales son en muchos casos identicos, no solo en su aspecto fisico sino tambien en sus actitudes y en la composicion del conjunto ⁽⁴⁾.

Se ha achacado a las reducidas dimensiones del flan monetario o a decadencia de tecnica esta anomalia en las figuraciones, pero debe tenerse en cuenta que en los mismos dypticos y en las imagenes «clipeatae» con campos menos reducidos se da el mismo fenómeno, y por otra parte la intensidad de expresión en los retratos y la finura de su ejecución, excluye por completo toda suposición de falta de tecnica o decadencia de talleres. Los retratos de Heraclio y de Constantino V y sus sucesores inmediatos, son ejemplo de magnifico trabajo toreutico y de refinado estilo ⁽⁵⁾.

Este problema de la simplificacion del retrato en la Edad Media, es un caso ciertamente dificil de resolver, pero lo indudable es que se perdió una gran parte de la sensibilidad artistica de los Antiguos por los rasgos caracteristicos del retrato y que los artistas de la Edad Media, veian «menos cosas» porasi decirlo, que sus antepasados de la Antigüedad ⁽⁶⁾. Pero con ser importante, este no es el principal motivo, que debe buscarse en otra

⁽¹⁾ B.M.C. lamina XIV, figura 5.

⁽²⁾ B.M.C. lamina IV, figura 12.

⁽³⁾ B.M.C. lamina XXIII, 2, 3.

⁽⁴⁾ B.M.C. lamina I, 1 y 2 en comparacion con lamina XXXVI, figuras 2, 3, 4 y 8.

⁽⁵⁾ Vease B.M.C. lamina XXIII, 9—XXX, 17 y 21—XLV, 5 y 9 etc.

⁽⁶⁾ W. de Grün isen. Etudes comparatives, Le Portrait, Roma, 1911. passim.

manera de interpretar la iconografía, ya que la persona física del Emperador queda borrada ante su carácter de portador del poder supremo y su hieratización es más bien jerárquica y simbólica, despreciando los caracteres externos en gran parte ⁽¹⁾. Amiano Marcelino ya habla de la perfecta impassibilidad que prescribe el ceremonial, siendo su rostro una máscara inmóvil «...ostendeus... tamquam figmentum hominis» ⁽²⁾. Hay que recordar una vez más que el Emperador para los Bizantinos no existe como tema del arte del retrato monetario, más que dentro de su función social y mística, y que por ello debe siempre representarse con su figura majestuosa, su gesto consagrado y sus vestiduras y atributos reglamentarios. En prueba de esto debe de citarse el caso de Justiniano II, a quien se le sigue representando después de su mutilación en la misma forma clásica de cuando llegó al poder, sin rastro alguno de su nariz rota ⁽³⁾.

Cuatro diferentes tipos de efigies imperiales, nos quedan como más importantes descritos gráficamente en las monedas Bizantinas, y aunque no sea en un orden puramente cronológico, son los siguientes:

a) — *BUSTOS DE EMPERADORES*

Por regla general el busto como efigie Imperial tiene su antecedente directo en los dypticos consulares, las Victorias y los clipeos. El tipo de perfil, sobrevive en la numismática Bizantina, cuando en los demás empleos ya ha desaparecido hace años y ha sido transformado en el busto de frente ⁽⁴⁾. Así figuraba siempre en el lábaro con la imagen del «semper victor». La «mappa» hace su aparición en la mano del Emperador en las últimas emisiones de Constancio II y sigue con Valentiniano II ⁽⁵⁾, Honorio y Valentiniano III, hasta enlazar con las series Bizantinas sin solución de continuidad. Muy difícil resulta la cuestión de discernir cuando la «mappa» se convierte en la «akakia» que nos describe el Pseudo-Codinus, y el porque de este cambio, incluso de forma y contenido, aunque ciertamente los múltiples errores del Pseudo-Codinus, no son base indiscutible para guiarse en esta materia.

⁽¹⁾ A. Alföldi — Die Ausgestaltung des monar. Zeremoniells, en Röm. Mitteil, 49. 1934 paginas 35, 38, 63, 100.

⁽²⁾ Amiano Marcelino. 16, 10, 9 y siguientes.

⁽³⁾ B.M.C. lamina XXXIX, XL y XLI. passim.

⁽⁴⁾ Notitia Dignitatum. pagina 6, nota 1.

⁽⁵⁾ Cohen — VIII lamina 147 numero 63.

El Emperador Focas ya usa la Cruz en lugar del cetro coronado por el aguila de tipo romano (1) y el tema del triunfo da lugar a una serie de motivos numismaticos en los que aparece el Emperador con armadura y lanza llevando el equipo militar, tan frecuente en las emisiones de los siglos V y VI, y que luego reaparece en la segunda mitad del VII (2). Otro motivo se agrega aun para dar mas fuerza al caracter simbolico de Jefe del Ejercito, la pequeña figura equestre en el escudo y el globo con una Victoriola, que con su brazo extendido hace ademan de coronar al Emperador (3).

Con Justiniano aparece una variante, que luego se utilizó mucho en la numismatica Byzantina; la esfera coronada de una Cruz, que en algunos casos toma la forma de la Cruz Constantiniana sobre gradas, y la palabra PAX inscrita en la esfera (4).

Resumiendo, los bustos Imperiales en las monedas, pueden ser de la clase del soberano victorioso o el Basileus en majestad, investido del poder supremo del Imperio, correspondiendo cronologicamente las imagenes del tipo victorioso a las primeras series Byzantinas y los retratos en «majestad» a los siglos IX en adelante.

b) — *EMPERADORES EN PIE Y DE FRENTE*

En los reversos de las monedas paleo-byzantinas casi siempre con la leyenda «GLORIA ROMANORUM», sobrevive aun el tipo iconografico del Emperador armado a la Romana, como en los dypticos consulares del siglo VI (5). Acaba esta figuracion con el reinado de Justiniano I salvo muy raras excepciones de los siglos VII y XII (6). Pero apenas desaparecido, renace con un aspecto distinto, en pie y de frente, cambiando el traje guerrero por un largo ropaje de desfile, posiblemente el «divitission» acompañado de la esfera simbolica del poder supremo. En varios bronces de Mauricio Tiberio (582-602), aparece este con su mujer la Emperatriz Constantina, en la misma actitud solemne y con un traje ricamente ornado de perlas y piedras preciosas; asi como su hijo Teodosio en el reverso con cetro crucifero, ademas

(1) B.M.C. lamina XX, figuras 10, 12.

(2) Sabatier, op. cit. Vol. I en Arcadio, Teodosio, Leon etc. y mas tarde en Constantino IV Pogonato y Tiberio.

(3) Justino II en B. M. C. I, lamina XI, figura 1 y 2.

(4) Pauly Wissowa — Real Encycl. en pal. «Eirene», pagina 2130.

(5) Delbrueck — Consulardyptichen. numero 10 y 11.

(6) Wroth. B.M.C. I, lamina V. numero 29 por ejemplo.

de los signos habituales de valor monetario ⁽¹⁾. Focas utiliza el mismo tipo iconografico, aunque solo tambien en el bronce, pero Heraclio ordena su acuñacion en el anverso de los sólidos y en las piezas de plata, pudiendo decirse que desde entonces no falta casi nunca en la numismatica Byzantina y en todos los metales acuñables.

El alcance simbolico de esta reforma iconografica transcendental, se puede estudiar basandose en los bronces de Heraclio, ya que el Emperador padre lleva todavia el traje militar al lado de su hijo vestido con el de ceremonia o desfile, por lo que constituye un tipo de transición con la figuración anterior. La iconografia triunfal no es por lo tanto opuesta, como se creia antes, al vestido de ceremonia civil, cosa por otra parte ya demostrada por Strzygowski ⁽²⁾, al publicar las ilustraciones del *Kalendario* del año 354, donde los retratos oficiales de los soberanos como triunfadores, van en habito de ceremonia civil, con una pequeña Victoria en la mano derecha.

Esta evolucion en el tipo Numismatico del emperador en pie y de frente marca un progreso del realismo, mas o menos efectivista en el Arte oficial, y al mismo tiempo refleja la tendencia en aumento a representar la Majestad en los Emperadores, como tenia su mas esplendorosa manifestacion en las ceremonias palatinas. El acto real (la efigie armada) cambia por el nuevo simbolismo de la liturgia (el traje de ceremonia); la iconografia gana asi en profundidad de tema, lo que pierde en naturalidad de expresion.

Los sucesores de Heraclio adoptan en sus monedas el mismo tipo que sus predecesores, la misma actitud, el mismo vestido, los mismos atributos, incluyendo la esfera; sin embargo la idea triunfal es cada vez mas concreta ya que los emperadores figuran a los dos lados de la Cruz triunfal Constantiniana con base de gradas, y su leyenda tipica es «VICTORIA AVGVSTORVM».

Justiniano II introduce otro cambio al figurar elevando la Cruz ⁽³⁾ con lo que el soberano «lleva materialmente» el instrumento de la Victoria la Cruz, que con este significado ha reemplazado ya al Labaro de los retratos triunfales de los siglos IV y V.

Sin embargo la leyenda que aparece en las monedas, desde fines del siglo VII es por completo diferente y esta impregnada del sentido místico-transcendente de la Edad Media; «DOMINVS IUSTINIANVS SERVVS CHRISTI» es la nueva fórmula que lleva implicita la piedad y la ortodoxia

⁽¹⁾ Wroth, B.M.C. I, lamina XIX, 22, 23 y De Saulcy, op. cit. IV, 8-9.

⁽²⁾ Strzygowski. Die Kalenderbilder des Chronographen vom Jahre 354. Lamina 35.

⁽³⁾ Wroth. B.M.C. II, lamina XXXVIII, numeros 15, 16, 20, 21 y 24.

del Basileus y en cambio omite toda alusión al simbolismo triunfal del conjunto. Al reverso el Soberano Celeste esta encuadrado por la leyenda REX REGNANTIUM, que mas tarde se helenizara en el BASILEUS BASILEI. En realidad las dos imagenes de anverso y reverso deben de considerarse como una sola composicion para comprender esta aparicion del Señor por primera vez, en la numismatica byzantina, ya que la idea fundamental es representar al piedoso Emperador, ante el «Panbasileus», como un subdito ante su señor, y de esta forma las características físicas del tipo del Pantocrator estan perfectamente justificadas y son las propias, asi como las del Basileus en el otro lado de la moneda, puesto que ningun hombre por elevado que sea, puede aparecer delante del Pantocrator mas que en pie y en actitud de «proskynésis» (1). Otra emisión del mismo Emperador ofrece otro ejemplo de concordancia de los dos lados de una moneda, que con tanto cuidado y atencion fue siempre seguido en la Numismatica Byzantina; el reverso es tambien una imagen de Cristo, pero de un tipo mas joven, analogo al de Jesus sacerdote del Templo de Jerusalem (2), y en su consecuencia el Emperador del anverso esta solo en busto, y no tiene la gravedad del tipo anteriormente señalado, pareciendo dirigirse a los hombres y no a su Señor. Las dos imagenes de anverso y reverso han sido modificadas en el mismo grado en cuanto a sensacion de poder y autoridad, hasta quedar ambas perfectamente acopladas y unidas.

Otros tipos de Justiniano II y de Teófilo, aunan el caracter triunfal con el respeto Divino, llevando al mismo tiempo un casco guerrero, el labaro y la esfera (3).

La evolucion de este tipo iconografico se acentuá desde los reinados de Basilio I y de Leon VI, con la imagen del Emperador en Majestad, llevando la Cruz y la Esfera y en actitud de ceremonia. La jerarquia de los poderes terrestres y celestes, solo se diferencia en adelante por la actitud propia de cada imágen, quedando invariable hasta el fin del Imperio. En el reinado conjunto de Eudoxia, Miguel VII y Constantino (4) los Emperadores aparecen encima de un cojin o tapiz redondo («to souppédion») que acaba de completar aun mas el tipo de Majestad ya citado, a lo que solo pueden señalarse raras excepciones en los Emperadores de los siglos XI y XII que aun aparecen como guerreros victoriosos, con su coraza, «sagum» y «anaxy-

(1) Grabar. Op. cit. lamina XXX, numero 9.

(2) Ainalov — Seminar Kondakov. II. 1928, pagina 19 y siguientes.

(3) Wroth. B.M.C. II. lamina XLIX, figuras 2, 3.

(4) Idem B.M.C. II. lamina LXI, figuras 10-12.

rides» y armados de espada y lanza crucifera ⁽¹⁾, pero que en esencia es solamente un arcaísmo adoptado por razones que aun no han sido bien explicadas.

Este mismo tipo iconografico monetario del Emperador en pie y de frente se presenta tambien en los esmaltes de la celebre Pala d'Oro, en tipo de Majestad; los miniaturistas tambien utilizan el mismo simbolismo, con mucha mayor frecuencia conforme vamos avanzando en época histórica, de lo que puede ser un ejemplo el Códice Monac. Graec. 442, del siglo XIV, con una serie de retratos oficiales de los Emperadores de las dinastías Láscaris y Paleologo, siempre en tipo de Majestad ⁽²⁾.

c) — *EL EMPERADOR SENTADO EN EL TRONO*

Este tipo iconografico fue siempre muy popular y corresponde exactamente a una formula protocolaria de las alocuciones oficiales dirigidas al Basileus, como por ejemplo la formula empleada por los Embajadores Bulgaros, al informarse de la salud del Emperador «...ó mégas kai ypsilos Basileús ó epi xrysou kathetxómenos thronou». ⁽³⁾.

El primer caso numismatico, conocido del Emperador sentado en el trono es una moneda de Gala Placidia, donde la Emperatriz aparece sola en el trono ⁽⁴⁾, ya que figuras acompañadas de otros personajes acompañando al Emperador (divinidades, Victorias aladas, guerreros, barbaros cautivos etc.) son ya frecuentes desde principios del siglo IV. Gala Placidia aparece con corona y nimbo, vestida de ceremonia y con insignias en una típica forma de Majestad. Valentiniano III sigue el mismo simbolismo de su madre, y algo mas tarde Justino I y Justino II, siendo clasica y muy conocida la acuñacion de Justino II y Sofia en todos los metales, con las insignias del poder y una Cruz Constantiniana, que sostiene entre ambos y que domina todo el conjunto.

A la muerte de Justino II el tipo iconografico parece caer en desuso, y solo despues de transcurridos 150 años vuelve a reaparecer. Constantino V y Leon VI lo utilizan a mediados del siglo VIII ⁽⁵⁾, asi como Basilio I. Este es el ultimo Emperador que lo emplea y a no ser por la mencion del

⁽¹⁾ Wroth. B.M.C. lamina LIX, 34, LXII, 13. etc.

⁽²⁾ Lambros — *Empereurs Byzantins*, laminas 73, 75, 77 reproduce estas miniaturas, asi como A. Heisenberg en su *Aus der Gesch. und Lit. der Palaiol.* Munich. 1920.

⁽³⁾ De Cerimon. II. 47 pagina 682.

⁽⁴⁾ Cohen. VIII. Lamina 195, 7.

⁽⁵⁾ Wroth. B.M.C. II lamina XLIV, figuras 14, XLV, 21, XLVI, 1,4.

Pseudo Codinus, donde se habla del Emperador en el trono como ornamento de los uniformes que llevaban los dignatarios del Palacio Imperial, se podría decir que el tipo ha desaparecido por completo como en Numismatica. Sin duda la razon de este hecho se encuentra en el uso extensivo a partir de la Dinastia Macedonica de las imagenes de Cristo, la Virgen y los Santos, por lo que logicamente no pueden coexistir con una figuracion de Emperador sentado. Asi lo ha explicado Reiske y Grabar ⁽¹⁾ y lo que para los iconoclastas fue un caso sencillo resultó imposible de resolver ante la abundancia de tipos sagrados que se emplearon siglos mas tarde.

Resumiendo pues, el tipo del Emperador sentado en su trono parece haber seguido la siguiente evolucion: Se inicia como simbolo de la Victoria Imperial en el Bajo Imperio, toma en Byzancio el aspecto de una imagen de la Majestad, y desaparece mas tarde cuando esta manera de representar la autoridad Monarquica es una irreverencia ante el poder supremo del Pantocrator y de la Theotokos, asi como de la cada vez mas extensa iconografia de los Santos. La evolucion de este tipo ha sido pues muy rapida, y la epoca e su florecimiento relativamente breve, por los motivos antes señalados.

d) — *EL EMPERADOR EN GRUPO*

Ya hemos hablado en los casos anteriores de algunos ejemplares de monedas, en los que aparecen dos Emperadores en el trono o bien dos Emperadores y una Emperatriz, uno al lado del otro y siempre de frente.

Estos retratos en grupo han sido siempre frecuentes en Byzancio, donde ha servido para expresar graficamente la idea del reinado simultáneo de dos o tres personas, o bien ya entrado el siglo VI, para indicar la parte que corresponde a la Augusta como participe de los honores y del poder de su esposo el Emperador. Lo mas probable es que la aparicion de la figura de la Emperatriz, al lado del Basileus, en las monedas, sea debido no a un aumento de los derechos juridicos de la Basilisa, sino mas bien al agrupamiento e incorporacion definitiva de toda la familia, comenzando por la esposa, al caracter sagrado del Basileus, y por ello de todos los excepcionales honores que le corresponden. En la numismatica de Constantino ya hay antecedentes de retratos oficiales de la familia Imperial ⁽²⁾, pero en cambio no aparece

⁽¹⁾ Reiske, comentando el pasaje de De Cerim. I, 12, pagina 10 y Grabar, op. cit. pagina 25.

⁽²⁾ Maurice — Numism. de Constant. le Grand, Paris. passim y tambien Delbrueck. — Antike Porphyrwerke.

nunca la Emperatriz; es curioso observar por otra parte que si bien la primera Basilisa que figura al lado de su Esposo en las monedas es Sofia, mujer de Justino II, la de Mauricio Tiberio aparece con su hijo el joven Teodosio, y Heraclio pocos años despues hace representar siempre a sus hijos en las monedas de la época. La evolucion es pues muy rápida y los retratos en grupo pasan a ser a partir del siglo VI, verdaderos grupos de retratos de miembros de la familia reinante, que con mayor o menor intensidad no dejan ya de aparecer hasta el fin del Imperio.

Desde el punto de vista estrictamente Numismatico, puesto que en miniaturas y frescos son frecuentes los retratos colectivos, las Dinastias Comnena y Lascárida son las que menos emplean este tipo, que en cambio es de una profusión grande en los Paleologos. La glorificación de una familia a traves de sus varias generaciones, se confunde con una real apoteosis dinastica.

El caso del retrato doble del Emperador y su Santo Patrono, o bien Cristo o la Virgen coronandole, no entra dentro de las características del tipo presente, y mas bien pertenece a un grupo simbolico de Coronacion, que detallaremos mas adelante. Su inicio ocurre a partir del siglo IX, y es una clara reacción de los Iconódulos, de uso tan extendido en todas las series monetarias que puede decirse es característico de la amonedacion Byzantina de la época.

2) — *COMPOSICIONES SIMBOLICAS*

Es ciertamente muy difícil el marcar una concreta linea divisoria, entre los retratos de Emperadores por una parte y las composiciones simbolicas variadas que se añaden o superponen a los elementos esenciales de los cuños monetarios Byzantinos; con mucha frecuencia se dan casos intermedios entre ambos grupos, sobretodo en los primeros siglos, y es casi imposible llegar a determinar si el simbolismo de la escena es lo secundario o lo principal, especialmente en los casos de personificaciones, no tan abundantes en las monedas como en los Dypticos y miniaturas de los Códices.

Estudiando solo los ejemplos mas corrientes, su evolucion puede concretarse mejor en los tres casos de simbolos de la Victoria, como vencedor de los barbaros o en los mas abundantes de investidura y coronacion de los Emperadores.

a) — *SIMBOLOS E INSTRUMENTOS DE LA VICTORIA IMPERIAL*

La Victoria de los Emperadores Byzantinos, lo mismo que su poder, es debida a la intervencion divina, a un «signo salutifero» especial, que fué

sobrenaturalmente revelado al primer Emperador Cristiano, y del que todos sus sucesores, toman sin excepcion el mismo simbolismo. Este «staurós nikopoiós» derivado del signo sobrenatural, es una cuestion que ha apasionado a los historiadores, pues su interpretacion es muy dificil y dudosa. Por la Numismatica se conoce perfectamente, que ya en el siglo IV, los iconografos encargados de dar forma externa gráfica al «signo», dudan entre muy variadas formas del monograma de Cristo, para poco despues aceptar el «lábaro» ⁽¹⁾ y por ultimo ya en el siglo V. en su segunda década, aparece en Numismatica la forma de la Cruz ⁽²⁾. Desde este momento la Cruz es la imagen esencial y el instrumento «nikéforo» de los Emperadores Cristianos, pero sin desaparecer el lábaro que continua tambien simbolizando su potencia victoriosa ⁽³⁾. La iconografia monetaria es la que nos presenta mas ejemplares de esta nueva simbolizacion Cristiana, como plasmacion gráfica de la Victoria Imperial, y ademas tiene la ventaja de ir acompañada por leyendas, en las que se aprecia claramente la significacion que se le quiere atribuir; las leyendas mas usuales coinciden en un todo con las frases rituales de la Victoria del emperador segun las ceremonias oficiales Byzantinas, y que son: «VICTORIA» — «VICTORIA AUGUSTORUM» — DEUS ADIUTOR ROMANIS y EN TOUTO NIKÁ ⁽⁴⁾, y no hay otro tema tan tipicamente Byzantino que haya perdurado mas tiempo en la Numismatica, y luego copiado en muchos paises, hasta los tiempos mas modernos ⁽⁵⁾.

Sin embargo hay que distinguir la Cruz como simbolo de la Victoria Imperial de las cruces que no tienen relacion ni contacto alguno con este simbolismo, como por ejemplo las pequeñas cruces sobre las coronas de los Emperadores, las que en algunas series figuran al lado de sus efigies, y las que coronan la esfera que lleva el Basileus, que simplemente es una transfiguracion cristiana de la antigua estatuilla de la Niké pagana.

Abarcando toda la numismatica Byzantina, hay dos tipos diferentes de Cruz, que se pueden considerar como el signo triunfal de Constantino:

(1) Maurice. Op. cit. Tomo I, paginas 105 — 331 — 333 — 336.

(2) A partir de Teodosio II (408-450) aparece el tipo de la Cruz-cetro aunque la pequeña Cruz sobre el globo se observa ya en Teodosio I.

(3) En monedas de Teófilo, Miguel III, Basilio I y Leon VI. Véase tambien Belaev, Byzantina. (1892), pagina 70-71.

(4) Comparese con las frases en «De cerim. I, passim y Wroth. B.M.C. Indice general de leyendas.

(5) Un ultimo ejemplo en Portugal desde D. Manuel I hasta D. Maria II y en el Brasil.

1) — La Cruz potentada, pero no exactamente la conocida como tal en Heraldica, sino un tipo algo diferente, con sus cuatro terminaciones cortadas por brazos pequeños, con dos roeles en cada una de sus ramas, lo que hace un total de ocho par el conjunto. El origen parece haber sido un ex-voto erigido por el mismo Constantino en el «forum» de Byzancio, y que figura en muchos reversos monetarios de Tiberio II y sus sucesores, sobretudo en los siglos VII y VIII, casi siempre colocada sobre gradas en numero de 2, 3 o 4.

2) — Un tipo posterior y mas evolucionado, en que el brazo vertical se alarga y a veces figuran dos brazos horizontales en lugar de uno, lo que ha dado origen a la llamada vulgarmente Cruz Patriarcal, sin ningun fundamento para ello, ya que si bien se usó luego por los Patriarcas, aparece en la numismatica Byzantina siglos antes de semejante uso.

Entre estos dos tipos hay multiples variantes, como por ejemplo la de los bronce anonimos y la de los Emperadores Macedonios y Comnenos, que se complican con barras, medias lunas, puntos y añadidos. El creciente o media luna es de uso antiquisimo en Byzancio, y de el lo tomaron los turcos despues de su conquista de la Ciudad ⁽¹⁾.

Los emperadores de los siglos VII y VIII, incluyendo los iconoclastas consideraron siempre de vital importancia la figuracion de la Cruz en sus monedas, pero no hay desgraciadamente fuentes directas para conocer lo que fue el Trofeo Salutifero que vió en sueños Constantino y que historicamente se sabe lo tenia en la mano derecha de una estatua del Emperador, que en Roma conmemoraba la Victoria sobre Majencio ⁽²⁾.

Tampoco se sabe nada exactamente del «signo de Cristo» que figuraba encima de Constantino en el mosaico de su Palacio en Byzancio, para conmemorar su Victoria sobre Licinio, aqui representado por un dragón que es lanceado y aplastado por el Emperador Cristiano ⁽³⁾, pero cualquiera que haya sido este, bien «krismas» o «vexillax», ya Eusebio, los considera como imagenes de la Cruz ⁽⁴⁾, y esta interpretacion ha debido de ser la unica admitida en Byzancio en todos los siglos posteriores, puesto que mucho antes de los iconoclastas, alrededor de la imagen del Emperador llevando la Cruz,

⁽¹⁾ Vease De Saulcy, op. cit. lamina XXVI, 3, 4, y algunos tipos de monedas de Mamaia Augusta.

⁽²⁾ Eusebio. Hist. Eccl. IX—9, 11; tambien Vita Constanti. I, 40.

⁽³⁾ Vita Constanti. III, 3.

⁽⁴⁾ Piganiol — L'Emp. Constantin. Paris 1932 — pag. 67 y siguientes. Tambien Maurice. Op. cit. Tomo II. passim.

aparecen ya como leyenda monetaria las famosas palabras de la vision Constantiniana «En toutó niká» (1).

En el siglo IX, se presenta la primera figura pictórica del tipo que se ha dado por llamar ahora Constantiniano, figurando encima de la Batalla de Puente Milvio, y con la misma leyenda antes citada (2), y aunque su forma difiere de la monetaria ya descrita, puede tratarse de una retracción de los brazos auxiliares de la Cruz, subsistiendo los roeles, y adoptando el conjunto una forma trilobulada, mas al gusto de la época, y en lo que debió de intervenir la fantasía del miniaturista encargado de su dibujo.

A fines del siglo VI, aparece también un tipo que puede considerarse intermedio, con los brazos laterales de la Cruz ensanchados, subsistiendo el roel en cada una de las ocho puntas (3), variante de la número 1, antes citada y desde luego con el mismo simbolismo de las Cruces Pectorales de que nos habla el ceremonial Bizantino, como instrumentos de la Victoria y que se presentaban al Emperador en medio de un ramo de flores, con la aclamación: «...Oh Cruz vivificante, sé el instrumento de Nuestros Señores. Oh, bienhechores, que por ella habeis sido coronados, que por ella habeis gobernado y vencido, dominad también por ella a todos los pueblos. Oh, tres veces Santa, presta tu ayuda a Nuestros Señores» (4).

La frecuente figuración de una imagen de la Cruz con Constantino y Helena, uno a cada lado, prueba que para los Bizantinos, una reliquia de la Santa Cruz, evoca en primer lugar el papel milagroso que tuvo para la vida del primer Emperador Cristiano, lo que une a la Cruz con el Imperio y los Emperadores mas que con el sentido místico y religioso de la misma, a diferencia del sentir Occidental. Para los Bizantinos unicamente la figura del Pantocrator o de la Panaghia, son simbolos religiosos puros y esto queda además demostrado por la supervivencia de la Cruz en el periodo Iconoclasta.

La alusión a la función Imperial de la Cruz se encuentra enmarcada por la misma disposición de las figuras, ya que el grupo de Constantino y de Helena vestidos al uso del Emperador y Emperatriz de la Edad Media, es la imagen familiar de todas las parejas Imperiales, y aun de dos Emperadores correíntes, en las acuñaciones de los siglos X, XI y XII (5). Aun

(1) Vease Wroth. B.M.C. en Heraclio y Constante II. lamina XXVII, 20 y lamina XXXI, 15 y 17.

(2) Par. gr. 510 — folio 440, publicada por Omont, en sus *Miniaturas*, lamina LIX.

(3) Millet. *Op. cit.* paginas 105 y 106.

(4) De *cerim.* I, 69, 324.

(5) Wroth. B.M.C. II, laminas LXV, 1 — LI, 9 — LII, 4 etc. etc.

es mas sugestivo el tipo de Alejo III Angelo (1195-1203) en que el Emperador tiene por pareja al mismo Constantino ⁽¹⁾, mas tarde utilizado tambien por los Lascaris de Nicea.

La opinion de Grabar sobre el posible fundamento de este simbolismo ⁽²⁾ achacandolo al deseo de legitimar la Dinastia Angelos, no esta fundada ya que se utilice mas tarde em Nicea, donde no habia para nada este problema, y mas bien parece derivarse, de un deseo de auxilio y proteccion por parte del primer Emperador Cristiano, al uso en la epoca con las figuraciones de los Santos Patrones, casi siempre guerreros como San Teodoro, San Demetrio e San Jorge.

b) — *EL EMPERADOR COMO VENCEDOR DE LOS BARBAROS*

Este simbolo de Victoria, que representa al Emperador atravesando con una lanza, aplastando bajo sus pies o sosteniendo por los cabellos al enemigo vencido, es de utilizacion muy antigua en la Numismatica Romana, variando unicamente la figura humana por una serpiente o dragon y el Emperador en persona por el lábaro triunfal algunas veces. Desde su inicio se pueden distinguir tres variantes, la ultima de ellas solo pre-Byzantina ⁽³⁾. La primera hasta el reinado de Marco Aurelio, presenta escenas de puro tipo descriptivo, la segunda hasta Constantino con escenas simbolicas en las monedas y grupos mas complejos en los medallones y la tercera desde Constantino en adelante con solo escenas simbolicas en ambos lados de los cuños monetarios; esta division en grupos al mismo tiempo muestra una clara disminucion de nuevos tipos que en el tercero, esta ya muy reducido. Desde Constantino y a partir de la primera mitad del siglo V ⁽⁴⁾, el Emperador en traje militar aplasta con el pie a una serpiente con cabeza humana, aunque aun subsiste el puramente Romano del cautivo recibiendo el golpe de lanza o el puntapie del Emperador Victorioso, como en las emisiones de Teodosio II, que son las ultimas que registran el tema.

A partir de esta fecha desaparece por completo el simbolismo, dando paso a los que antes hemos señalado y a las formulas liturgicas de la coronacion e investidura.

(Continúa)

⁽¹⁾ Wroth. B.M.C. II, laminas LXXII, 16, y LXXIII, 1, 3, 7, 12.

⁽²⁾ Grabar. Op. cit. pagina 38, nota 2.

⁽³⁾ A. Caló Levi. Barbarians on Roman Imperial Coins. A.N.S. 1952 pagina 5.

⁽⁴⁾ Sabatier. Op. cit. I, pag. 124-125-131. Marciano y Leon I.

EVANGELIZAÇÃO DA PENÍNSULA E SEUS PRIMEIROS EVANGELIZADORES

POR JOSÉ MANUEL LANDEIRO

PENÍNSULA IBÉRICA — OS IBEROS

A Península formada por Portugal e a Espanha chama-se, desde longa data Ibérica, por terem sido os seus primeiros habitantes os Iberos.

Mas quem eram os iberos e o que era a Ibéria? — É pergunta que formulámos, mas que achamos de difícil resposta, por não haver dados positivos que nos ilucidem. Há somente sugestões ou hipóteses nas quais os escritores se baseiam para nos responderem a esta pergunta.

Os Iberos não eram mais que um ramo ou elemento da estirpe *oestrymnia* dos Cónios que penetraram no Sul da França, criando um domínio extenso, compreendido entre o Ibero (Ebro) e o Ródano, abrangendo a Catalunha e uma grande parte da Aquitânia.

Estrabão e outros historiadores mais antigos dão o Ródano como limite da Ibéria.

A Catalunha, o Sul da França e as Costas do Mediterrâneo constituíram uma única étnica que os Pirenéus não separavam.

O elemento unificador eram os Cónios iberos, designadamente *Igletes*.

Estes são, sem dúvida alguma, os *gletes* que se fixaram entre o rio Guadiana e o rio Tinto (Hiberus) no Sul da Península. *Igletes* e *Gletes* eram povos cainetas iberos.

Scilax (IV século A. C.) não considera toda a Península habitada pelos iberos, «mas tão-só a parte ocidental dela (os primeiros da Europa...). Talvez a zona do rio Ibro ou Ebro, se não se trata do nome antigo do rio Tinto (Hiberus), na região de Huelva».

Pelo nome de iberos são tratados todos os ocidentais da Península.

Avieno, porém, coloca junto do Ebro o Monte Sacro, «designação que atesta a presença dos Iernos, Povo *oestrymnic* da Península e coloni-

NOTA — Este trabalho foi apresentado pelo seu Ilustre autor no «I Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos», realizado em Braga em 1957, por iniciativa da Câmara Municipal de Braga e da Faculdade Pontifícia de Filosofia.

zador da Irlanda». Não nos restam dúvidas de que o nome de Ibéria tinha um significado étnico, primitivamente.

Qual seria? Tratar-se-ia de uma característica de tribo? Não se sabe ao certo. O que se sabe, é que foram os oestrymnios, também conhecidos pelo nome de Atlantes, ou Iberos, o povo que primeiramente teve contacto com os gregos e outros povos, que vieram pelo Mediterrâneo até ao Sul da França e Costa Oriental da Espanha.

E só assim, todos esses povos que vieram à Península, poderiam ficá-la a conhecer pelo nome de País dos Iberos ou Ibéria e do mesmo modo com o nome de *Spania* ou Hispânia se designava o País dos *Sepes* ou *Sefes*.

Com o nome de Ibéria, os escritores antigos designavam todo o país a *partir do Ródano* «e o istmo formado pelos golfos gauleses» para depois passar a ser denominado por este nome somente a Península, com o limite nos Pirenéus.

Durante o decorrer de muitos séculos, a Península foi habitada por muitos povos, sobressaindo-se os Lusitanos ⁽¹⁾ e os Romanos. Por último vieram os chamados bárbaros do Norte da Europa e Ásia.

Povos bárbaros eram, para os romanos, todos aqueles povos que viviam fora das fronteiras do Império Romano.

Como tais, contam-se os Alanos, os Vândalos, os Suevos e os Visigodos.

Os Suevos e os Visigodos são os que mais interesse têm para nós, neste nosso trabalho. Deles vamos falar depois de tratarmos da evangelização da Península, de cujo assunto desde já nos vamos a ocupar:

⁽¹⁾ Estrabão, escritor de há dois mil anos, ao descrever a Península, disse:

«...a Lusitânia, a maior parte das nações iberas e a que mais tempo lutou contra os romanos...» (111, 3, 3).

A Lusitânia verdadeira, não era nessa altura limitada ao Norte pelo Douro: ia até ao mar. Os Galegos e os Asteros eram povos seus que mais tarde foram dela separados por uma nova divisão administrativa romana.

É por este motivo que ainda hoje tantos laços nos ligam aos vizinhos do Norte do país: a identidade da raça. Os Lusitanos seriam autoctones, ou então descendentes de povos vindos do Norte de África, de Iberos ou talvez de Lígures? É tudo incertezas e hipóteses. Houve, porém, na Península, um outro povo de nome parecido — Os Lusões — que viveram a Leste, junto ao Mediterrâneo, sem terem qualquer contacto ou afinidade com a Lusitânia. Apenas se sabe pelo prefixo «lus» serem ambos de origem céltica.

Vieram dos Alpes suíços e atravessaram os Pirenéus. Um grande grupo seguiu o vale do Tejo de onde irradiou para o Norte e para o Sul, estabeleceu-se onde então veio a ser a Lusitânia. Os Lusões ficaram na costa do Mediterrâneo, embora tentassem, mais tarde, penetrar na Lusitânia, onde foram, porém, derrotados e repelidos pelos Lusitanos, que os não deixaram prosseguir.

EVANGELIZAÇÃO DA PENÍNSULA

A maioria dos historiadores são unânimes quanto à época da evangelização da Península. Muito embora faltem «testemunhas directas, supõe-se que o cristianismo chegou à Hispânica ainda na idade apostólica».

Segundo a tradição espalhada por toda a Península, os primeiros apóstolos da Hispânia foram Santiago Maior, S. Paulo e um grupo de Varões Apostólicos e ainda S. Martinho de Tours e S. Martinho de Dume.

Diz-se que Santiago, saindo da Palestina, tomou uma nau grega ou fenícia, passou pelo litoral africano, indo a desembarcar na Bética. Depois de aqui evangelizar as comunidades judaicas, Santiago esteve em algumas cidades da Lusitânia e da Tarraconense, incluindo Saragoça, onde, segundo a tradição, lhe apareceu a SS. Virgem, que ainda vivia, a pedir-lhe que erigisse um templo. O apóstolo regressou a Jerusalém, onde foi martirizado no ano 42 ou 44.

Alguns dos seus discípulos, os que o seguiram na Espanha, recolheram o seu cadáver e trasladaram-no para a Galiza ⁽¹⁾ onde ficou secretamente no lugar onde hoje fica Santiago de Compostela.

Os primeiros documentos, que se referem à transladação do corpo do Santiago e do seu sepulcro em Compostela, datam do século IX.

Santiago teve, como discípulos, S. Atanásio e S. Teodoro, cujos sepulcros apareceram sob o altar-mor da Catedral de Compostela, que é românica.

Leão XIII, pela bula *Deus Omnipotente* (1-XI-1884) declarou-os verdadeiros. Outra tradição diz que no ano 36 (muito antes de Nossa Senhora ter deixado o mundo) veio Santiago Maior à Espanha e que pregou, primeiramente, na região entre Douro e Minho — província que nesse tempo se chamava «*Toda a Galiza*».

O Apóstolo teria, então, edificado em Braga, junto a umas termas, no local onde se encontrava um templo dedicado à deusa Iris, a primeira igreja em honra de Cristo, e a segunda dedicada a Nossa Senhora, que ainda vivia, e para onde nomeou o primeiro bispo de Espanha, S. Pedro de Rates.

(1) Sobre a transladação do corpo de Santiago correu, em terras do nosso país, uma lenda Cristã sobre uma cena miraculosa passada com um régulo da Lusitânia, na antiga praia de Bouças, onde hoje se ergue a florescente vila de Matosinhos.

O facto deu origem a que se adoptasse a concha ou vieira como distintivo dos romeiros que, em peregrinação, se deslocarem ao túmulo de Santiago, e em tudo que diga respeito ao mesmo Apóstolo.

Este Bispo «tinha sido profeta da antiga lei e chamava-se *Samuel Júnior*, segundo uns, e, segundo outros, Malaquias Sênior, que tinha sido desterrado para a Espanha, com as tribus, por Nabucodonosor. Santiago, aqui, ressuscitou-o, instruiu-o e criou-o bispo, dando assim a primazia de todas as igrejas de Espanha, por ser ali onde primeiro foi pregado o evangelho».

É nesta tradição que os escritores se baseiam para afirmarem ser Braga o Primado das Espanhas. S. Pedro de Rates, além de ser o primeiro bispo de Braga, foi também o primeiro mártir, na Península.

A VINDA DE S. PAULO À ESPANHA

Na sua carta aos Romanos, no capítulo 15, versículo 24, escreve o Apóstolo: «Quando partir para Espanha irei ter convosco; pois espero que de passagem vos verei, e que lá seja encaminhado por vós, depois de ter gozado um pouco da vossa companhia».

Todos os intérpretes, católicos e protestantes, admitem que a Epistola aos Romanos foi escrita, em Corinto, por volta do ano 58.

Terá vindo, realmente, à Espanha?

Os católicos admitem tal vinda. Ter-se-ia realizado durante a quarta grande viagem do Apóstolo, entre os anos 64 e 67, após a sua libertação da primeira vez que esteve preso em Roma. Conforme já anunciara na sua carta aos Romanos, no passo acima citado, ter-se-ia dirigido, provavelmente, durante a Primavera do ano de 64, directamente à Espanha. (Dict. Vigouroux — Espagne). Tal é também a opinião de S. Clemente Romano, que, na sua carta, escrita de Roma aos fiéis de Corinto (I Cor. V) diz que S. Paulo com a sua pregação chegou até ao *termo do Ocidente*. Com esta frase um escritor romano só podia significar a Espanha, onde se collocavam as Colunas de Hércules. Também se lê no fragmento de Muratori: «partida de Paulo da Cidade para a Espanha».

A mesma afirmação se encontra em S. Atanásio, S. João Crisóstomo, S. Epifânio, Teodoreto, S. Jerónimo, S. Gregório Magno.

Eusébio Cesariense nada diz a tal respeito.

Os protestantes rejeitam de um modo geral tal vinda. Há porém alguns que a aceitam, tais como: Zahn, Kubel, Spitta, Steinmetz.

Por outro lado, parece que logo após a tal libertação, S. Paulo se tenha antes dirigido para o Oriente. É certo que projectava vir à Espanha como ele próprio escreveu aos Romanos; mas é provável que tenha posto

de parte o projecto. É o que parece deduzir-se das cartas a Filémon e aos Filipenses.

A Filémon escreve: «É juntamente prepara-me também pousada, porque espero...» (Filémon, 22). Ora, como se sabe, Filémon habitava em Colossos.

Aos Filipenses escreveu: «E tendo esta confiança, sei que ficarei e permanecerei com todos vós para proveito vosso e gozo da Fé» (Filipenses 1:25).

E no versículo a seguir: «Para que a vossa glória abunde por mim em Cristo Jesus, *pela minha nova ida a vós*» (Filip. 1:26).

É natural que o Apóstolo mudasse de opinião quanto à sua vinda à Península. Efectivamente, as notícias que lhe levara Epafras sobre as heresias judeo-gnósticas que principiavam a difundir-se em algumas igrejas da Frígia e da Ásia, os pedidos dos Filipenses, que Epafrodito tão calorosamente lhe apresentara, e, porventura por outros motivos desconhecidos, devem-no ter levado a mudar de opinião. Acrescente-se que as indicações da sua actividade, depois da libertação — indicações que se encontram nas Epístolas a Tito e a Timóteo — apenas fazem referência ao Oriente.

Por outro lado, porém, é certo que existia na Igreja de Roma uma tradição relativa à libertação do Apóstolo de um seu primeiro cativo.

Se esta tradição não tivesse existido, não se teria espalhado o rumor de que S. Paulo, uma vez libertado, se tivesse dirigido para o «termo do Ocidente» ou seja para a Espanha.

Em Idanha-a-Velha, a sucessora da importante cidade Egítânia, corre a tradição de que ele pregou na catedral da mesma cidade, o que não é de crer, pois nessa altura ainda não tinha sido criada a diocese egitaniense. Esta tradição é confirmada pelo documento que passamos a transcrever e constitui a resposta do P.^o Joaquim Martinho, pároco de Idanha-a-Velha, ao questionário do Marquês de Pombal, após o terramoto de 1755, a qual se encontrava incluída no «Dicionário Geográfico», na Torre de Tombo, F. XVIII, Pág. 45 e seg.: «Logo nos princípios da Igreja as luzes do Evangelho alomiaram a cidade de Idanha a dar copioso fruto, pois sendo-lhe anunciada a redenção do Mundo no quarto anno della por Sam Pedro de Rates (qui alquit dicat) Sam Lial logo baptizou e ordenou o Salvatto natural da mesma cidade onde o deixou presentinto, e catequizando-o aquela nova cristandade athe que ao anno de trinta e dois da morte de Christo veijo pregar a ella Sam Paulo, pondo-lhe por primeyro bispo ao mesmo Salvatto convertida já a maior parte da cidade com Xantipa e Santa Relixena irmãs e naturais da mesma e alem de outras pessoas de santidade que se sabe pellas

estórias, foi regada Idanha com o sangue de infinitos Martiriz quando a cidade Principal se empregava mais nella, nas perseguições o foror dos Cesares seus ministros».

A primeira notícia da existência do Bispado da Egitânia, do qual nos ocuparemos, detalhadamente, num segundo trabalho a apresentar neste ciclo, é nos dada pelas actas do concílio de Lugo, em 569, no pontificado de João III, presidido por S. Martinho de Dume, muito embora Silva Leal diga que neste Concílio o mesmo bispado «foy criado de novo» e que «foy dos mais antigos da Lusitânia e quanto ao distrito, a mayor de toda ellas».

Cremos que a diocese egitaniense foi criada com Teodemiro, devido à necessidade de criar mais um bispado, em vista de ser muito dilatado o seu domínio suevo e devido aos poucos bispos reunidos por ele no I Congresso de Braga.

Deste mesmo assunto, ocupar-nos-emos, como dissemos já, em outro trabalho a expor.

Ainda sobre a vinda de S. Paulo à Península, faltam-nos documentos a atestá-la, mas «a auteridade das tradições posteriores quase garantem a certeza da viagem».

O Papa Clemente, que foi quase contemporâneo deste apóstolo, dizia no ano 96 aos Coríntios, que S. Paulo veio ao «extremo ocidente» e só depois foi martirizado. Um documento, composto entre os anos de 160 a 220, conhecido pelo nome de Cânone de Muratori, fala da «partida de Paulo da Cidade (de Roma) a caminho da Espanha».

Esta afirmação do referido documento tem o apoio de outros textos e o de antigos padres da Igreja. O próprio Renan chega a afirmar «que há sérios motivos» para acreditar na realização da viagem.

A respeito desta viagem de S. Paulo, lendo as opiniões de alguns escritores, por nós arquivados no nosso «Diocese da Guarda» 1940, temos ainda a acrescentar o seguinte: O Padre Miguel de Oliveira diz que ele fizera a viagem provavelmente no ano 63.

S. Jerónimo, por sua vez, afirma-nos que a fez por mar. Outros dizem que desembarcou em Terragona ou em Cadiz.

Há quem afirme, porém, que ele atravessou os Pirenéus, dirigindo-se primeiramente a Barcelona, Toledo e Tortosa.

A nós, católico de sacramentos, acreditando piamente nas Sagradas Escrituras, não nos restam dúvidas de que o Apóstolo esteve em Portugal ou Galiza, pois no versículo 21 do Capítulo 22 dos Actos dos Apóstolos lê-se: «Et dixit ad me vade quoniam ego in nationes longe mittam te». (E ele disse-me: «Vai porque eu te enviarei as Nações de Longe», e, no versí-

culo 23... «Nunc vero ulterius locum non habens in his regionibus, cupiditatem autem habens veniendi ad vos ex multis iam precedentibus annis». (Mas agora não tenho motivo para demorar-me mais nestas Terras e desejando já muitos anos a esta parte passar a ver-vos».

Por consequência, atendendo à tradição oral ou escrita e aos textos sagrados, não nos resta a menor dúvida de que o Convertido de Damasco estivesse nas terras ocidentais das Hispânicas, e aqui pregou a boa nova, isto é, o Evangelho de Cristo e lançou, na futura Terra de Santa Maria, a semente do Cristianismo.

Após a estada de S. Paulo na Península vieram às Espanhas os chamados = *Varões Apostólicos* = enviados, segundo a tradição, por S. Pedro e S. Paulo, no tempo de Nero, «para pregar, fundar igrejas e regular o culto e a disciplina». Eram 7, o número desses varões, e todos eles cingiram a Mitra episcopal ⁽¹⁾. Foram eles: S. Torcato, de Guadix (Cadiz); S. Cecílio, de Elvira, junto de Granada; S. Eufrásio, de Iitúrgis, junto de Andújar; S. Indalécio de Urci, perto de Vere; S. Tesifonte, de Berja, em Almeria; S. Hesíquio, de Larcesa, perto de Cieza; S. Segundo, de Abula, provavelmente a actual Abula de Almeria. Esta tradição é confirmada por modernos historiadores espanhóis que se baseiam em textos desde o século VI «alguns são de indiscutível autoridade».

No século III, o progresso da evangelização da Península tomou tal incremento que Santo Ireneu, em 180, já invocava contra os herejes o testemunho das igrejas da «Ibéria». No ano 202 Tertuliano, dirigindo-se procônsul Escápula, disse: que a conquista cristã se estendera a todos os confins da Espanha (*Hispaniarum Omnes Termini*). Neste tempo (séc. III) já a Igreja nos aparece «regularmente constituída, desenvolvida a consciência cristã em ligação com a Santa Sé os bispos peninsulares», se bem que ainda não havia em Espanha metropolitas e nem províncias eclesiásticas. Estas só apareceram com Constantino.

O século IV foi já glorioso para a Igreja de Espanha, pois em 15 de Maio do ano 300 ou 303, efectuou-se já na Igreja de Hibris, depois Elvira, junto de Granada, um concílio a que assistem 19 bispos e 24 presbíteros, de 40 dioceses, muitos diáconos e fiéis. Três dos bispos presentes eram da Lusitânia: Libério, de Mérida; Vicente, de Ossoyoba; e Quinciano, de Évora.

(1) No número dos varões apostólicos, autores há que incluem também S. Pedro de Rates, que, como já dissemos, foi o 1.º Bispo de Braga, e S. Moncio ou Marcos que pregou em Évora, a capital da Lusitânia, no tempo de Sertório.

ACHADO DE MOEDAS ROMANAS

Por JOAQUIM MARIA RIBEIRO TELES

No Monte de Mata Lobinhos, pertencente ao sr. António José Teixeira e situado perto de Coruche, junto à margem esquerda do Sorraia a uns 10 quilómetros abaixo desta vila, têm aparecido com frequência vários vestígios romanos tais como ânforas, telhas, tijolos, algumas moedas, rebordos e bocados de talhas, restos de canalizações e outros mais.

É habitual nesta região o aparecimento destes materiais mas agora, que no mesmo monte se fizeram obras e nivelamentos de terras, os achados foram em muito maior abundância e chegou também a vez das moedas.

Nos últimos dias de Novembro de 1959, quando uma mulher ali moradora revolia os restos dum velho muro que os pedreiros iam deitar abaixo, encontrou, ou melhor caíram-lhe dum buraco, juntas com bocados duma vazilha de barro, moedas em grande quantidade; depois de juntas entregou-as mais tarde ao dono da propriedade que entretanto tinha sabido e mostrado interesse em ver o achado.

Muitas das moedas já tinham sido limpas pela família e amigos da achadora e por isso ficaram bastante riscadas ou perderam completamente a patine.

As restantes, e depois também estas, foram-me entregues e verifiquei serem 700, todas de cobre, poucas de leitura impossível, outras só em parte legíveis e bastantes, a maior parte, depois de limpas principalmente de muita terra, ficaram em boa conservação.

São medianos e pequenos bronzes do Império Romano que vão desde Probo até Honório e seu irmão Arcádio, o qual foi o primeiro Imperador do Oriente por Teodósio I ter dividido o Império Romano pelos dois filhos.

São de 11 Imperadores e além das diferenças de cunhos há também a notar as legendas e exergos muito variados; apontando essas diferenças darei unicamente o número do Catálogo de Teixeira de Aragão descrevendo resumidamente as que faltam nessa obra.

É interessante a grande diferença de tamanho de moedas iguais e para terminar informo que, entrando em conta as muitas variantes, se conseguem arranjar 137 moedas diferentes e ficaram 23 por classificar devido a estarem muito danificadas. Quanto ao vaso que as encerrava não foi possível reconstituí-lo, devendo já estar partido há muito tempo a avaliar pelas moedas e pela terra que tinham.

Probo — 1833, variante RΔ no exergo	1
Constantino Magno — 2034	1
Constâncio II — 2186 — 1; 2188, V. no campo S · *, nos exergos CP?, CON, AQS — 3	4
Magnêncio — 2224, V. no exergo T(RP)? — 1; 2226, V. no exergo RT — 2; 2227, V. no exergo TRP — 1	4
Constâncio Gallo — 2235	1
Graciano — 2268, V. exergos ANTΔ, ANTA, * ASISC ·, * BSISC ·, LVCS, LVCS com S no campo, LVCP, LVCP com S no campo, PCON, TCON, SCON, SMAQ, SMAQP, SMAQS, SMNOS, SMRB, SMRE, SMRP, SMRQ, SMRT, SMTES com A no campo, SMTES com B no campo, SMTES com Γ no campo, SMTBP, SNAQS, SNAQP, SNRB	155
Valentiniano II — 2278, V. exergos ANTB, CONSA, SMRB, SMRT, SMTES e no campo Δ — 24; O mesmo tipo mas o bordo do anv. cortando a leg. em INI — ANVS; exergos SMAQP, SMAQS, SMTES com A no campo — 4; O mesmo tipo mas a seguinte leg. :DNVALENTINIANVSIVNPF AVG; exergos ASISC, * BSISC ·, PCON, SCON, SMAQP, SMAQS, SMRB, ...MRP, TCON — 25; Igual à ant. mas o busto cortando a leg.; exergos SMAQ?, SMTES com A no campo — 3; DNVALENTINIANVSPFAVG. Busto com capacete, diadema e lança sobre o paludamento. Rev. :GLORIARO MANORVM. O Imp. à militar sobre um navio com a Vitória ao leme; no campo uma coroa e no exergo TES... — 2; DNVALENTINIANVSPFAVG. Busto com diadema e gradamento. Rev. :VIRTVSEXERCITI. O Imp. à militar com o estandarte e o globo tem o pé sobre um cativo; no campo uma estrela, no exergo SMHP, ANTT — 3	61
Teodósio I — 2288, V. exergos ALEA, ANTΔ, ANTA, CONSA, CONSB, CONSR, SMHA, SMHB, SMKA, SMKB, SMKT, SMNA, SMNB, SMHA com uma estrela no campo, SMHB	

com uma estrela no campo — 107; 2289, V. exergos CONSB e CONSA — 4; 2290, V. exergos ANTB com uma cruz no campo ao alto, SMP.. e CONA com T no campo à esquerda — 3; 2291, V. exergos ANT Δ , ANT Γ , ASISC, * ASISC, CONSB, SMAQP, SMAQS, SMRB, SMRP, SMRQ, SMRT, SMTRP, no campo Δ — 64; 2293, V. exergo SMKA — 2	180
Máximo — 2300, V. exergo LVC(P)?, LVCS, PCON, SCON, SMTRP, TCON, LVCP e no campo C, LVCP e no campo P, LVCS e no campo C, LVCS e no campo υ — 90; 2303, V. exergo PCON — 2	92
Honório — 2309, V. exergos ANTA, ALEB, CONS Δ , CONTr, SMKA, SMKB, SMK Γ , SMH(A)?, CONS.. e no campo ∇ , CONS Δ e no campo uma cruz de cada lado, SMHA e no campo uma estrela, SMHB e no campo uma estrela — 45; 2310, exergos ANTr e SMN Γ — 40	85
Arcádio — 2320, V. exergos ASISC : , : ANTS com uma cruz e T no campo — 3; 2321, V. exergos ANT Δ , ANTB, CONSA, CONSB, CONST, SMHA, SMKA, SMKB, SMKT, SMNA, SMNB, SMN Γ , CONStr e no campo uma cruz de cada lado — 82; Igual à anterior, mas o busto do anv. não corta a legenda; exergos ALEA e ALEB — 6; DNARCADIVSPFA VG. Busto com diadema e paludamento. Rev. :VIRTVSE XERCITI. O Imp. com o lábaro e o globo e o pé sobre um cativo; no exergo ANT... — 2	93
Por classificar.	23
	700

Coruche, 12 de Março de 1960.



A VILA DE PENAMACOR

A CIDADE DE ASYGRIAVACA — ESTRADAS ROMANAS

Por JOSÉ MANUEL LANDEIRO

*À memória saudosa de seu Parente e Amigo,
Doutor Fernando de Almeida Ribeiro*

Penamacor é uma povoação muito antiga e a sua origem perde-se na escuridão da história. No século XVIII corria a tradição — di-lo o P.^o Manuel Luís de Carvalho, prior da extinta freguesia de S. Pedro, que, com a de Santa Maria, ficava inter-muros — que Penamacor teve os seus princípios como pequena colónia da cidade de Asygriavaca, fundada pelos assírios e de que ainda há vestígios, na Torre dos Namorados, à volta da qual se teceu uma poética lenda que deu origem à povoação da MATA DA RAINHA, e nos campos da Sarabeca (Assiribeca). Dizem que uma grande parte da pedra com que se construiu a actual ermida da Senhora do Incenso, veio dos campos da Sarabeca já aparelhada para pôr em obra. Não o duvidamos, mas primeiramente devia ter sido aplicada na desaparecida ermida da Senhora do Prado, a antecessora, em fé, da Senhora do Incenso.

Faltam-nos documentos quer epigráficos quer paliográficos, para demonstrar esta nossa impressão hipotética. Como desapareceu a cidade de Asygriavaca ou Sarabeca? A tradição a aponta como causa a tradicional invasão das formigas que chupavam o sangue dos olhos das crianças, etc. Mas foram as guerras, que em tempos idos devastaram, destruindo a ferro e fogo, muitos burgos em eras já distantes.

É indiscutível a estada dos romanos em Penamacor e seu concelho. Prova-se isso com troços de estradas romanas que se encontram, aqui e além, espalhadas através dos campos; prova-se com o célebre Tesouro encontrado em 1909 por João da Costa Martins na sua propriedade da Lameira Larga, em Aldeia do Bispo. É uma obra rara dos artistas greco-romanos; prova-se também a estada dos romanos em terras Penamacorenses pelo aparecimento de numerosas moedas, lucernas e tantos outros objectos romanos no subsolo desta região. E quem olhar atentamente para o arco da porta principal da Torre de Menagem da Vila, há pouco restaurada, colherá a impressão, que

nós colhemos, há muito, de que a vultuosa gravura em granito que lá se encontra, embora já muito corcomida e quase indecifrável pelas intempéries, deve ter sido uma águia, símbolo do império romano. Não têm aparecido também nos campos do termo de Penamacor aras votivas? Sim. Apareceu uma em Benquerença e uma outra em Aldeia do Bispo, aquela infelizmente partida um terço do seu volume. Não temos os castros luso-romanos da Senhora da Póvoa e dos Aranhões? Desta ou da Sarabeca, veio uma ara votiva que se encontra hoje numa das paredes de uma casa no Pego pertencente a José Abreu e António Antunes Durão, cuja inscrição nos foi enviada em Junho de 1947 pelo sr. José do Nascimento Teixeira, e à qual nós tivemos ocasião de nos referir aos microfones da Emissora Nacional, no dia 8 do referido mês e ano.

Outras provas da certeza da estada dos romanos nas nossas terras podíamos apresentar, mas isso não só nos ocuparia muito espaço, mas também se torna desnecessário.

Se eles cá estiveram tinham os seus caminhos ou estradas para se deslocarem de uma para outra terra ou de um para outro povo.

Tinham muitos e, por isso, nasceu o aforismo popular que diz que «todas as estradas iam dar a Roma», a cabeça do grande Império. Os romanos eram hábeis na construção e, é, por isso, que hoje, passados mais de dois mil anos, ainda podemos ver e admirar restos dessas vias que tanto contribuíram não só para a manutenção e subjugação durante séculos, dos povos conquistados, e ainda para a expansão do comércio, indústria, etc. deste grande povo. Também este povo construiu estradas nesta região.

É desta matéria que nos vamos ocupar.

Creemos não estar ainda feito este estudo e, por isso, o nosso modesto trabalho constituirá uma pequena achega para este estudo. Pedimos até, que se alguém não concordar com a nossa opinião, o favor e franqueza de no-lo comunicar.

Pelo número de estradas que vinha dar directamente à Vila de Penamacor ou que com estas tinham ligação conhecemos as seguintes, que são as principais:

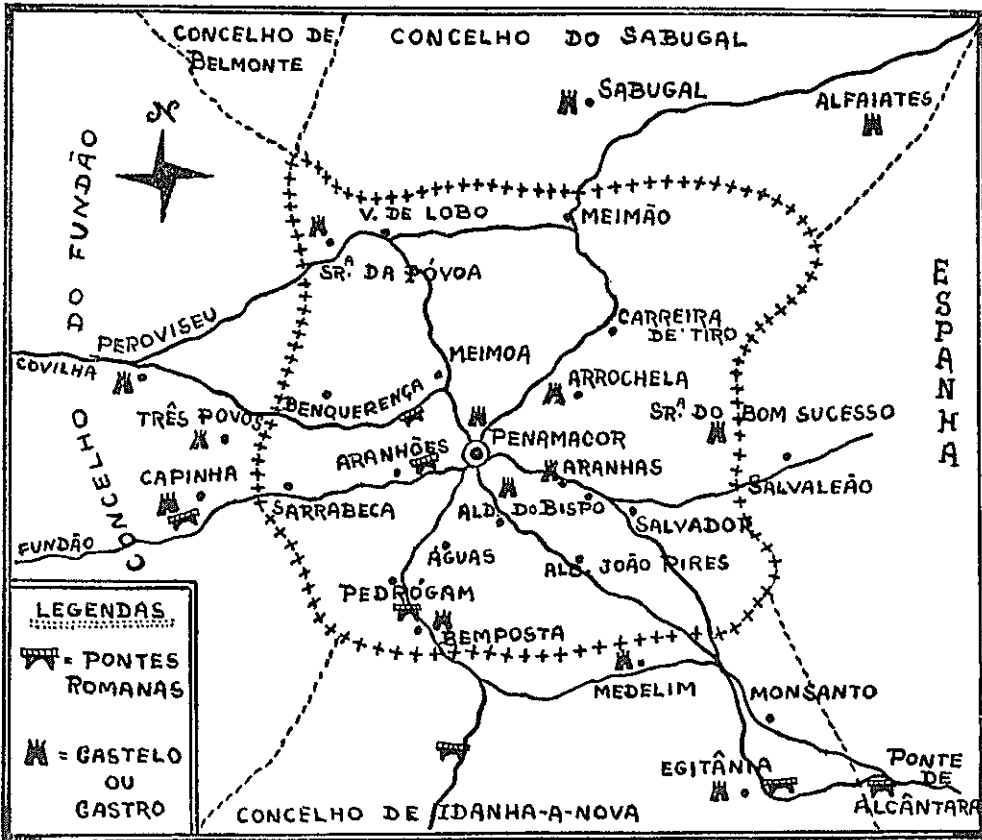
UISEU-MÉRIDA; ESTRADA DE HERODES; GUARDA-MANTEIGAS e GUARDA-MAÇAINHAS; VILA IMPERIAL. Todas estas estradas se ligavam a outras secundárias que passamos a enumerar:

MEIMOA-PENAMACOR; PENAMACOR-EIRINHAS; PENAMACOR-BEMPOSTA; PENAMACOR-SARABECA.

Por onde passavam estas vias romanas?

A de *Viseu-Mérida* saía de Viseu, passando por muitas localidades

até chegar a Mérida. Das nossas conhecidas apontamos Mangualde (junto à Senhora do Castelo), Celorico da Beira, Linhares, Cabra (hoje Ribamondego), Algodres, Guarda, Portela de Famalicão, passagem do Mondego, Valhelhas, Vale Formoso, Belmonte, Caria, Vale do Lobo (à Senhora da Póvoa), Meimoa, Carreira de Tiro de Penamacor, onde os romanos exploraram umas minas de ouro, Penamacor, continuando por Eirinhas às Minas



do Morão (Pinheiro) daqui à povoação que se ergueu no Ferrador (Vila do Melão), Lameira Larga, Medelim, que foi cidade no tempo dos romanos, Proença e Egitânia, seguindo daqui para Mérida, passando por Segura, Ponta de Alcântara e Cáceres.

A estrada de Herodes, como lhe chamou o saudoso Mestre e amigo, P.º Eugénio Jalhay à estrada que saía de Linhares para Mérida, passando entre outras terras, por Videmonte, Valhelhas, Taberna do Famalicão, indo

encontrar-se com a de GUARDA-MANTEIGAS (antigas termas) passando por Macainhas, (cruzamento), Barrelas de Famalicão onde se cruzava com a estrada de VISEU-MÉRIDA, de que já falámos, Sameiro e Manteigas VIA IMPERIAL — GUARDA — BELMONTE — GUARDA — VELA seguindo por Gonçalo (entre esta povoação e Vela existem restos de calçada), Belmonte, onde entroncam a estrada de Viseu — Linhares que seguia, como já dissemos, por Penamacor, Egitânia, para Mérida. Além destas vias principais, havia as estradas secundárias ou ramais e todos eles ligavam com aquelas grandes vias e, portanto, ligadas todas elas a Penamacor. Quais são esses ramais?

De BELMONTE para Penamacor tínhamos as seguintes, a que se ligava a estrada *Penamacor-Fundão* que passava por Aranhões-Sarabeca, TRÊS POVOS, CAPINHA, etc.:

- a) Belmonte, Poço do Inferno, Covilhã.
- b) Meimoa, Alpedrinha, Idanha-a-Velha.
- c) Caria, Capinha, Atalaia, Castelo Branco, Monte Gordo, Tomar, Tancos, Golegã, Santarém, Lisboa.

d) Caria — Fundão. Na direcção de Alcaide existem troços de vias romanas. MEIMOA-PENAMACOR, passando pela Carreira de Tiro, Deveza e Penamacor.

PENAMACOR-FUNDÃO, a que já nos referimos, passava por Aranhões, Sarabeca, Mata da Rainha, Capinha, Fundão, ligando com a da Covilhã.

PENAMACOR-CASTELO BRANCO (pela Rabaça), Bemposta, a Medelim, Proença, Ponte de S. Gens, Castelo Branco.

Assim, nós vemos qual a grande importância que tinha Penamacor no tempo dos romanos.

Através dos campos por onde passavam estas estradas, encontram-se ainda muitas pontes algumas das quais continuam indiferentes às intempéries, como sejam as de Idanha-a-Velha, Proença, S. Gens, etc., outras foram reconstruídas como as de Meimoa e Capinha reconstruídas por Filipe II, e outras desapareceram como aconteceu às da estrada *Penamacor-Fundão* junto à Senhora do Incenso.

Quem é que nos diz que as de Meimoa-Capinha foram reconstruídas?

São as inúmeras e interessantes siglas de canteiro que se encontram gravadas nas suas paredes. Os romanos desenvolveram em terras de Penamacor a indústria mineira, como por exemplo nas minas do Pinheiro, da Carreira de Tiro e no Palão ou Ceife. E, se formos à etnografia penamacorense, talvez lá encontremos pegadas romanas. Mas por hoje, terminamos.

TRIENTE DE GERONA

(NUMISMÁTICA)

POR AGOSTINHO FERREIRA GAMBETTA

Apresenta a «Nvmmvs» de Julho de 1960, a páginas 75 a 80, mais um valioso trabalho do Dr. Batalha Reis. Assim vai progredindo a numária visigoda e a já longa e sábia bibliografia do autor.

Julgo encontrar no trabalho um erro de apreciação; diz ele:

- a) Fracos recursos monetários de então (falta de um G, à mão do gravador).
- b) Quis ser e é um G (primeira letra da legenda).
- c) Vamos tentar demonstrá-lo.
- d) S, como G, e como o E curvo (nome da localidade).
- e) Único punção.
- f) Forma de meia lua (quarto de círculo).
- g) Horizontalmente.
- h) Curva para a direita, ora para a esquerda.
- i) E uncial em que esse punção curvo se repete.
- j) (Não tendo) um punção especial para o G.
- l) Colocassem duplamente o punção.
- m) Um tosco G.
- n) A primeira e última letras (S e \mathfrak{G}).
- o) Expressamente depois (nota 1).

Analisando em pormenor:

- a) Certamente que havia fracos recursos mas não havia falta das letras G e \mathfrak{G} pois ambas aparecem na moeda, simples ou compostas.
- b) Não sabemos qual a intenção do gravador mas apenas o resul-

tado. Se a letra é um S ou um \mathcal{G} não o podemos garantir. Parece-me um \mathcal{G} do tipo que uso na rubrica:

A. F. Gambetta

Não se pode porém garantir que pelo menos alguns não pronunciassem:

SERUNDA

ou

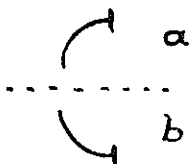
SERUNTA

c) Parece-me que não foi feita a demonstração, mas apenas posta e explicada a hipótese que uns julgarão boa e outros, como eu, má.

d) Não foi apresentada qualquer razão para confundir os elementos do \mathcal{G} e do \mathcal{E} . Eles são inconfundíveis como demonstrarei.

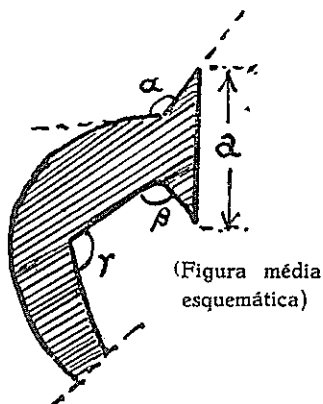
e) É impossível usar um único punção para fazer as seis metades de aquelas três letras (S, \mathcal{G} e \mathcal{E}).

Pode rodar-se um punção em torno do eixo do ferro, mas não se pode invertê-lo de forma a gravar uma figura e outra como a imagem da primeira; como quer o autor. Vejamos para o \mathcal{E} :



Não é possível fazer as figuras a e b com um único punção. Com o S já isso seria possível mas não se verifica na moeda apresentada.

Comparemos a primeira e a última letras, ou melhor os quatro elementos da forma C de aquelas duas letras (na estampa).



Pela ordem: cabeça do S, pé do mesmo, cabeça do G, pé do mesmo, as medidas são:

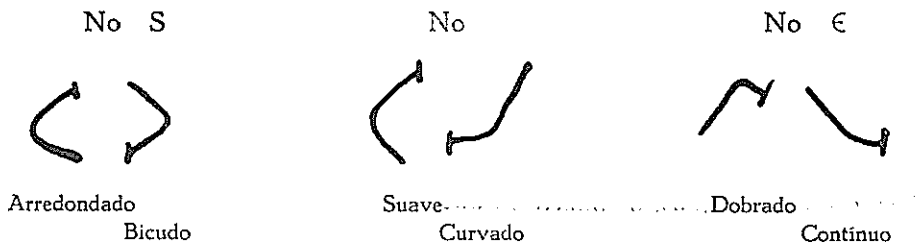
$$\begin{aligned} a &= 5,0 - 7,1 - 7,3 - 6,6 \text{ mm} \\ \alpha &= 145 - 160 - 176 - 154 \text{ grados} \\ \beta &= 92 - 102 - 121 - 96 \quad \gg \\ \gamma &= 88 - 70 - 117 - 164 \quad \gg \end{aligned}$$

Diferenças de 1,6 a 2,3 milímetros, 9 a 31 grados, 4 a 29 grados e 18 a 94 grados, embora na ampliação, não podem ser explicadas com o uso de um único ferro.

e) Ante tais divergências de medidas, sobre elementos análogos, não pode admitir-se a hipótese de um único punção. Seriam quatro punções «diferentes» e portanto melhor será pensar em dois únicos: um S e um G.

Comparando as duas metades do E, ainda a impossibilidade é maior e mesmo a superior, nunca podia ter sido feita com metade do punção do S porque as medidas lineares, os ângulos, os desenvolvimentos das curvas e as espessuras, são muito diferentes.

f) Uma meia-lua teria meia circunferência de desenvolvimento, porém os elementos do S, do G e do E não são em forma de meia-lua mas alguns até angulosos e todos diferentes:



Nos dois últimos as curvaturas são ainda de sinais contrários.

Comparando metade de qualquer das letras S e G a uma curva circular, o desenvolvimento é quase sempre muito maior que o de um quarto de circunferência e em alguns casos até, maior que o de meia circunferência; só no caso das metades do E se tratará de quartos.

g) Um elemento duma estampa só será horizontal se for plano e estiver de nível; na moeda, projectada no «plano do papel», se este estiver na mesa, tudo é horizontal.

Não quererá o autor dizer *normalmente* (segundo uma normal), em lugar de horizontalmente (segundo uma perpendicular à vertical)?

h) As curvas não estão para a direita, nem para a esquerda. Elas serão retrógradas ou directas em relação a um observador, depois de definida a origem; numa curva há sempre os dois sentidos. Bastava orientar uma de certo modo e rodar o punção de cerca de 200 grados, tornando a gravar, feita a translação conveniente.

i) Parece-me o € bem diferente do «uncial» que o autor e outros apresentam habitualmente. Ponhamos porém isso de parte; já mostrámos que o mesmo punção não pode fazer as duas metades do € porque elas são simétricas aproximadamente e além disso, os dois desenhos são diferentes, o que dava outra impossibilidade, se a primeira não bastasse.

j) Não havendo um punção especial para o G ou um grupo de punções para o compor, não aparecia o G de:

ERVIGIUS.

l) Sendo diferentes os comprimentos, os ângulos e até as espessuras, não houve *colocação dupla de punção*.

m) Não me parece tosco este ℑ mas até elegante; porém, gostos não se discutem.

n) As medidas apresentadas acima foram feitas com todo o cuidado e repetição, descontadas as sombras produzidas, entrando com as próprias, tomando valores médios dos resultados e os erros prováveis das médias foram de:

$$\begin{aligned} &\pm 0,1 \text{ mm} \\ &\pm 2 \text{ grados.} \end{aligned}$$

o) As duas faces da moeda foram feitas simultaneamente e não uma primeiro e outra depois, os punções estavam todos feitos quando se acabaram os cunhos.

O punção que *serviu* para o G de uma face poderia ter sido utilizado para a outra, sem ter que recorrer ao S.

Julgo antes que houve a preocupação de variar, o que era normal na antiguidade, na Idade Média, nos tempos modernos e até hoje.

Ali, vejamos:

Primeira face	Segunda
S	S
G	ℑ
E	€

Etc.

Finalmente, não é apresentada qualquer razão para supor que as letras foram compostas aos bocados. As junções e os esbatidos, dos elementos de cada letra, nada provam quanto a essa tese. A regularidade da gravura também não facilita a demonstração, antes leva a duvidar da ideia.

Repare-se que não a desminto, ponho a dúvida, não obstante o tom categórico de algumas das minhas afirmações.

Efectivamente, posso ser iludido pelas aparências da estampa, incluída no trabalho, entre as páginas 78 e 79; no entanto, é o autor que nos manda confrontar o que diz, com ela e já agora, pergunto: como se explica o sinal parasita do pé do S, ausente na cabeça e ausente no G; como se explica o outro sinal parasita do C, diferente e diferentemente localizado, em relação ao primeiro?

★
★ ★

Quanto eu disse, nada prejudica o trabalho do Dr. Batalha Reis, antes pelo contrário, dei-lhe atenção e chamo a atenção de todos para um facto que julgo mal apreciado. Um de nós dois não tem razão e se acaso ambos a temos, falta conciliar as divergências; talvez a moeda ajude.

Lisboa, 1960-Agosto-28.



CONTOS PARA CONTAR

Por PAULO FERREIRA DE LEMOS

Quando em 1955 publiquei um artigo ⁽¹⁾ com este mesmo título já sabia ter de voltar ao assunto, pois, como consequência da publicação do que não pretendeu ser mais que um princípio de catálogo, outros contos para contar iriam aparecendo e justificar-se-ia a sua revisão no sentido de o actualizar com novos achados.

Aproveito a oportunidade para me congratular com o aumento de coleccionadores destes estimáveis numismas e dum sei que, começando a coleccionar contos para contar depois de 1955, já tem uma muito boa colecção e lhe pertence, entre muitos outros, o lindíssimo exemplar que hoje publicamos com o n.º 39 A.

Trata-se do Ex.^{mo} sr. J. Sousa Nunes, a quem muito agradecemos a gentileza de nos permitir a reprodução do conto referido de D. Afonso V.

Os restantes a que este artigo faz referência, com exclusão dos extraídos do catálogo n.º 76 — Outubro 1921 de J. Schulman, pertencem à minha colecção.

Vem a propósito relembrar que no estudo referido apenas se consideraram tipos pois a inclusão de variantes, de que tenho visto muitos exemplares, alongaria a enumeração e aumentaria extraordinariamente o trabalho da sua recolha e respectivo desenho com a prévia certeza de que dificilmente se chegaria a resultado definitivo; deixo essa tarefa aos coleccionadores, consciente de que será mais agradável ainda o descobrir as diferenças e variações de cunho do que constar que tal ou tal variante já se encontra reproduzida.

(¹) NVMMVS Vol. III — 2 n.º 9.

APÊNDICE AO CATÁLOGO

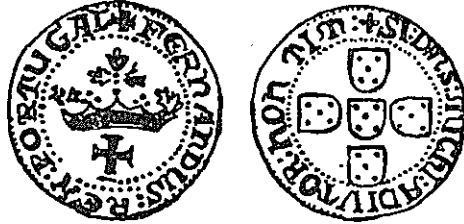
D. Afonso III
1 A —



Note-se a disposição dos escudetes e a ornamentação da legenda em volta da cruz.

Os pontos ou besantes que carregam os escudetes mostram, pela sua disposição em vau, (dois verticais encimados por dois horizontais) a filiação deste numisma no reinado de D. Afonso III.

D. Fernando
17 A —



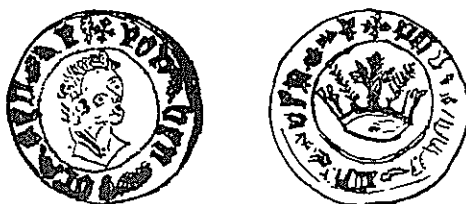
Conto de extraordinária beleza e conservação, cunhado em nome de D. Fernando e antecedente, pela inserção da coroa no campo do anverso, dos contos 20, 21 de D. João I, de 28 de D. Duarte e de 35 A de D. Afonso V

18 A —



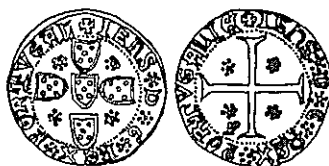
Sem características especiais que o caracterizem como conto português e portanto da mesma forma que 18 classificado como internacional, pois como é sabido, muitos destes numismas deveriam ter sido importados.

D. João I
20 —



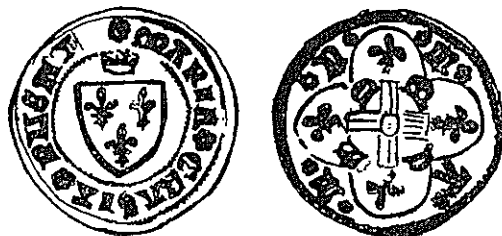
Repete-se a gravura, pois no catálogo de 1955 foi executada do avesso, não permitindo a leitura da divisa «POR BEN».

26 A —



P no quadrante inferior esquerdo da cruz, IHN S nas legendas de uma e outra face. Latão, o que exprime claramente tratar-se de um conto.

D. Duarte
28 A —



Conto para contar inspirado em moedas francesas que já tinham influenciado as dobras pé de terra de D. Fernando e de que os contos 18 e 18 A pelo reverso são, também, mostras evidentes.

Os E D que contornam a cruz e o escudo, que parece ser o de Portugal (ver 38 A) permitem admitir a hipótese de se tratar de um conto, o segundo conhecido, de D. Duarte.

As letras que contornam os arcos:

— A. M. N. M. — correspondem, certamente, a uma invocação da Virgem Maria (Avé Maria? NOSSA MÃE) como aliás sucede na legenda do anverso, ou corresponderão à finalização do distico do anverso com a palavra AM(E)N que se pode ler, quer no sentido directo quer no sentido retrógrado, com elipse do E.

D. Afonso V
35 A —

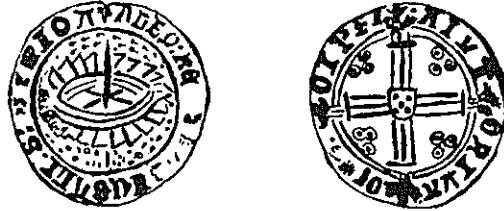


Numisma muito cerceado e gasto em que só a coroa e o rodízio apparecem com clareza.

Duas letras que encimam o rodízio poderão ser da legenda da empresa de Afonso V — he rodízio —.

Muito conveniente seria que se algum colleccionador tivesse um exemplar em bom estado, ou pelo menos melhor, o desse a conhecer para melhor esclarecimento.

38 A —



Bonito exemplar, e como já se disse pertença do Ex.^{mo} sr. Sousa Nunes, com a empresa de Afonso V (Rodízio) e a cruz ainda inspirada em dobras pé de terra.

D. João II
48 e 48 A —

Mal pensaria ao escrever no artigo anterior (Nvmms Vol. III — 2 n.º 9) a respeito de contos de D. João II:

— «45 a 48 — Moedas de conto com o pelicano, caracteristicamente de D. João II e a que só falta a legenda «*Pola lei pola grei*» — que no catálogo n.º 76 de J. Schulman iria encontrar, justamente, as seguintes descrições:

«2.239 — Jetão com o pelicano — ET. QUIMANET: IN CARITATE: IN: DEOMANET.ET — Pelicano

Reverso: TIMOR DOMINI SANCTVS PER MALETIVS EO —

O escudo coroado de Portugal (pequena coroa) ladeado de dois arabescos».

Este jetão ou conto corresponde ao 48 do catálogo e esclarece a legenda que não se pode ler no exemplar então desenhado.

No mesmo catálogo de J. Schulman, por outro lado, encontra-se sob o n.º 135 o seguinte:

«135 — Ensaio em bronze, portuguez, IOHANES. II. R.P. ET A. DNS. GUINEE:

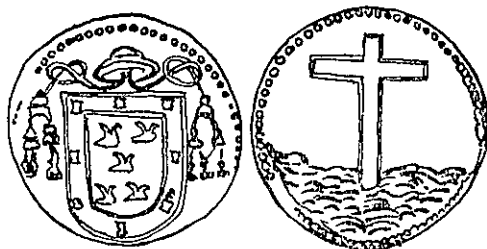
Escudo coroadado entre o—o.

Reverso PRO.LEGE. ✱ ET. GREGE. ✱

Pelicano alimentando os seus filhos.

Este exemplar que não foi reproduzido no referido catálogo é, em toda a evidência, um conto de D. João II e a este nem falta a legenda «Pola lei pola grei».

D. Henrique
117 —



Ainda no citado catálogo Schulman sob o número 2286 se encontra descrito e reproduzido fotograficamente o conto com a seguinte descrição:

«Jetão em prata. Escudo com as armas dum bispo portuguez.

Rev. Cruz sobre o mar»

Suponho tratar-se dum conto atribuível a D. Henrique pois as insignias de cardeal assentes sobre o escudo nacional (embora deturpado como era uso em contos para contar) são premissas válidas para tal afirmação, mas não é de desdenhar a hipótese de ter sido cunhado por D. António, Prior do Crato, nos Açores, representadas estas ilhas pelas cinco aves que carregam, em aspa, o escudo; a cruz sobre o mar não destoa desta hipótese.

Lisboa, Abril de 1960.

OURO AMOEDADO DA ÍNDIA PORTUGUESA

Por JOAQUIM FRONTEIRA

1.^a PARTE

Ainda está por elaborar, segundo cremos — ou, pelo menos, que saibamos, ainda não foi publicado — o Catálogo das Moedas da Índia Portuguesa. O presente escrito apenas é um modesto contributo para esse ambicioso «desideratum» dos coleccionadores dos tão característicos quanto apreciados numismas luso-indianos.

Esse será um trabalho de envergadura que só outros melhor esclarecidos sobre a matéria e com maiores possibilidades poderão tentar. Este — sem a pretensão de ir mais além de um simples rol — confina-se aos limites mais restritos dos exemplares do áureo pecúlio numismático, cunhados na Índia Portuguesa desde o reinado de «O Venturoso» ao de D. Maria II, o último em que ali, nesse Portugal longínquo, se bateu moeda de ouro em nome dos reis e senhores da Pátria lusíada.

Para este trabalho, que outro mérito não tem que o de breve ensaio e paciente compilação, houve que consultar catálogos de colecções particulares, de vendas em leilão e várias obras da especialidade, quase sempre alicerçadas no estudo dos exemplares na posse dos seus autores, dos descritos em outras precedentes ou dos oferecidos em almoeda. O seu conjunto constitui a bibliografia de que, no final, se dará notícia.

Quanto aos pesos mencionados, na impossibilidade manifesta de proceder à pesagem dos numismas referenciados em catálogos ou em outras publicações, mas em que essa indicação não era fornecida, houve que optar entre a simples média dos pesos de que se dispunha e os seus valores extremos. Foi esta a alternativa escolhida, porquanto a média simples seria pouco significativa atendendo à escassez do número de observações, que ainda menos permitiria uma razoável ponderação.

NOTA — Este artigo destinava-se, inicialmente, a ser publicado em o n.º 20-21 da «NVMMS», de homenagem à memória do ilustre arqueólogo e numismógrafo Ex.^{mo} sr. Tenente-coronel António Elias Garcia.

Dificuldades surgidas durante a sua elaboração retardaram, com muito pesar nosso, a entrega do seu original tornando, assim, impossível a sua inclusão naquele número.

Certo que teve que efectuar-se a correcção de algumas pesagens francamente erradas, preferindo-se mesmo desprezá-las, quando o erro era patente e outro recurso não havia. É também de notar que não rareiam indicações de pesos de exemplares superiores aos legais, o que é para estranhar, mórmente tratando-se de moedas de ouro... Poderia ter-se resolvido o caso substituindo simplesmente tais pesos anómalos — nascidos, por ventura, do desejo de valorizar esses exemplares — pelos que a lei lhes atribui. O facto vale, porém, como índice da confusão reinante na numismática luso-indiana: por isso se resolveu mantê-los, excepto nos casos em que a deslocação de uma vírgula ou a evidência de uma «gralha» tipográfica tornaram o erro manifesto.

Todas as indicações relativas a pesos são expressas em gramas, tendo-se efectuado a conversão nesta unidade quando outra (oitavas e grãos) era a empregada nas fontes consultadas.

No que se refere aos pesos legais são, como é óbvio, os mencionados na legislação sempre que a tal respeito ela não é omissa como, por exemplo, no caso das primeiras cunhagens de Goa ou dos vários exemplares para os quais não foi possível encontrar essa referência. Deve dizer-se que foi esta uma das dificuldades maiores entre as que se nos depararam na elaboração deste trabalho, não só pela carência de fontes, como ainda pelas discrepâncias entre citações respeitantes às mesmas moedas.

As indicações complementares apresentadas servem apenas para auxiliar a identificação dos diversos exemplares, mas sem a preocupação de se fazer a sua descrição sistemática. Todos eles são considerados como conhecidos e existentes numa ou noutra colecção, citados em catálogos, ou oferecidos à venda em casas da especialidade ou em almoeda.

Pelos obstáculos com que topamos na realização deste pequeno trabalho avaliamos bem aqueles com que se defrontará quem a cometimento de maior vulto, neste campo, se abalançar. Não temos, como dissemos, a pretensão ou a ilusão de apresentar uma produção completa ou isenta de falhas — difficilmente sairá incólume de um silvado quem o atravessar, ainda que voluntariamente. É que o estudo da numismática luso-indiana é tão vasto e cheio de interesse quanto fértil em decepções, mórmente quando o ineditismo surge ungiendo como «únicos» exemplares com «pedigree» adrede difusa... E até alguns Mestres — sem desprimor se diga — ou curando por informações, ou mesmo fazendo fé em gravuras idealizadas, têm escorregado em tão lama-centos trilhos! Mais tarde, e com uma probidade que só muito os dignifica, vêm rectificar as suas passadas afirmações acerca da não existência de determinado exemplar, ou sobre considerações feitas quanto à autenticidade de outros!

Actualmente é já um tanto ousado afirmar que certa moeda da Índia Portuguesa, omissa ou mesmo citada na legislação coeva, não foi batida por não ser ainda conhecido exemplar algum, ou que, estando presente, se trata de uma contrafacção. Em boa verdade, por vezes, é também difícil afiançar a sua autenticidade, em especial quando se encontra em mau estado, cerceada ou até quando o seu peso se afasta do presumivelmente legal.

Citaremos alguns casos.

No Catálogo do 74.º leilão de moedas da Casa Molder, realizado em Lisboa, a 12 de Outubro de 1954, apresentou-se com o n.º 333 um exemplar do *S. Tomé, de ouro, de 2 xerafins, de 1775, do reinado de D. José I*, com a descrição seguinte:

«Anv. — Escudo coroadado contendo uma estrela de cinco raios em lugar das quinas.

Rev. — DOIS XEREFIOUS em caracteres bárbaros. No campo cruz de S. Jorge com o braço inferior mais comprido cantonado pelos algarismos 17-15. Mod. 10 mm. Belo. Extremamente rara. Segundo exemplar conhecido. Falta em todos os catálogos e é variante do n.º 7 de Aragão».

Cotado por 12.000\$00. Não consta o peso deste exemplar.

Não assistimos à sua arrematação mas informaram-nos, posteriormente, que havia sido adquirido por cerca de 4.000\$00.

Temos na nossa colecção um outro exemplar, muito semelhante ao acima descrito, que julgamos poder afirmar não ser do mesmo cunho, com o peso de 0,68 g (v. fig. 1). O apresentado pelo Dr. Teixeira de Aragão, na sua monumental obra «*Descrição Geral e Histórica, etc.*», pesa 0,75 g (cf. a fig. 7, Est. IV e pág. 330 do vol. III). Finalmente sabemos da existência de mais outro exemplar na valiosa colecção do nosso Amigo e Confrade sr. Eduard van der Niepoort, um tanto diferente dos anteriores e pesando 0,77 g. Há, portanto, pelo menos, quatro moedas de cunhos e pesos diferentes entre si e do legal que é de 0,80 g.

No Catálogo da mesma Casa, relativo ao 75.º leilão, que teve lugar em Lisboa, nos dias 25 e 26 de Novembro de 1954, encontra-se sob o n.º 523, um exemplar do *S. Tomé, de ouro, de 12 xerafins, de 1664, do reinado de D. Afonso VI*, descrito da forma seguinte:

«Anv. — AFONSVS...TEGIS...P... (Afonsus Regis P. R.). Custódia sobre altar dentro de um círculo de glóbulos. — Falta em todos os catálogos. Pesa 5 gramas».

Acerca desta moeda estabeleceu-se, então, controvérsia, tendo sido

publicado um artigo — julgamos que em «As Novidades» — da autoria do sr. dr. Aurélio Ricardo Belo, intitulado «*O Simbolismo religioso no sistema monetário português da Índia*», no qual ela é considerada autêntica.

Atribuível ao mesmo reinado conhecemos outro numisma pertencente à colecção do também nosso Confrade e Amigo sr. eng.^o Ferraro Vaz, ainda inédito, o *S. Tomé, de ouro, de 5 xerafins, de 1660*, que passamos a descrever:

Anv. — Escudo com sete castelos e cinco quinas, alteado na ponta do chefe, com três pequenas cruces. Em torno a legenda REX PORTUGALLE, dentro de um círculo.

Rev. — S. Tomé nimbado e em posição de abençoar, de pé, voltado à esquerda, separando a data 16-60. O todo dentro de um círculo. Em volta a legenda STHOME e duas letras ou sinais ilegíveis.

Módulo 15 a 16 mm. Peso 1,35 g (v. fig. 2).

Tratar-se-á de uma variante do S. Tomé, da mesma data, citado por Jean Baptiste Tavernier, nas «Six Voyages, etc.» e cuja existência tem sido contestada?

Na mesma colecção ainda se encontra o seguinte exemplar, também inédito, do *S. Tomé, de ouro, de 8 xerafins, de 1819, de D. João VI*, que a seguir se descreve:

Anv. — Escudo oval, com cinco quinas, cercado por ornamentação rematada, inferiormente, por uma cruz.

Rev. — Cruz equilátera de S. Tomé cantonada por 8 — X e 18 — 19.

Módulo 15 a 16 mm (a moeda é ligeiramente elíptica). Peso 2,90 g (v. fig. 3).

Os exemplares conhecidos de 8 xerafins, quer de D. João regente quer de D. João VI, pesam à volta de 3,20 g, ou seja mais 0,3 g do que o descrito. Mas será essa diferença de peso motivo suficiente para o considerar um exemplar contrafeito?

Entre as moedas de ouro que mais despertam o apetite dos coleccionadores de numismas luso-indianos contam-se os exemplares de um e de dois xerafins. Pequenas, guardadas ou como mera curiosidade de momento, e que depois perdurou, ou como precioso amuleto, quando não perdidas em virtude das suas reduzidas dimensões, o facto é que, tanto umas como outras, rareiam nas colecções particulares ou públicas, ao contrário do que sucede, por exemplo, com os exemplares de maior valor intrínseco, como os de 12 xerafins. Daqui precisamente a preferência que lhes é dada pelos modestos

e anónimos «dignos émulos de Becker», como, na sua pitoresca prosa, designa Manuel Joaquim de Campos os «fazedores» de numismáticas raridades...

Depois deste pequeno exórdio cumpre-nos apresentar os devidos agradecimentos aos nossos Confrades srs. engenheiro Ernesto Michaëlis de Vasconcellos e banqueiro Afonso Pinto de Magalhães pela amabilidade com que nos facultaram informações sobre exemplares das suas valiosas colecções. Mais particularmente ainda o fazemos aos nossos amigos srs. Eduard Marius van der Niepoort e eng.º Joaquim Ferraro Vaz — ao primeiro pelos numerosos e excelentes decalques fornecidos da sua colecção e ao segundo pela autorização, amavelmente concedida, para fotografar e descrever os seus exemplares inéditos. Terminamos agradecendo também aos prezados Consócios srs. Coronel Mário Revisioni Ramires e António Pinto de Sousa a sua obsequiosa interferência neste assunto.

(*Continua*)



Fig. 1



Fig. 2

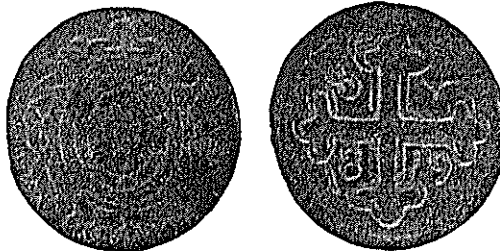


Fig. 3

NOVAS MEDALHAS

Por ALEXANDRE FERREIRA BARROS

A comemoração dos mais destacados acontecimentos da grei portuguesa, através da medalhística, sofreu um rude golpe com a perda do artista gravador, João da Silva. A dignidade dos seus trabalhos, o carinho com que ordenava as suas composições, os seus letreiros cuidadosamente adaptados, o vigor do seu estilo, são perdas irrecuperáveis na medalhística portuguesa.

Apesar do seu classicismo, um tanto *démodé*, João da Silva foi um talentoso gravador, probo e fructuoso, que estudou conscienciosamente todos os seus trabalhos que se caracterizam e integram dentro da verdadeira Arte da medalha.

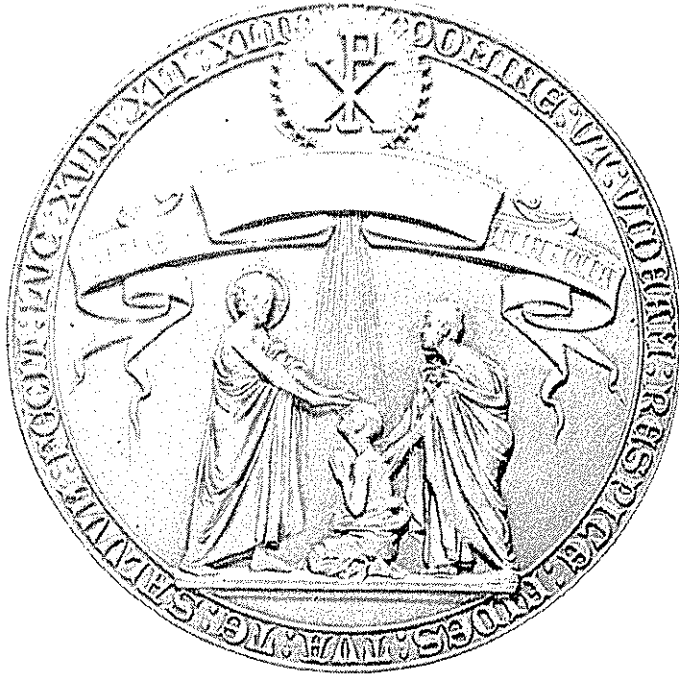
Não seria exagerado apelar João da Silva de Um dos precursores da verdadeira medalhística portuguesa, dada a fragilidade anterior da nossa gravura. De facto, se pusermos de parte três ou quatro nomes, e alguns estrangeiros, as medalhas, cunhadas em Portugal até ao século XX, carecem de verdadeiro sentido medalhístico.

Tanto, é, porque, desde Pisanello, esta arte implica com a rememoração do facto a destacar do fluxo normal dos acontecimentos, através de uma matéria que permaneça, impregnada duma arte que o dignifique. Só assim, como binómio matéria-arte, o acontecimento ultrapassará o limiar da História Metálica, numa fase verdadeiramente monumental.

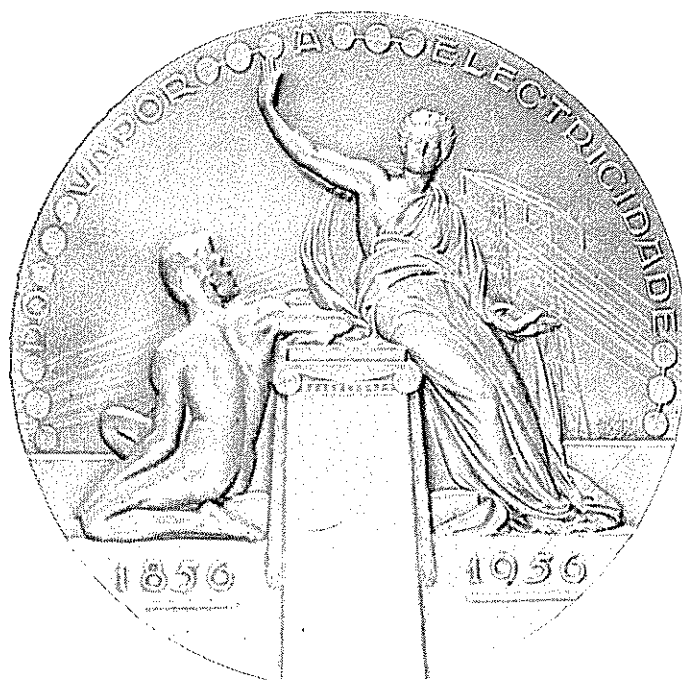
É esta, uma das características da medalha, que a transforma numa espécie de arco de triunfo, onde o acontecimento, será aclamado através do tempo.

Foi por esta simbiose que Pisanello iniciou em 1438, durante a visita do Imperador bisantino João VIII, «O Paleologo», a divina arte destinada, antes de mais, a imortalizar tudo o que mereça sobreviver. Seguiram-no uma legião de gravadores, mais ou menos felizes, numa variedade de escolas, ou estilos, através destes cinco séculos e pico. Por cá, também despertamos, e alguns obreiros, gigantes, levantaram as nossas medalhas ao nível das

NOVAS MEDALHAS



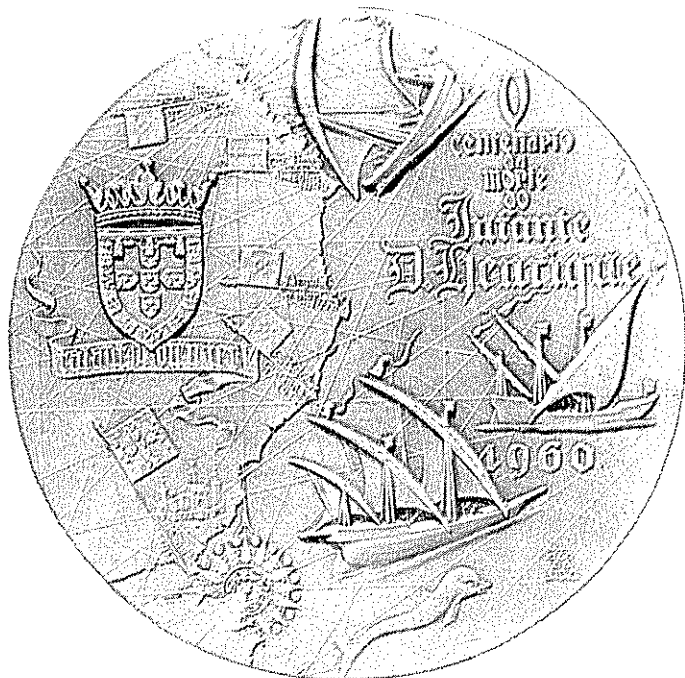
NOVAS MEDALHAS



NOVAS MEDALHAS



NOVAS MEDALHAS



melhores do mundo. João da Silva esteve entre esses e dos melhores foi, indubitavelmente.

Não admira pois, que, deste cantinho da NVMMVS, nós tentemos tornar mais conhecidos quatro trabalhos desse grande gravador; grande em qualquer época, grande em qualquer parte e grande no seu estilo.

A gravura número 1 corresponde à medalha dos médicos católicos. Exemplar em bronze devidamente patinado. No anverso, a iminente figura de Pedro Hispano, Papa de nacionalidade portuguesa, autor da obra sobre medicina intitulada «Thesaurus pauperum». No reverso uma interessante síntese de cura miraculosa.

A número 2, comemorativa do «Primeiro centenário dos caminhos de ferro portugueses», em bronze. No anverso, duas figuras simbolizando a força do vapor e da electricidade, parecem esculpidas por Donatello. O reverso explica com fidelidade a natureza do centenário que comemora.

A número 3 comemorativa do terceiro centenário da Consagração de Portugal a N. S. da Conceição. No anverso o retrato de D. João IV, Duque de Bragança. No reverso N. S. da Conceição entre os braços de V. Viçosa e de Évora.

«D. João IV por Decreto de 24, e Carta Régia de 25 de Março de 1646, se lhe constituiu feudatário, e a fez jurar Padroeira do Reino».

Número 4, comemorativa do 5.º centenário da morte do Infante, contém também a assinatura do escultor-medalhista Vasco da Conceição, que nela colaborou depois da morte do seu principal autor. Belíssimo trabalho medalhístico! No anverso a figura de D. Henrique, sobressai do bronze, na sua pujança histórica, de autor da nossa expansão Ultramarina. No reverso uma síntese histórica das navegações portuguesas através do Mundo.

NOTA DA REDACÇÃO—Na Colecção desta Sociedade, existe um exemplar de cada uma das medalhas citadas, gentilmente cedidas pelas entidades que as mandaram cunhar e foram:

N.º 1—Associação dos Médicos Católicos Portugueses.

N.º 2—Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

N.º 3—Fundação da Casa de Bragança.

N.º 4—Comissão Executiva do 5.º Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE UMA MEDALHA

Encontra-se desde há pouco tempo exposta nos escaparates da Sociedade Portuguesa de Numismática uma medalha que gentilmente lhe foi oferecida pela Direcção do Clube Fenianos Portuenses.

Estas breves notas destinam-se, em certa medida, a arquivar para a posteridade os seus elementos de identificação em resumido bosquejo histórico.

Orientava os destinos da colectividade no ano de 1954, data em que o Clube perfazia meio século de existência, uma direcção que tinha como presidente e vice-presidente os drs. Raul Gonçalves e Arlindo de Magalhães Júnior, actuais sócios da S. P. N.

Resolveu essa Direcção festejar condignamente as bodas de ouro do Clube gizando, para tal, programa adequado. Assim se reorganizaram interessantes cortejos carnavalescos evocativos dos áureos tempos da rivalidade Fenianos-Girondinos saudosamente recordados pela população tripeira. Promoveram-se conferências, saraus de arte, bailes, banquetes, etc., e foi resolvido também cunhar uma medalha comemorativa cuja finalidade, ou não fosse a divisa dos Fenianos — «Pelo Porto» — consistia em galardoar personalidades ou entidades que em prol da grandeza do Porto se houvessem distinguido.

Transcrevemos da acta n.º 1.197, de 17 de Dezembro de 1854 o seguinte passo que, a esta medalha faz referência: «*Medalha do Cinquentário dos Fenianos*». — «Comemorando a passagem dos cinquenta anos de vida do nosso Clube foi presente a medalha comemorativa que se mandou fazer e que tem num lado o primeiro emblema do Clube e no outro o emblema actual».

«Esta medalha é destinada a galardoar homens e entidades que se tenham destacado na defesa da cidade do Porto».

«Resolvido concedê-la aos Ex.^{mos} srs. Arnaldo Leite, dr. Manuel Monterroso, Maestro Raul Casimiro e dr. Magalhães Basto».

«As entidades ficaram como sugestões os de: Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Bombeiros Voluntários do Porto e Portuenses».

«Resolvido estudar este assunto com a gravidade que requer o prestígio do Clube».

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE UMA MEDALHA



São estas as primeiras referências que no livro de actas da Direcção se fazem à cunhagem desta medalha comemorativa.

Não se pode pois precisar qual foi o director que concebeu a ideia da sua criação nem tão pouco em que data foi proposta a sua confecção.

Não consta de qualquer acta a autorização para a sua cunhagem nem existiu qualquer pessoa ou comissão encarregada de estudar o assunto e apresentar um anteprojecto ou maqueta para ser apreciado pela Direcção do Clube. Tão pouco foi encarregado qualquer artista portuense de apresentar um trabalho original.

Como se infere da citada acta, em 17 de Dezembro de 1954 foi a medalha já pronta, apresentada à Direcção, que a aprovou.

Pelas caixas em que vinham acondicionadas pode concluir-se que saíram das oficinas do esmaltador-ourives-joalheiro sr. João Baptista Cardoso, da rua do Alferes Malheiro, 154, da cidade do Porto.

A entrega solene desta medalha foi marcada, conforme consta da acta n.º 1.207 de 15 de Junho de 1955 para o dia 30 do mesmo mês.

A sua distribuição foi realmente feita em 30 de Junho de 1955. Sendo solenemente entregues exemplares aos Ex.^{mos} Senhores:

Arnaldo Leite

Dr. Manuel Monterroso

Maestro Raul Casimiro

Dr. A. de Magalhães Basto

Joaquim Martins de Moura (sócio mais antigo dos Fenianos)

Liga Portuguesa de Profilaxia Social e Coral Polifónica Folhas
Novas (Corunha)

Foram distribuídos ao todo sete exemplares. Sabemos ter sido reservado um exemplar para a colecção do dr. Arlindo Lima de Magalhães Júnior. Existe além do exemplar entregue à Sociedade Portuguesa de Numismática um outro arquivado no Museu do Clube.



MEDALHA COMEMORATIVA DO 50.º ANIVERSÁRIO DO AERO CLUBE DE PORTUGAL

Por A. P. MARTINS

Baseado em uma ideia do Ex.^{mo} sr. coronel Pinheiro Correa, Presidente do *Aero Clube de Portugal*, o Mestre gravador *Marcelino Norte de Almeida* gravou a *medalha comemorativa* do 50.º aniversário da fundação daquele Aero Clube.

Este aniversário coincide com o 250.º da elevação do primeiro aeróstato, em todo o mundo, de invenção do luso-brasileiro Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão e que fez esta experiência perante o Rei D. João V e sua corte, em Abril de 1709.

Em uma das faces, reproduz-se a gravura da célebre «PASSAROLA» tirada de um desenho feito pelo próprio Gusmão e por ele posto a circular em um «Folheto» publicado naquela mesma data. A completar, as datas 1709 e 1959 e a legenda: 250.º ANIV.º DA INVENÇÃO DO AEROSTATO POR BARTHOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO.

Na outra face, três fases da História da Aviação em Portugal são representadas, respectivamente, pelo balão de Vincenzo Lunardi — o primeiro mortal que viajou pelo ar em Portugal — o avião «Lusitânia» que Gago Coutinho e Sacadura Cabral utilizaram para início da viagem ao Brasil, e uma esquadrilha de aviões militares a jacto. Completando mais esse belo trabalho de Norte de Almeida, as legendas: 1922. 1.ª TRAVESSIA. DO ATLANTICO SUL., e, 1909. PORTUGAL. CONTRIBUIU. PARA. O. PROGRESSO. DA. NAVEGAÇÃO AÉREA. 1959

Foram cunhadas medalhas de prata (10) e de cobre (200).

NOTA — Os sócios interessados poderão dirigir-se ao Aero Clube de Portugal, em Lisboa, onde existem ainda exemplares à venda.

MEDALHA COMEMORATIVA DO 50.º ANIVERSARIO
DO AERO CLUBE DE PORTUGAL



V Á R I A

A PROPÓSITO DA «NUMÁRIA MEDIEVAL PORTUGUESA» DO ENG.º J. FERRARO VAZ

Estudioso apaixonado e arguto de todos os problemas pertinentes à Numismática, acaba o Ex.^{mo} sr. eng.º J. Ferraro Vaz, a quem a bibliografia numismática portuguesa deve já obras do mais assinalado mérito, de publicar o seu último trabalho sobre «Numária Medieval Portuguesa», abrangendo a época de 1128 a 1383, de que temos por agora apenas o Tomo I.

Mesmo tendo em conta o âmbito de certo modo restrito a quem uma obra tão profunda pode interessar, não pode deixar de assinalar-se com o mais franco entusiasmo a sua publicação, que se destaca, para além dos ensinamentos que proporciona, pelo esmero e cuidado da sua apresentação gráfica, esquematização e ordenação do texto e gravuras, enfim, por um conjunto de atributos que a situam no plano das verdadeiras obras de excepção.

Trabalho exaustivo de investigação tendente a esclarecer uma das mais opulentas épocas da nossa numária, tão rica de sugestões e de dados históricos do maior interesse não só do ponto de vista numismático como no que se refere à própria vida da nacionalidade, nele encontram os especialistas amplos ensinamentos para múltiplos problemas inerentes ao estudo e classificação dos nossos primeiros numismas.

Não é nosso propósito, como se compreende, esboçar sequer uma crítica a um estudo de tal profundidade, para o que nos escasseariam mesmo os méritos.

Tudo quanto nos propomos, portanto, ao dar o devido relêvo ao aparecimento deste livro, é chamar para ele a atenção dos estudiosos e dos investigadores, que uns e outros nele vão encontrar abundante matéria digna da maior ponderação.

Julgamos digno de particular realce toda a parte relacionada com a identificação dos moedeiros e oficinas encarregadas do lavramento dos res-

pectivos exemplares, por ser daquelas em que mais escasseiam os elementos de investigação, visto que, não obstante esta dificuldade, as diversas oficinas monetárias nos aparecem individualizadas com todos os detalhes e ainda tudo quanto respeita à metrologia e leis monetárias, pelo exaustivo trabalho que terá exigido a coligir.

Enfim, também o estudo dos símbolos que guarnecem as faces das moedas oferece o maior interesse, não só pelo seu desenvolvimento, que permite explicar muitos pontos de dúvida e que não raro têm sido objecto de opiniões dispaes, como ainda pelo modo como se encontra documentado através de sinais, legendas e fotografias bastante esclarecedoras.

O aparecimento do 1.º volume deste livro, que enriquece assim de forma notável a nossa bibliografia da especialidade, desperta em nós o veemente desejo de vermos em breve surgir o que se lhe siga até se completar esta obra, que figurará sem dúvida como o melhor contributo do espírito culto, sabedor e esclarecido do Ex.^{mo} sr. eng.º J. Ferraro Vaz à causa da Numismática.

ANTÓNIO TEIXEIRA



ASSEMBLEE GENERALE DE L'ASSOCIATION INTERNATIONALE DES NUMISMATES PROFISSIONNELS

Desta Associação Internacional recebemos a indicação, de que na sua 9.ª Assembleia Geral foram tomadas entre outras as seguintes decisões:

«A fim de dar a conhecer as medalhas e moedas a um maior número de interessados, foi deliberado continuar com a publicação de trabalhos numismáticos, de uso prático para os coleccionadores, e de fazer maior publicidade».

FALSIFICAÇÕES RECENTES DE MOEDAS ANTIGAS, PORTUGUESAS

POR ALEXANDRE FERREIRA BARROS

Com a circular de 28 de Dezembro último, a Sociedade Portuguesa de Numismática deu conhecimento a todos os seus associados que apareceram, em Lisboa, vários exemplares de moedas portuguesas falsificadas.

A relação que recebemos anunciava as seguintes:

D. João V	cruzado	1750	F.V.	423
D. Maria I	»	1782	F.V.	138
»	»	1798	F.V.	149
D. João P.R.	»	1812	F.V.	41
»	»	1814	F.V.	43
D. João VI	»	1820	F.V.	34

A referência ao catálogo de Ferraro Vaz do cruzado de D. João V deve ser lapso e deve ser rectificado para F.V. 422. Entretanto há novas notícias de que apareceram outros tipos de moeda, igualmente falsificados. Os exemplares para as fotografuras que aqui apresentamos foram amavelmente oferecidos à S. P. N. pelo nosso consócio Ex.^{mo} sr. Sousa Nunes, que foi o primeiro coleccionador que descobriu a fraude.

Esta descoberta, que achamos conveniente divulgar em grande escala de forma a acautelar-se devidamente a boa fé dos coleccionadores, mostra a necessidade de, na nossa Sociedade, se criar uma secção destinada a estudar convenientemente qualquer moeda que mereça desconfiança. Existem inúmeras moedas falsificadas, desde as antigas gregas e romanas, até às mais recentes, de todas as nacionalidades. Fundidas, batidas, cunhadas e até feitas em prensas modernas de amoedação; moedas raras e até comuns, todas tem merecido, mais ou menos, as atenções dos falsificadores.

Um dos mais antigos, que falsificaria cunhos para moedas do período de Júlio César a Domiciano, foi Giovanni Cavino, natural de Pádua. Assistido

por um filho, Vincenzo Cavino e por um amigo Alessandro Bassiano produziu exemplares de considerável mérito artístico conhecidos pela designação de «paduanos». Cavino viveu no século XVII.

No século XVIII Saint Urbain também abriu cunhos de moedas antigas. Mas o mais famoso e perfeito imitador de moedas, foi o alemão Karl Wilhelm Becker que de 1805 até 1830 teve uma actividade espartosa no campo destas falsificações. Fabricou centenas de moedas gregas, romanas, visigodas, de vários países e até medalhas. Os exemplares de BECKER são conhecidos de quase todos os coleccionadores e mencionados por vários numismatógrafos. George Hill publicou um curioso trabalho descritivo deste falsificador, em dois volumes, intitulado «Becker, o falsificador».

Com nome na triste história das falsificações apareceu, mais tarde, um grego de nome Christodoulos que se dedicou às moedas gregas, e que também teve as honras de ser biografado por J. Svoronos, num interessante trabalho, com o sugestivo título de «Mille coins faux de Christodoulos».

Destes intrujões numismáticos não há grande memória em Portugal, apesar de a cada passo toparmos com moedas portuguesas falsificadas. A escassez deve ter sido proveniente da reduzida procura de tal mercadoria, ou da falta de merecimento da produção.

Mas, de repente, aparece uma «burra» cheia de cruzados de boa prata, no mercado lisboeta. O nosso ilustre consócio acima referido, habituado a examinar, cuidadosamente à lupa, qualquer moeda que lhe cai nas mãos, numa investigação intensa, perseverante, logo se apercebeu do logro. — Alto lá! A coisa não me cheira! — Com os anversos bem iluminados, a luz razante e a lupa vagarosamente percorrendo a topografia dos cunhos, o nosso ilustre consócio calmamente analisou as numismas como bom coleccionador que é. Continham alguns pormenores estranhos: uma coroa com pérolas punçoadas, umas junções insólitas nas hastes das coroas, um estilo diferente. Depois o encordoadado, na serrilha, aqui limado a fingir de gasto, noutras lindo como que feito há dias. Voltou-as do reverso, e o resto do «gato» apareceu-lhe completamente. Os seis reversos alambusados com uma pseudo-pátina, pareciam gémeos! Através da lupa já não teve dúvidas: era um único e o mesmo cunho. Bem feito, na verdade, mas nitidamente o mesmo, apesar da esperteza do falsário, que levava a habilidade a desgastar alguns florões, a martelar algumas letras e a limar algumas superfícies.

Mais uma vez a mira do lucro perdera o falsário.

O resto já não pertence à Numismática.

FALSIFICAÇÕES RECENTES DE MOEDAS ANTIGAS, PORTUGUESAS



VIDA SOCIAL

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

NOVOS SÓCIOS EFFECTIVOS

- N.º 277 — Francisco Pereira Beija — Eng.º Agrónomo — Setúbal
N.º 278 — Luís Corte Real de Almeida — Major do exército — Abrantes
N.º 279 — Alípio de Almeida Santos — Despachante Oficial — Porto
N.º 280 — Francisco Pestana de Vasconcelos — Eng.º Agrónomo — Porto
N.º 281 — Manuel António Braga da Cruz — Prof. Liceal — Braga
N.º 282 — Luigi Simonetti — Numismático — Firenze — Itália
N.º 283 — Joaquim Vicente Sampaio Freire — Comercialista — Lisboa
N.º 284 — Fernando da Costa Campos e Oliveira — Médico veterinário — Lisboa
N.º 285 — Edmundo Augusto de Sousa e Cunha — Contabilista — Porto
N.º 286 — Raúl Mário Guimarães Perry Begonha — Comerciante — Porto
N.º 287 — Arnaldo Teixeira — Agricultor-proprietário — Setúbal
N.º 288 — João Costa Lopes — Agricultor-proprietário — Lisboa
N.º 289 — Dimas Domingues da Silva — Proprietário — Espinho
N.º 290 — Ismael de Sousa — Industrial — Porto
N.º 291 — Hipólito da Silva Seixas — Empregado de Escritório — Ambrizete
N.º 292 — Afonso Alves de Araújo — Capitão do exército — Peso Régua
N.º 293 — Augusto Domingos dos Santos — Comerciante — Lisboa
N.º 294 — Gualdim Brandão de Sá Sotto Mayor Pizarro — Desenhador — Porto
N.º 295 — D. Manuel de Almeida de Azevedo e Vasconcelos — Taveiro — Coimbra
N.º 296 — Hans M. F. Schulman — Numismático — New York — U. S. A.
N.º 297 — Lourenço da Cruz Fragata — Secretário Circunscrição — Luanda
N.º 298 — José Maria Serrano Vieira — Funcionário Público — Lisboa
N.º 299 — Artur Salgueiro Barradas — Empregado de escritório — Porto
N.º 300 — Francisco Xavier Antunes — Industrial — Lisboa
N.º 301 — Mário de Castro Hipólito — Prof. Liceal — Coimbra
N.º 302 — Nuno José da Silveira de Sant'Ana Mendes — Eng.º Civil — Lisboa
N.º 303 — José Manuel Vasconcelos de Sousa Faria — Profissional de Seguros — Porto
N.º 304 — José António Gonçalves — Empregado de escritório — Carcavelos
N.º 305 — Nuno Alberto Pereira Basto Folque — Eng.º agrónomo — Lisboa
N.º 306 — Augusto Ribeiro Viseu — Médico — Porto
N.º 307 — Jaime Ribeiro de Oliveira — Prof. do ensino secundário particular — Viseu
N.º 308 — Ricardo Ferreira — Regente agrícola — Abrantes
N.º 309 — António Maria de Araújo Venâncio — Comerciante — Braga
N.º 310 — Mário Pedroso de Lima — Comerciante — Lisboa
N.º 312 — António Teles de Meneses Júnior — Industrial — Freamunde
N.º 313 — José Pestana de Vasconcelos — Licenciado em Direito — Porto
N.º 314 — Adelino Augusto de Amorim Corrêa — Comerciante — Braga

BIBLIOTECA DA S. P. N.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Ofertas particulares:

- Do SR. ALFREDO MOTA
Medalha da Rainha D. Amélia
- Do SR. JOAQUIM FIGANIER
Moedas árabes do século XII encontradas no Conselho de Sesimbra
- Do SR. EDUARD NIEPOORT
Recortes: Notícias publicadas nos jornais de interesse Numismático
- Do SR. DR. FERNANDO ALMEIDA RIBEIRO
Doutoramentos em Coimbra — Coimbra Médica — Uma Visita — Dois Dedos de Criptografia

Obtidas por intercâmbio:

- De ÓSCAR RINALDI — CASTELDÁRIO, MANTOVA, ITALIA
Itália Numismática. N.º de Maio a Setembro de 1959
- Da CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
Boletim Cultural — Volume XXI. Setembro-Dezembro 1959. Fasc. 3-4
- Da JUNTA DE PROVÍNCIA DO DOURO LITORAL
Douro Litoral — Nona Série. Volumes II e III
- De B. A. SEABY — LONDRES
Seaby's Coin and Medal Bulletin — Boletim Mensal. N.º de Junho a Dezembro de 1959
- Da STADT UND UNIVERSITÄTSBIBLIOTHEK — BERNA
Schweizer Münzblätter — N.º de Abril, Julho e Novembro de 1952
- Da SOCIEDADE MARTINS SARMENTO — GUIMARÃES
Revista de Guimarães — Volume LXIX. N.º 1 e 2
- Do MUSEUM FÜR HAMBURGISCHE GESCHICHTE — ALEMANHA
Numismatisches Nachrichtenblatt (Revista mensal). N.º de Junho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro
- Da HAMBURGER BEITRÄGE ZUR NUMISMATIK
N.º 12/13 — 1958-59
- Da SOCIEDADE NUMISMÁTICA DO RIO DE JANEIRO
Boletim da Sociedade
- De SPINK & SON, LTD. — LONDRES
The Numismatic Circular — Boletim mensal. N.º de Maio a Dezembro de 1959
- Da INSTITUICIÓN «PRINCIPE DE VIANA» — PAMPLONA — ESPANHA
Príncipe de Viana. Ano 20 — 74/75

- Da SOCIEDADE IBEROAMERICANA DE ESTUDOS NUMISMATICOS — MADRID
NVMISMA (Revista trimestral). N.º de Março, Abril, Maio e Junho 1958
- Da NUMISMATISCHE KOMMISSION — SUÉCIA
Nordisk Numismatisk Arsskrift — 1957-58
- Da CESKOSLOVENSKÁ AKADEMIE VĚD — CHECOSLOVAQUIA
Bulletin. N.º de Janeiro, Março e Abril
- Da GAZETTE NUMISMATIQUE SUISSE
Schweizerische Numismatische Rundschau. N.º XXXIX
- Da SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA
Boletim de 1959
- De ÓSCAR RINALDI: CASTELDARIO, MANTOVA, ITALIA
Itália Numismática — N.º de Outubro de 1959 a Dezembro de 1960
- Da CAMARA MUNICIPAL DO PORTO
Boletim Cultural — Volume XXII. Fasc. 1-2 — 1959 — Volume XXIII — 1-2 — 1960.
- Da JUNTA DE PROVÍNCIA DO DOURO LITORAL
Douro Litoral — Nona Série — Volume IV
- De B. A. SEABY — LONDRES
Seaby's Coin and Medal Bulletin — Boletim Mensal — N.º de Janeiro a Novembro de 1960
- Da STANDARD CATALOGUE OF THE COINS OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
- Da STADT UND UNIVERSITÄTSBIBLIOTHEK — BERNA
Schweizer Münzblätter — N.º de Dezembro — Janeiro, Maio e Agosto de 1960
- Da SOCIEDADE MARTINS SARMENTO — GUIMARÃES
Revista de Guimarães — Volumes LXIX N.º 3-4 — Volumes LXX N.º 1-2
- Do MUSEUM FÜR HAMBURGISCHE GESCHICHTE — ALEMANHA
Numismatisches Nachrichtenblatt — Revista mensal — N.º de Janeiro e Dezembro de 1960
- Da SOCIEDADE NUMISMÁTICA DO RIO DE JANEIRO
Boletim da Sociedade — N.º 2
- De SPINK & SON LTD. — LONDRES
The Numismatic Circular — Boletim mensal — N.º de Janeiro a Dezembro de 1960
- Da INSTITUCIÓN «PRINCIPE DE VIANA» — PAMPLONA — ESPANHA
Principe de Viana — Ano 21 — 76/77 — 78/79
- Da SOCIEDADE IBEROAMERICANA DE ESTUDOS NUMISMATICOS — MADRID
NVMISMA (Revista trimestral) — N.º de Julho e Agosto de 1958
- Da CESKOSLOVENSKÁ AKADEMIE VĚD — CHECOSLOVAQUIA
Bulletin — N.º 58 e Slezsky Numismatik — 1-2 (21-22) — Česká Grafika A Mapy 1959
- Da GAZETTE NUMISMATIQUE SUISSE
N.º XL
- Da NUMISMATISCHE KOMMISSION — SUÉCIA
Nordisk Numismatik Arsskrift 1959
- Da SOCIEDADE NUMISMÁTICA DE PUEBLA — MÉXICO
Monedas — Ano 2.º — N.º 5 e 6 — N.º de Janeiro e Março
- Da ASOCIACIÓN NUMISMÁTICA ARGENTINA
Boletim N.º 19

- Da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS
XXIII Congresso Luso-Espanhol — Tomo n.º 8
- Do INSTITUTO ITALIANO DE NUMISMÁTICA
Annali — N.º 5 e 6
- Da ASOCIACIÓN NUMISMÁTICA ARGENTINA — Boletim
- Da RAPPORT — AU MINISTRE DES FINANCES — ADMINISTRATION DES
MONNAIES ET MEDAILLES — Paris
- Da THE UNITED STATES TRADE DOLLAR — John M. Wilhelm, jor. — New York

CATÁLOGOS DE VENDA DE MOEDAS

RECEBIDOS:

- Catálogo di monete antiche* — R. Barzan & Rag M. Raviola — Turin. N.º 6 e 7 de Junho e Novembro
- Monnaies — Antiques — Modernes* — J. Vinchon & Cie. — Paris
- Numismática* — Giuseppe de Falco — Nápoles — N.º 45 e 46 de 1959
- Lista 101* — Hans M. F. Schulman — Amesterdam
- Mail auction Sale — Henry Christensen* — New York — Outubro e Dezembro de 1959
- Mark M. Salton* — Schlessinger — New York
- Catálogo di monete antiche* — R. Barzan & Rag M. Raviola — Turin. Números de Fevereiro e Outubro de 1960
- Numismática* — Giuseppe de Falco — Nápoles — N.º de Março 48; Abril 49; Setembro 50
- Monete per collezione* — Luigi Simonetti — Firenze — Itália. N.º 1, 2, 3, 4, 5, de 1960
- Monnaies — Antiques — Modernes* — J. Vinchon & Cie. — Paris
- The Howard D. Gibbs Collection* — Hans M. F. Schulman — New York



ÍNDICE

DOS NÚMEROS DO 6.º VOLUME

N.º 20-21, Julho 1960 — N.º 22, Março 1961

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

A

	N.º	Págs.
ACHADO DE MOEDAS ROMANAS — <i>Joaquim Maria Ribeiro Teles</i>	22	146-148
ASSEMBLEE GENERALE DE L'ASSOCIATION INTERNATIONALE DES NUMISMATES PROFESSIONNELS . . .	22	174

B

BIBLIOTECA DA S. P. N.	22	178-180
--------------------------------	----	---------

C

CARIMBO DOS AÇORES — <i>Agostinho Ferreira Gambetta</i>	20-21	11-14
COLECCIONISMO DE ONTEM E DE HOJE — <i>Alexandrino Passos</i>	20-21	15-17
CONSIDERAÇÕES REFERENTES A AMOEDAÇÃO LUSO-INDIANA DE GOA NO TEMPO DE D. AFONSO DE ALBUQUERQUE — <i>Damião Peres</i>	20-21	43-50
CONTOS PARA CONTAR — <i>Paulo Ferreira de Lemos</i>	22	158-162
CONTRAMARCAS EN LA AMONEDACIÓN IBÉRICA (LAS) — <i>Antonio Manuel de Guadan</i>	20-21	18-38

E

ENSAYO SOBRE LA EVOLUCIÓN COMERCIAL Y MONETARIA EN BYZANCIO — <i>Dr. Antonio Manuel de Guadan y Láscaris Comneno</i>	22	123-138
EVANGELIZAÇÃO DA PENÍNSULA E SEUS PRIMEIROS EVANGELIZADORES — <i>José Manuel Landeiro</i>	22	139-145

I

FALSIFICAÇÕES RECENTES DE MOEDAS ANTIGAS, PORTUGUESAS — <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	22	175-176
--	----	---------

	N.ºs	Págs.
«IMAGO REGIS» EN LOS TREMISES VISIGODOS (LA) — Nota sobre su evolución — <i>Felipe Mateu y Llopis</i>	20-21	51-58
INDICE	22	181-184
INTERPRETACIONES DE ALGUNAS MONEDAS SUEVAS — <i>Pio Beltrán</i>	20-21	81-90
N		
NOVAS MEDALHAS — <i>Alexandre Ferreira Barros</i>	22	168-169
M		
MEDALHA COMEMORATIVA DO 50.º ANIVERSÁRIO DO AERO CLUBE DE PORTUGAL — <i>A. P. Martins</i>	22	172
MOEDA DE D. JOÃO I — Meio real de Évora EV e E-V-O-R — <i>Paulo de Lemos</i>	20-21	71-74
MONEDAS CASTELLANAS, de Juan de Gante Duque de Lancaster — <i>Pio Beltran</i>	20-21	91-115
MONEDAS IBÉRICAS CON LEYENDA LAURO (LAS) — <i>Leandro Villaronga</i>	20-21	59-66
O		
OURO AMOEDADO DA ÍNDIA PORTUGUESA — 1.ª parte — <i>Joaquim Fronteira</i>	22	163-167
P		
PROPÓSITO DA «NUMARIA MEDIEVAL PORTUGUESA» do Eng.º J. Ferraro Vaz (A) — <i>António Teixeira</i>	22	173-174
Q		
QUANDO BOMBAY ERA BOMBAIM — <i>Luís Pinto Garcia</i>	20-21	67-70
S		
SEMPRE SAUDOSAMENTE — por <i>L. P. G.</i>	20-21	3-5
SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE UMA MEDALHA	22	170-171
SUPOSTAS MOEDAS DE SOLA DE D. JOÃO I (AS) — <i>Arnaldo Brazão</i>	20-21	39-42
T		
TRIENTE DE GERONA (Numismatemática) — <i>Agostinho Ferreira Gambetta</i>	22	153-157

	N.º	Págs.
TRIENTE INÉDITO DE CHINDASVINTO BATIDO EM BARBI (UM) — <i>António Elias Garcia</i>	20-21	7-10
TRIENTE INÉDITO DE ERVÍGIO — <i>Pedro Batalha Reis</i>	20-21	75-80
TRIENTE INÉDITO DE VITÉRICO BATIDO EM RODA — <i>Mário Ramires</i>	20-21	115-120

V

VIDA SOCIAL	22	177
VILA DE PENAMACOR (A) — A cidade de ASYGRIAVACA — Estradas Romanas — <i>José Manuel Landeiro</i>	22	149-152

ÍNDICES DOS AUTORES

B

BARROS (<i>Alexandre Ferreira</i>) — Novas Medalhas	22	168-169
BARROS (<i>Alexandre Ferreira</i>) — Falsificações recentes de moedas antigas, portuguesas	22	175-176
BELTRÁN (<i>D. Pio</i>) — Interpretaciones de algunas monedas Suevas	20-21	81-90
BELTRÁN (<i>D. Pio</i>) — Monedas Castellanas, de Juan de Gante Duque de Láncaster	20-21	91-115
BRAZÃO (<i>Arnaldo</i>) — As supostas moedas de sola de D. João I	20-21	39-42

C

COMNENO (<i>Dr. Antonio Manuel de Guadan y Láscaris</i>) — Ensayo sobre la evolución comercial y monetaria en Byzancio	22	123-138
--	----	---------

F

FRONTEIRA (<i>Dr. Joaquim</i>) — Ouro amoedado da Índia-Portuguesa — 1.ª parte	22	163-167
--	----	---------

G

GAMBETTA (<i>Eng.º Agostinho Ferreira</i>) — Carimbo dos Açores	20-21	11-14
GAMBETTA (<i>Eng.º Agostinho Ferreira</i>) — Triente de Gerona	22	153-157
GARCIA (<i>António Elias</i>) — Um triente inédito de Chindasvinto batido em Barbi	20-21	7-10
GARCIA (<i>Dr. Luis Pinto</i>) — Quando Bombay era Bombaim	20-21	67-70
GUADAN (<i>D. António Manuel de</i>) — Las contramarcas en la amonedación Iberica	20-21	18-38

L		
	N.º	Págs.
LANDEIRO (<i>Dr. José Manuel</i>) — Evangelização da Península e seus primeiros Evangelizadores	22	139-145
LANDEIRO (<i>Dr. José Manuel</i>) — A Vila de Penamacor — A cidade de ASYGRIAVACA — Estradas Romanas	22	149-152
LEMON (<i>Eng.º Paulo Ferreira de</i>) — Moeda de D. João I — Meio real de Évora EV. e E-V-O-R	20-21	71-74
LEMON (<i>Eng.º Paulo Ferreira de</i>) — Contos para contar	22	158-162
LLOPIS (<i>D. Felipe Mateu y</i>) — La «Imago Regis» en los tremises Visigodos — Nota sobre su evolucion	20-21	51-58
L. P. G. — Sempre saudosamente	20-21	3-5
M		
MARTINS (<i>A. P.</i>) — Medalha Comemorativa do Aero Clube de Portugal	22	172
P		
PASSOS (<i>Dr. Alexandrino</i>) — Coleccionismo de ontem e de hoje	20-21	15-17
PERES (<i>Dr. Damião</i>) — Considerações referentes à amoedação Luso-indiana de Goa no tempo de D. Afonso Albuquerque	20-21	43-50
R		
RAMIRES (<i>Coronel Mário</i>) — Um triente inédito de Vitérico batido em Roda	20-21	115-120
REIS (<i>Dr. Pedro Batalha</i>) — Triente inédito de Ervigio	20-21	75-80
T		
TEIXEIRA (<i>Dr. António</i>) — A propósito da «Numária Medieval Portuguesa» do Eng.º J. Ferraro Vaz	22	173-174
TELES (<i>Joaquim Maria Ribeiro</i>) — Achado de moedas Romanas	22	146-148
V		
VILLARONGA (<i>D. Leandro</i>) — Las monedas Ibéricas con leyenda Lauro	20-21	59-66

